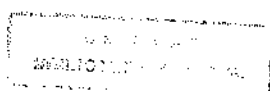


REINALDO BARROS CICONE

**DA INTENÇÃO AO GESTO:
UM OLHAR GRAMSCIANO SOBRE A
POSSIBILIDADE DE INTEGRAÇÃO DO
PT À ORDEM**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

1995



Cm. 00073507-6

BC
T/UNICAMP
C485d
24928
733/95
R\$ 11,00
29/06/95

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

Cicone, Reinaldo Barros.

C485i

Da intenção ao gesto: um olhar gramsciano sobre a possibilidade de integração do PT à ordem / Reinaldo Barros Cicone. -- Campinas, SP; [s.n.], 1995.

Orientador: Edmundo Fernandes Dias.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Gramsci, Antonio, 1891-1937. 2. Partido dos Trabalhadores (Brasil). 3. Hegemonia. 4. Estado. 5. Socialismo. I. Dias, Edmundo Fernandes. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

REINALDO BARROS CICONE

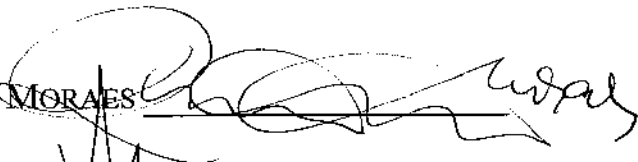
**DA INTENÇÃO AO GESTO:
UM OLHAR GRAMSCIANO SOBRE A POSSIBILIDADE DE
INTEGRAÇÃO DO PT À ORDEM**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO
APRESENTADA AO DEPARTAMENTO DE
SOCIOLOGIA DO INSTITUTO DE FILOSOFIA E
CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE CAMPINAS, SOB
ORIENTAÇÃO DO PROF. DR. EDMUNDO
FERNANDES DIAS.

Este exemplar corresponde à
redação final da dissertação
defendida e aprovada pela
Comissão Julgadora em
29 / 05 / 1995.

BANCA:

PROF. DR. EDMUNDO FERNANDES DIAS (ORIENTADOR) 

PROF. DR. REGINALDO CARMELLO CORREA DE MORAES 

PROF. DR. RICARDO LUIZ COLTRO ANTUNES 

MAIO 1995

AGRADECIMENTOS

Esta página não é a melhor maneira de agradecer aos que permitiram que este trabalho fosse concluído, mas é o mínimo que pode ser feito. O problema é que sempre esquecemos de amigos fundamentais. A estes, desde logo meus sinceros agradecimentos e minhas insuficientes desculpas pelo esquecimento.

Agradeço ao meu amigo e orientador Edmundo, pela compreensão, pelo estímulo, pela experiência e clareza. Sem dúvida alguma, sem ele, este trabalho não seria realizado.

Aos professores Angela, Arlete, Reginaldo e Ricardo, pelos cursos, pelo acompanhamento desde a graduação e pelas opiniões sinceras e estimulantes.

À companheira e amiga Carmen, pela compreensão, confiança, estímulo e carinho permanentes, e pelas correções ortográfica e gramatical.

Aos meus pais, Reinaldo e Vilma que, aprendendo, ensinaram-me a aprender, pelo estímulo singular. À minha mãe, Vilma, pela correção ortográfica e gramatical. Ao Rogério, meu irmão, pela correção da versão em inglês do resumo.

Aos amigos do PT Valter Pomar, pelas discussões esclarecedoras e sugestões fundamentais. Ao Salvador, pelas opiniões, pelos recortes de jornais e revistas, e pelos livros utilizados. Ao Joaquim Soriano e à Mônica Rodrigues, do PT Nacional, pela colaboração na localização dos textos partidários que utilizei.

Aos amigos da Unicamp, especialmente os do IFCH, pela confiança, interesse e estímulo.

Ao CNPq, pelo apoio financeiro, (exceto no período Collor, quando a bolsa chegou a menos de US\$150,00).

Finalmente, os erros são de responsabilidade única e total do autor.

DEDICATÓRIA

Aos meus amigos do Partido dos Trabalhadores.

RESUMO

Este trabalho trata da história do Partido dos Trabalhadores, principalmente no período de 1987 a 1994.

Descreve as análises de conjuntura realizadas pelo PT em cada momento, a política de alianças definida e os programas de governo propostos para o país. Ao fazer isso recupera a história das disputas políticas no Brasil neste período, do ponto de vista do PT.

Além disso, analisa o desenvolvimento dos conceitos de Partido, Estado, Hegemonia e Socialismo nas resoluções dos Encontros Nacionais, no período estudado. Para esta análise utiliza-se dos conceitos teóricos do marxista italiano Antonio Gramsci, comparando-os com as resoluções partidárias.

Demonstra a existência de uma significativa semelhança entre as resoluções partidárias e as idéias gramscianas sobre estas questões, mas também a tendência de separação entre as resoluções aprovadas e as ações efetivamente praticadas pelo PT. Demonstra ainda o rebaixamento do programas e dos horizontes do PT, em seus quinze anos de existência.

As tendências de separação entre teoria e prática, de rebaixamento de seu programa, de sua ação e de seus ideais vem distinguindo o PT das idéias gramscianas sobre o papel, o caráter, a vida e os objetivos de um partido socialista.

ABSTRACT

This research discuss the history of the Brazilian Work Party (Partido dos Trabalhadores) from 1987 to 1994.

It describes the analysis of political situation done by PT in each time, the rules to make alliances with others parties and the programs proposed to the country. Doing that it recover the history of the political disputes in this period, from the point of view of the PT.

Besides, it analyses the development of the concepts of Party, State, Hegemony and Socialism in the resolution of the National Meetings, in the studied period. To this analysis it takes the theoretical concepts of the Italian Marxist Antonio Gramsci, comparing its with the partisan resolutions.

It proves the existence of a significant similarity between the partisan resolution and the Gramsci's ideas about these questions, but also the tendency of a separation between the approved resolutions and the actions really done by PT. It proves also the reduction of the programs and of the ideals of PT, in his fifteen years of life.

The tendency of separation between theory and the practice, of reduction of his program, of his practice and of this ideals have been distinguishing PT from the Gramsci's ideas about the paper, the characteristic, the life and the objective of a socialist party.

SUMÁRIO

Introdução	1
Capítulo I	
O Partido em Gramsci	8
1.1. O Novo Príncipe	8
1.2. Estado e Hegemonia	9
1.3. Intelectuais Orgânicos e Tradicionais	14
1.4. Direção e Filosofia	16
1.5. De massas e de quadros	25
1.6. Nascimento e composição interna	27
1.7. As tarefas	31
Capítulo II	
Da Fundação ao IV Encontro Nacional do PT	35
2.1. Apresentação	35
2.2. A conjuntura política entre 1978 e 1982: a abertura	36
2.3. A novidade: o PT	36

2.4. O I Encontro Nacional	40
2.5. O II Encontro Nacional	43
2.6. O III Encontro Nacional	50
2.7. O IV Encontro Nacional	52
2.8. Breve Cronologia da Fundação do PT	56
 Capítulo III	
O PT lê a conjuntura	58
3.1. O V Encontro Nacional: Em debate o futuro do PT	58
3.1.1. A Conjuntura em 1987	58
3.1.2. O movimento das classes sociais na conjuntura	59
3.1.3. A situação interna do partido	63
3.2. O VI Encontro Nacional	64
3.3. O VII Encontro Nacional	70
3.4. O I Congresso	75
3.4.1. A Conjuntura Internacional	75
3.4.1.a. A América Latina	76
3.4.1.b. O Leste Europeu	77
3.4.2. A conjuntura nacional	82
3.4.3. O movimento das classes sociais na conjuntura	83
3.5. O VIII Encontro Nacional	87
3.5.1. O movimento das classes sociais na conjuntura	91
3.5.2. A situação interna do partido	93
3.6. O IX Encontro Nacional	95
3.6.1. O movimento das classes sociais na conjuntura	96

3.6.2. A situação interna do partido	100
Capítulo IV	
As Alianças: Uma necessidade na construção da hegemonia	102
4.1. As Alianças no V Encontro Nacional do PT	102
4.1.1. Os problemas das alianças para o PT	102
4.1.2. A Política de Alianças	105
4.1.3. Alianças Estratégicas:	
a Frente Única Classista e a Frente Democrática e Popular	106
4.1.4. Alianças Táticas	108
4.1.5. A Tática para as eleições de 1988	109
4.1.6. A Política de Alianças Eleitorais para 1988	111
4.2. As alianças no VI Encontro Nacional	112
4.3. As alianças no VII Encontro Nacional	113
4.4. As alianças no I Congresso	115
4.5. As Alianças no VIII Encontro Nacional	116
Capítulo V	
O PT e seu Programa Democrático-Popular	121
5.1. As propostas incorporadas pelo PT	121
5.1.1. No V Encontro Nacional	121
5.1.1.a. Sobre a questão institucional	122
5.1.1.b. Sobre Economia	123
5.1.1.c. Sobre as políticas setoriais	123
5.1.2. No VI Encontro Nacional	124
5.1.2.a. O Plano Econômico Alternativo de Emergência	124
5.1.2.b. As Bases do Plano de Ação de Governo e seu caráter	126
5.1.2.c. O Plano de Ação de Governo	129

Democratização do Estado e da Sociedade	
O Novo Modelo de Desenvolvimento Econômico	
Políticas sociais e setoriais	
5.1.3. No I Congresso	134
5.1.4. No VIII Encontro	136
5.2. Os Pontos Polêmicos	138
5.2.1. A Dívida Externa	138
5.2.1.a. No V Encontro Nacional	138
5.2.1.b. No Plano Econômico Alternativo de Emergência	138
5.2.1.c. No Plano de Ação de Governo	140
5.2.1.d. Nas Diretrizes...	141
5.2.1.e. Nas Bases do Programa de Governo	141
5.2.2. Crescimento, Estabilização e Salários	142
5.2.2.a. No V Encontro Nacional	142
5.2.2.b. No Plano Econômico Alternativo de Emergência	143
5.2.2.c. No Plano de Ação de Governo	144
5.2.2.d. No I Congresso	146
5.2.2.e. Nas Diretrizes...	147
5.2.2.f. No VIII Encontro	148
5.2.2.g. Nas Bases do Programa de Governo	149
5.2.3. Reforma Agrária	150
5.2.3.a. No V Encontro Nacional	150
5.2.3.b. No Plano Econômico Alternativo de Emergência	150
5.2.3.c. No Plano de Ação de Governo	150
5.2.3.d. Nas Bases do Programa de Governo	151
 Capítulo VI	
Concepção e Construção Partidária do V ao IX Encontro	153
6.1. Concepção e Construção Partidária no V Encontro	153
6.2. Concepção e Construção Partidária no VII Encontro	164
6.2.1. A Formação Política	167
6.3. Concepção e Construção Partidária no I Congresso	167

6.3.1. As instâncias partidárias	171
6.3.2. Novamente a Formação Política	175
6.4. Concepção e Construção Partidária no VIII Encontro	177
Capítulo VII	
O Socialismo Petista do V ao VIII Encontro	180
7.1. O Socialismo no V Encontro Nacional	181
7.2. O Socialismo no VI Encontro Nacional	185
7.3. O Socialismo no VII Encontro Nacional	186
7.4. O Socialismo no I Congresso	191
7.5. O Socialismo no VIII Encontro Nacional	197
Conclusões	200
Bibliografia	204
Livros	204
Artigos	209
Fontes Primárias	214

INTRODUÇÃO

"Se se coloca o problema de identificar teoria e prática, coloca-se neste sentido: de construir sobre uma determinada prática uma teoria, a qual, coincidindo e identificando-se com os elementos decisivos da própria prática, acelere o processo histórico em ato, tornando a prática mais homogênea, coerente, eficiente em todos os seus elementos, isto é, elevando-se à máxima potência; ou então, dada uma certa posição teórica, no sentido de organizar o elemento prático indispensável para que esta teoria seja colocada em ação. A identificação de teoria e prática é um ato crítico, pelo qual se demonstra que a prática é racional e necessária ou que a teoria é realista e racional. Daí porque o problema da identidade de teoria e prática se coloque especialmente em determinados momentos históricos, os quais se chamam "de transição", isto é, de mais rápido movimento de transformação, quando realmente as forças práticas desencadeadas demandam a sua justificação a fim de serem mais eficientes e expansivas, ou então se multiplicam os programas teóricos que demandam, também eles, a sua justificação realista, o que ocorre na medida em que demonstram a sua possibilidade de assimilação por movimentos práticos, que só assim se tornam mais práticos e reais." ¹

Gramsci nos ensina que através da história de um partido podemos estudar toda uma sociedade. Para chegar a este resultado seria necessário reconstituir não apenas a história de seus dirigentes mais expressivos em cada momento, as idéias defendidas e as práticas de seus grupos internos e de seus principais integrantes, as

1 - GRAMSCI, Antonio. *Concepção Dialética da História*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 3ª ed. 1978. pp.51-52.

grandes polêmicas internas ou a relação entre os dirigentes e os filiados e simpatizantes.

Seria obrigatória uma análise mais ampla do partido e de sua atuação, englobando aí a composição de seu eleitorado, a influência do partido sobre este grupo, sobre os setores sociais que mais se identificam com ele e, finalmente, as relações que estes grupos estabelecem entre si e com o resto da sociedade. Esta análise trataria, portanto, de todo o conjunto de adeptos do partido. "A história de um partido não poderá deixar de ser a história de um determinado grupo social".² Entretanto, um partido não é influenciado apenas por este grupo. Ao contrário, relaciona-se com outros através de seus aliados, adversários e inimigos.

Ao realizar um estudo que englobasse todas estas questões acabaríamos tratando de toda a sociedade na qual o partido se insere. Nas palavras de Gramsci, "escrever a história de um partido significa exatamente escrever a história geral de um país, de um ponto de vista monográfico, destacando um seu aspecto característico."³

Evidentemente não é o que pretendemos fazer numa dissertação de mestrado. Neste estudo trataremos apenas de uma pequena parcela da enorme variedade de leituras possíveis da história, da atuação e das concepções políticas do Partido dos Trabalhadores. Esta parcela será composta quase que exclusivamente das Resoluções Partidárias aprovadas em seus Encontros Nacionais, principalmente do V ao IX. Ao menos formalmente, são estes textos que trazem a avaliação da atuação partidária e que traçam sua estratégia para o futuro. Utilizaremos também alguns outros textos

2 - GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1988. Tradução de Luiz Mário Gazzaneo. 6ª ed. p.24.

3 - GRAMSCI. *Maquiavel..., op. cit.*, pp.24-25. Continua o autor: "Um partido terá maior ou menor significado e peso na medida em que a sua atividade particular pese mais ou menos na determinação da história de um país."

partidários não aprovados em encontros, artigos escritos por militantes petistas e de outros estudos sobre o PT, elaborados anteriormente.

Dois são os nossos objetivos. Em primeiro lugar pretendemos conhecer e compreender o desenvolvimento dos conceitos de Partido, Estado, Socialismo e Hegemonia do PT, ao longo de sua história. Para esta compreensão utilizaremos os conceitos elaborados por Gramsci, notadamente no período do cárcere. Pretendemos verificar o grau de proximidade entre as resoluções partidárias e as idéias gramscianas sobre estes pontos. Em segundo lugar pretendemos verificar o grau de rebaixamento dos horizontes do Partido, ao longo de sua história.

Não é possível realizar este estudo apenas pinçando os trechos das resoluções partidárias que tratam especificamente destas questões. Ao contrário, é necessário pensar globalmente as resoluções. Por esse motivo é que tratamos não só destes pontos, mas da análise de conjuntura que o partido fazia em cada momento, das estratégias e táticas definidas, das políticas de alianças e das suas propostas para o governo.

Outra análise importante deveria confrontar as decisões partidárias com a prática do PT, isto é, verificar em que medida as resoluções são efetivamente praticadas. Isso exigiria levar em conta a atuação partidária em diversas frentes: nos movimentos sociais, nas prefeituras, nos parlamentos e na própria organização interna do partido. Isso permitiria checar em que grau as resoluções têm efeito prático e efetivo no cotidiano do partido. Infelizmente, esta análise não cabe, em sua totalidade, nessa dissertação. Dessa forma, tentaremos nos manter firmes na direção de uma análise das resoluções e vontades do partido, e não de sua ação. Evidentemente, isso não será seguido à risca, ora porque a realidade influencia, subordina e refaz as resoluções, ora porque estas são simplesmente esquecidas pelo conjunto do partido, ora porque, como já disse Marx, "assim como na vida privada se distingue entre aquilo que um homem pensa e diz de si próprio e aquilo que realmente é e faz, nas lutas históricas há que distinguir ainda mais entre as frases e o que os partidos imaginam e o seu organismo

efectivo e os seus interesses efectivos, entre a representação que têm e a sua realidade."⁴

Uma dificuldade encontrada foi na recuperação da história do PT e na forma de elaboração de nosso material de estudo, as resoluções. Para que fique clara a natureza destes problemas é necessário, desde logo, conhecer este processo.

Um partido como o PT, heterogêneo e rico em tendências e em grupos, possui uma forma complexa e democrática de elaboração de seus documentos. Tendências são agrupamentos, de funcionamento permanente (ou que se formam em períodos anteriores aos Encontros), a fim de interferir na elaboração política do partido. São reconhecidas e respeitadas pelas resoluções partidárias, notadamente a *Regulamentação sobre Tendências*, aprovada em 1990.

Cada uma de suas tendências, ou grupos internos que se formam nas vésperas dos encontros, apresenta um texto que contém suas idéias sobre algum ou sobre todos os pontos de pauta previstos para aquele encontro. Em geral estes são conjuntura nacional e internacional, política de alianças, programa de governo para os diversos níveis, construção partidária, balanço das direções, socialismo, etc.

A forma como cada um destes grupos elabora seu texto varia, mas em geral algumas pessoas escrevem a primeira versão, apresentam a um grupo maior de pessoas que propõe modificações. Esta nova versão é então apresentada ao conjunto deste grupo, para novas discussões e modificações. Assim surge cada uma das teses, que serão apresentadas ao conjunto do partido.

A partir daí, no confronto de posições, ocorre um novo e rico debate. Deste processo é que, finalmente, decorrem as resoluções com as quais trabalhamos. É claro que este processo não é linear, automático ou perfeito.

4 - MARX, Karl. *O Dezoito de Brumário de Louis Bonaparte*. s.l., Avante, 1984. 2a. ed. 161p. Tradução de José Barata Moura e Eduardo Chitas. Coleção Avante, 19. p. 52.

Obviamente, um texto elaborado, discutido e aprovado por centenas de pessoas, com as mais diferentes experiências e opiniões, tende a perder algo de sua coerência interna. O resultado, às vezes, passa a ser uma coletânea de diversas teses distintas, conformando um texto que pode até conter passagens contraditórias entre si.

Embora reconheçamos os problemas e as limitações deste tipo de material, consideramos extremamente válido o seu estudo para a compreensão exata do projeto e da ação petista.

Feitas estas considerações, passemos ao conteúdo do texto agora apresentado.

O Capítulo I é um capítulo teórico, que trata das idéias gramscianas sobre Partido, Estado, Socialismo e Hegemonia. Seu objetivo é clarear alguns pressupostos e conceitos de nosso autor a fim de facilitar a compreensão do debate petista sobre estes assuntos. Nele tratamos da questão do moderno príncipe, do conceito e do papel do Estado, do papel dos intelectuais na construção da nova hegemonia e da nova sociedade, do caráter e das tarefas do partido.

O Capítulo II é introdutório ao PT. Trata das principais resoluções anteriores ao V Encontro Nacional. Faz um breve passeio pela fundação e analisa alguns documentos sobre conjuntura, política, economia e construção partidária. É um capítulo mais sucinto e menos analítico, que pretende apenas facilitar a compreensão do leitor sobre como o PT chegou ao V Encontro, o porque das discussões lá realizadas e sua importância para a história posterior do partido.

O Capítulo III inicia a análise propriamente dita das resoluções do PT no período por nós estudado. Trata das análises de conjuntura do partido no período 1987 a 1994. Inicia-se com a crise da "nova república, passa pelo fim do "socialismo real", pela campanha presidencial de 1989, pelo *impeachment* de Collor e, finalmente, pela campanha eleitoral de 1994. Apresenta também uma rápida síntese da situação interna do PT no período.

O Capítulo IV apresenta e analisa o desenvolvimento e as modificações na política de alianças do partido, entre 1987 e 1994, discutindo também a estratégia que fundamentava estas políticas.

O Capítulo V trata do Programa Democrático e Popular. Descreve e analisa o desenvolvimento deste programa, suas modificações e a discussão dos pontos polêmicos. Neste capítulo incorporamos à discussão outros documentos sobre economia, além das resoluções dos Encontros. Assim procedemos pois os documentos sobre economia, além de mais elaborados que os demais pontos, sofreram modificações maiores, ao longo da história do PT. Além disso, consideramos que a discussão sobre economia demonstra como o partido tenta enfrentar os outros problemas do país. Neste capítulo fica cristalino o rebaixamento dos horizontes e das propostas defendidas pelo PT ao longo de sua história.

O Capítulo VI trata da concepção de partido do PT entre 1987 e 1994. Recupera a discussão entre partido de massa e de quadros, dirigente ou representante das classes subalternas, suas tarefas e o papel dos núcleos. Em muitas passagens o leitor poderá achar que voltou ao capítulo I, dadas as enormes semelhanças entre as resoluções partidárias e os escritos gramscianos.

Na elaboração deste capítulo tornou-se mais claro um dos pontos que, ao nosso ver, mais dificultam uma solução duradoura dos problemas do PT. A incongruência entre a rica elaboração coletiva e democrática, a percepção quase que exata dos problemas e das necessidades, e a enorme dificuldade em colocar as propostas concebidas em prática. Como exemplo preliminar cito a questão dos núcleos. Fundamentais, exaltados em todos os encontros e nunca colocados efetivamente em prática.

Por fim, o Capítulo VII trata do desenvolvimento e da elaboração da concepção de socialismo do PT entre 1987 e 1994. Aqui encontramos outro calcanhar-de-aquiles do partido: a enorme dificuldade de avançar numa elaboração mais clara e afirmativa sobre este ponto, fundamental para a definição de uma estratégia para sua

construção real e para a elaboração dos programas de governo menos fragmentados e subordinados à agenda das classes dominantes.

Este conjunto de temas abrange o que consideramos fundamental para a compreensão da história e das resoluções do PT. A partir desse estudo, podemos pensar as causas de seu vertiginoso crescimento na década de oitenta e sua atual dificuldade em definir seu projeto, sua estratégia e, conseqüentemente, chegar ao poder e realizar as transformações que afirma desejar.

CAPÍTULO I

O PARTIDO EM GRAMSCI

1.1. O Novo Príncipe

Nas sociedades contemporâneas, segundo Gramsci, o moderno príncipe seria o partido político. Se no caso da Itália do século XVI, o Príncipe imaginado e desejado por Maquiavel deveria organizar e integrar seu país, o moderno príncipe gramsciano deveria ser encarado como um partido que tornasse possível a emancipação dos trabalhadores, isto é, que tivesse a vocação para transformar-se em um novo tipo de Estado.

Este príncipe, no entanto, não poderia ser qualquer partido, mas somente aquele "que pretende (e está racional e historicamente destinado a a este fim) fundar um novo tipo de Estado."⁵

Para desenvolver esta sua vocação o partido teria diversas características que, por sua vez, estão imbricadas com a concepção de Estado do autor italiano. É o que veremos a seguir.

5 - GRAMSCI. *Maquiavel...*, *op. cit.*, p.22.

1.2. Estado e Hegemonia

Para os liberais clássicos o Estado era superior às classes sociais, uma força exterior que representava e englobava todos os segmentos da sociedade. Para algumas leituras reducionistas e deterministas do marxismo, anteriores a Gramsci, o Estado era composto pelo aparelho governante coercitivo, pela Sociedade Política e entidades afins. Para ambos, entretanto, a Sociedade Civil aparecia como a base da ação deste Estado. A inovação de Gramsci é a superação desta idéia. Ele refere-se a um Estado Integral, onde a distinção entre Sociedade Política e Civil deve ser entendida apenas como distinção metódica e conceitual, e não orgânica, como fazem os liberais.⁶ Para esses, "a atividade econômica é própria da Sociedade Civil, de forma que o Estado não deve intervir na sua regulamentação."⁷ Para Gramsci, ao contrário, Sociedade Civil e Sociedade Política se entrelaçam, conformando o Estado. O liberalismo nada mais é do que uma determinada regulamentação: um programa político com objetivos definidos sobre como ajustar o Estado aos interesses do grupo dominante.⁸ Nessa análise o liberalismo é a melhor comprovação do seu próprio erro metodológico.

É através do Estado, entendido então como conjunto de atividades e organismos educativos e coercitivos, que a classe dominante tenta conseguir o consentimento ativo dos dominados, isto é, que a classe dominante eleva o nível cultural e intelectual das massas de acordo com os seus princípios ou, numa palavra, é através do Estado que a burguesia constrói sua hegemonia. A construção de uma nova concepção

6 - Esta idéia está bem desenvolvida em DIAS, Edmundo Fernandes. "Sobre a Leitura do Textos Gramscianos: Usos e Abusos." In: *Idéias*. Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, Unicamp, 1994. pp.111-137, especialmente pp.127-128.

7 - GRAMSCI. *Maquiavel...*, op. cit., pp.149-151.

8 - GRAMSCI. *Maquiavel...*, op. cit., p.32.

de mundo (*Weltanschauung*) torna-se então equivalente à construção de uma nova classe dirigente e de um novo Estado.⁹ Ou melhor dito, são um único e mesmo processo.

Por organismos educativos entendemos as escolas, os sindicatos, os partidos, os clubes, associações diversas, etc, cuja função é, sob a ótica da manutenção das relações constitutivas do poder das classes dominantes, e da sua forma de Estado, enquadrar os indivíduos a determinados padrões de comportamento. Estes organismos cumprem o papel de repressor e educador. Por sua vez, os meios de comunicação de massa educam para os padrões de comportamento adequados e reprimem os inadequados ao conjunto das relações sociais dominantes. Da mesma forma agem as escolas e os tribunais. As leis têm também papel de ocultamento das relações de produção capitalistas.

Por organismos coercitivos deve-se entender todo o aparato repressor do Estado, como por exemplo as polícias, os tribunais, as leis. Sua atividade é, obviamente, a repressão de parcelas da sociedade que tendam a se comportar, ativa ou passivamente, fora dos interesses das classes dominantes, veiculados pelo Estado. Isto é, as camadas que não consentem automaticamente. Nesse sentido, a repressão estatal funciona como mais uma forma de educação.

"Aparelho governamental" e "aparelho privado de hegemonia" formam, por assim dizer, a síntese da idéia gramsciana do Estado capitalista. Este Estado objetiva um consenso e tenta educar as diversas classes, o conjunto da população, ou seja, fazer com que elas vivam, subalternamente, o projeto hegemônico.¹⁰

9 - GRAMSCI. *Concepção... op. cit.* p.93.

10 - GRAMSCI. *Maquiavel..., op. cit.*, p.145.

Se considerarmos hegemonia como combinação de direção e dominação, quanto mais se efetiva a ideologia dominante, menos necessária torna-se a força, significando que mais hegemônica são as classes dirigentes.

A burguesia foi a primeira a beneficiar-se plenamente desse processo, embora nem sempre conscientemente. Transformou seus interesses de classe em ideais de toda a sociedade e colocou o Estado a serviço da completa e total disseminação de seu nível cultural e econômico, e de sua concepção de mundo. Este Estado, instrumento para potenciar o máximo desenvolvimento da classe, apresenta-se, ao mesmo tempo, como programa de toda a sociedade.

Percebemos então que, de acordo com o conceito de Estado em Gramsci, não se pode querer apenas destruí-lo, imaginando que com isso uma nova sociedade surgiria de pronto. O Estado capitalista moderno simplesmente não pode ser destruído, pelo menos de acordo com a concepção clássica de tomada e destruição do Estado burguês. É nesse sentido que Gramsci fala da necessidade da chamada *guerra de posição* e não apenas da *guerra de movimento*.¹¹

Em relação ao Estado, "não pode existir destruição, negação, sem uma implícita construção, afirmação, e não em sentido metafísico, mas praticamente, isto é, politicamente, como programa de partido".¹² Em outras palavras, é necessário construir uma nova hegemonia, a das classes trabalhadoras, ainda no interior da sociedade burguesa. Trata-se, portanto, da libertação "das forças produtivas proletárias e comunistas que vinham sendo elaboradas no próprio seio da sociedade dominada pela classe capitalista."¹³

11 - Sobre este ponto ver GRAMSCI. *Maquiavel...*, *op. cit.*, pp.69-81.

12 - GRAMSCI. *Maquiavel...*, *op. cit.*, p.6.

13 - GRAMSCI. *Due Rivoluzioni*, In *L'Ordine Nuovo*, 3.jul.1920 pp.135-136. Citado por DIAS, Edmundo Fernandes. *Democracia Operária*. Campinas, Unicamp, 1984, Vol.2, p.18.

Para isso, não basta que as pessoas que levam a cabo a revolução sejam socialistas para que a revolução também o seja. Só o será caso favoreça e promova "a expansão e a sistematização de forças proletárias e comunistas capazes de iniciar o trabalho paciente e metódico, necessário para construir uma nova ordem nas relações de produção e de distribuição..." e onde "seja tornada impossível a existência de uma sociedade dividida em classes...", a partir da qual a classe operária "se dissolve como classe pra tornar-se humanidade".¹⁴

Percebemos então que a construção desta nova sociedade não ocorre apenas pela força, embora em muitos momentos a violência possa tornar-se necessária. Os trabalhadores, força motriz desta "nova revolução", devem ser tratados como reais agentes da transformação que se deseja. Não bastam palavras de ordem e decisões estratégicas brilhantes, elaboradas por um pequeno grupo. As massas devem fazer parte do novo projeto, não como massa de manobra; é vital estimular o seu preparo e participação na elaboração e na construção do novo Estado, convencendo-as da possibilidade de sua realização. Apenas a partir desta participação real e efetiva é que as massas podem colocar-se a questão do poder e da construção de um novo Estado.¹⁵

A construção desta nova sociedade dar-se-á principalmente pelo *convencimento*, outro componente da hegemonia, e não apenas pela força. É necessário convencer as massas da possibilidade de uma sociedade fundada em novas bases, na solidariedade, e não na concorrência; na distribuição da riqueza, e não na busca do lucro. Apenas quando o operário perceber o que há de comum entre ele e os demais e

14 - *idem*.

15 - Sobre isso ver GRAMSCI. *Maquiavel...*, *op. cit.*, p.116 e DIAS. *Democracia...*, *op. cit.*, Vol.2 p.68. Discussão desse mesmo teor realizou-se durante o I Congresso do PT, em 1991. Permaneceu, entretanto, apenas como discussão, não se revertendo em políticas no sentido pleno.

as causas das diferenças existentes entre eles e o patronato é que pode colocar-se a questão do poder, da hegemonia e do Estado proletário.¹⁶

O próprio Gramsci deixa claro em seus textos a necessidade de um esforço de recriação e de construção da nova sociedade e do novo Estado, fundado sobre novas bases. Uma revolução só pode ser chamada de proletária e comunista se for a libertação "das forças produtivas proletárias e comunistas que vinham sendo elaboradas no próprio seio da sociedade dominada pela classe capitalista...".¹⁷

Percebemos claramente que, para Gramsci, *revolução e tomada do poder* são coisas diferentes. Além de chegar ao governo, a revolução deve criar as condições para que seja impossível a continuidade das relações sociais capitalistas. Precisa, necessariamente, *acelerar* a construção de uma nova sociedade, dado que seu início já se deu no próprio capitalismo. Essa construção não pode ser iniciada *a posteriori*, quando se chega mesmo a formar o governo, ao contrário, precisa começar ainda dentro da antiga.

O novo Estado fará com que as velhas relações sociais percam sua principal característica: a manutenção das diferenças entre as classes e a dominação da maioria pela minoria. Será um Estado de transição, que caminha para, e deseja a extinção das classes e a sua própria extinção como organismo separado da sociedade.

Este novo Estado não pode ser improvisado, isto é, deve ser cotidianamente pensado, elaborado e construído pelos trabalhadores, o que justifica a preocupação na sua politização e educação. Não se trata mais de uma *tomada* do Estado, mas da *construção* e da *invenção* de um novo. Não se trata simplesmente de substituí-lo por uma fórmula pré-concebida, ou de apenas trocar seus dirigentes.

16 - DIAS. *Democracia...*, *op. cit.*, Vol.2 p.68.

17 - GRAMSCI. *Due Rivoluzioni*, *op. cit.* pp.135-136. Citado por DIAS. *Democracia...* *op. cit.*, Vol.2. p.18.

O Estado capitalista existe para legitimar e assegurar a racionalidade capitalista, sua capacidade de acumulação, as taxas de lucro do capital, etc. Dessa forma, não é apenas o Estado que planeja o capital, mas este também planeja o Estado, o que prova que não basta substituir os homens no governo. É necessário que ele esteja dirigido para o seu próprio fim, através da eliminação da propriedade privada, da racionalidade mercantil e da implementação real e efetiva da socialização das forças produtivas. Este Estado não pode ser criado com base apenas na experiência do regime parlamentar. Nesse sentido o novo Estado deverá ser criado com base na "experiência associativa da classe operária," como por exemplo os Conselhos de Fábrica e também da experiência soviética que, embora não tenham sido suficientes, foram fundamentais.

1.3. Intelectuais Orgânicos e Tradicionais

A concepção de partido de Gramsci está também ligada ao papel reservado aos intelectuais e dirigentes. Para ele existem dois tipos principais de intelectuais, sempre ligados às classes fundamentais: os orgânicos e os tradicionais. Os primeiros são intelectuais que se desenvolvem junto com determinada classe, cumprindo papel de organizadores, construtores e persuasores permanentes. Além disso, aglutinam, homogeneizam e conscientizam. Em outras palavras, contribuem decisivamente para a elevação cultural deste grupo e, conseqüentemente, para a realização de sua hegemonia. Esses intelectuais estão comprometidos com as classes das quais se originaram, não apenas do ponto de vista da origem, mas necessariamente do ponto de vista ideológico e prático.

Já os intelectuais tradicionais são aqueles que atravessam grandes transformações históricas. São precisamente os intelectuais que foram orgânicos das classes

outrora dirigentes. Devido à sua origem, concebem-se como superiores e estranhos às classes e a seus conflitos, como pertencentes a um grupo autônomo.¹⁸

Dessa forma, construir uma nova hegemonia e um novo Estado pressupõe não só trabalhar com os intelectuais orgânicos, mas também atrair e incorporar os intelectuais das outras classes, colocando-os a serviço da nova classe tendencialmente dirigente e dominante.

Na formação dos novos dirigentes deve-se colocar em questão a premissa da ciência política de que existem dirigentes e dirigidos. O novo partido deve acabar com esta divisão que é, em última instância, uma divisão entre classes sociais.¹⁹

Estas divisões podem ocorrer também entre frações de classe mais homogêneas, como uma espécie de divisão técnica do trabalho. A partir desta divisão, um dos principais erros metodológicos é a suposição existente nos extratos superiores de que os inferiores simplesmente lhes obedeçam. Gramsci, no entanto, recusa esta forma de atuação, pelo menos dentro do partido que pretenda contribuir para a emancipação dos trabalhadores. Para ele, elaboração e execução não podem ser coisas distintas e separadas. Esta separação é típica do pensamento capitalista e se expressa exemplarmente no taylorismo. Os executores das tarefas definidas pelo partido devem ser convencidos da sua necessidade. Além disso, ao final de todos os grandes empreendimentos, principalmente dos mal sucedidos, é necessário avaliar o desempenho do partido, apurar as responsabilidades de seus membros, principalmente da direção, e

18 - Gramsci diz que podemos identificar este tipo de intelectual claramente nos extratos eclesiásticos do final do período medieval e início do capitalismo comercial.

19 - "Ao formar-se o dirigente, é fundamental a premissa: pretende-se que existam sempre governados e governantes, ou pretende-se criar as condições em que a necessidade desta divisão desapareça? Isto é, parte-se da premissa da divisão perpétua do gênero humano, ou crê-se que ela é apenas um fato histórico, correspondente a certas condições?" GRAMSCI. *Maquiavel...*, op. cit. p.19

reorganizá-los para as novas atividades. Gramsci critica muito o personalismo, sob todas as formas, no interior do partido.

Os intelectuais, além de organizadores do partido, desempenham também, e ao mesmo tempo, papel fundamental na construção da nova racionalidade e dos aparelhos institucionais, na construção das novas relações sociais, de produção, de legalidade e institucionalidade da nova sociedade. Devem ocupar-se com o presente, com as tarefas imediatas e futuras, mas também com o caráter e a forma da nova sociedade.

1.4. Direção e Filosofia

A preparação e a "elevação intelectual e moral" dos militantes também era preocupação constante de Gramsci. Ele insistia na necessidade de preparação de dirigentes e na dedicação destes à elaboração teórica e prática. Afirmava inclusive a necessidade da existência de um extrato de pessoas dedicadas à elaboração. Lembrava sempre que este grupo não pode ser eterno nem autoritário, e menos ainda colocar-se como organismo separado do todo partidário. Deveria, ao contrário, estar intimamente ligado às demais estruturas partidárias e, sobretudo, à prática cotidiana de direção.

O partido deve ser um espaço privilegiado de articulação entre teoria e prática, onde as questões práticas, os problemas enfrentados no dia a dia sirvam de matriz problemática para as questões teóricas, como esfinge a decifrar. Além disso, era preciso pensar o futuro, planejá-lo, "acelerá-lo". Tarefas da teoria e da prática, articuladas.

Trata-se de uma crítica clara ao espontaneísmo. Para Gramsci deve-se sempre elaborar, criar, planejar, formar e conceber. No entanto, deve ser evitada a elaboração dogmática, distanciada da realidade.

A formação dos políticos está relacionada com a concepção e o objetivo do partido. Para atingi-lo, isto é, para construir a hegemonia das classes subalternas, o partido deve preparar-se, selecionando, desenvolvendo e multiplicando os dirigentes necessários. Somente assim será possível transformar um amontoado de pessoas, nas mesmas condições, em um todo coeso, organizado e politicamente predisposto, capaz de construir sua própria história, sob sua direção.²⁰

Para Gramsci, o partido deve comportar-se como intelectual coletivo, como conjunto de pessoas que, a partir de sua prática, elaborem coletivamente seus projetos. É intelectual porque intervém ativamente na solução das grandes questões das classes subalternas, na perspectiva de transformação, de criação de um novo bloco histórico, ou seja, porque dirige, e só pode ser dirigente se for intelectual. Mais do que intelectual, o partido deve ser também sujeito coletivo. Esta mesma idéia deve ser entendida a, e vivida por, todos os membros do partido.

Um partido composto por intelectuais, onde todos podem ser dirigentes só pode funcionar bem, isto é, estar apto a cumprir seus objetivos, se possuir uma ampla democracia interna. Encarar todos os seus membros como intelectuais e dirigentes, ao menos em potencial, significa respeitar e discutir todas as opiniões que surgem em seu interior. Pressupõe, também e principalmente, instâncias e procedimentos bem definidos e regulares, que permitam que as discussões fluam com rapidez e organização, e que as decisões sejam sempre tomadas a partir destas discussões. Se bem discutidas, as decisões tomadas têm, por sua vez, uma grande possibilidade de serem acatadas por todos, ou por uma maioria expressiva, já que, durante os debates, seus membros se convencem das propostas vencedoras ou, ao menos, percebem que suas idéias são minoritárias. Estes debates devem ser realizados pelo maior número possível de membros, vale dizer socializados, e não apenas pelos seus quadros superi-

20 - Preocupações semelhantes apareceriam no V Encontro Nacional do PT.

ores, como monopólio de uma direção tornada externa ao partido. Procedendo assim se impede, no fundamental, o "domínio larvar da burocracia", elemento corrosivo de todo o processo.

O partido não pode basear-se em apenas uma pessoa ou num pequeno grupo. Uma organização deste tipo tende a ser efêmera, possuindo uma pequena capacidade de intervenção na realidade. Precisa ser um organismo amplo e democrático, onde todos possam participar e contribuir.

Não se trata, entretanto, de um partido onde todos fazem de tudo, onde não haja hierarquia, nem definição de responsabilidades diferentes a cada um de seus membros. Trata-se apenas de afirmar que no partido, apesar de existirem deveres diferentes, os direitos devem ser estritamente iguais e que os deveres da liderança devem ser cobrados como tais. A direção é, por fim, uma tarefa que deve estar no horizonte de todos os militantes, daí a necessidade da direção estimular e preparar todos os membros do partido para esta atividade.

É nesse sentido que deve-se perceber a necessidade e o papel dos dirigentes do ponto de vista gramsciano. Não se trata de pessoas que elaboram políticas unicamente a partir de suas próprias idéias e concepções, dirigindo o partido da mesma forma como dirigem seus próprios pensamentos. Trata-se na verdade de uma elaboração de mão dupla, isto é, a teoria que embasa a prática só pode ser concebida e elaborada a partir da própria prática. Dessa forma temos a possibilidade de elaborar políticas a partir das questões práticas do dia a dia, a partir da concretude dos fatos históricos e cotidianos que o partido e seus membros enfrentam, e de acordo com seus objetivos pois, segundo Gramsci, deve-se sempre considerar como princípio "que as idéias não nascem de outras idéias, que as filosofias não nascem de outras filosofias, mas são a expressão sempre renovada do desenvolvimento histórico real."²¹

21 - GRAMSCI, Antonio. *Pasado y Presente*. Buenos Aires, Ediciones Granica, 1974. p.84.

Segundo o comunista italiano, "deve-se sublinhar a importância e o significado que têm os partidos políticos, no mundo moderno, na elaboração e difusão das concepções do mundo, na medida em que elaboram essencialmente a ética e a política adequadas a ela, isto é, em que funcionam quase como *experimentadores* históricos de tais concepções. (...) Pode-se dizer que os partidos são os elaboradores das novas intelectualidades integrais e *totalitárias* (totalizadoras), isto é, a pedra-de-toque da unificação de teoria e prática, entendida como processo histórico real."²²

Como já dissemos acima, não devemos imaginar a inexistência de diferenciações, seja na capacidade de elaboração, seja nas tarefas desenvolvidas, entre os membros do partido. Para Gramsci, não existe organização sem a existência de intelectuais, organizadores e dirigentes: "autoconsciência crítica significa, histórica e politicamente, criação de uma elite de intelectuais: uma massa humana não se *distingue* e não se torna independente *por si*, sem organizar-se (em sentido lato); e não existe organização sem intelectuais, isto é, sem organizadores e dirigentes, sem que o aspecto teórico da ligação teoria prática se distinga concretamente em um extrato de pessoas *especializadas* na elaboração conceitual e filosófica".²³ É desnecessário insistir na necessidade do partido lutar pelo fim desta separação, que deve existir apenas enquanto uma distinção nas tarefas realizadas em um determinado período. O partido deve considerar que todos podem e devem vir a ser intelectuais e dirigentes e, a partir disso, criar as condições para que os dirigidos tornem-se também dirigentes. Preparar seus sucessores é tarefa tão importante quanto vencer uma batalha, dizia Gramsci.²⁴

Percebemos então a crítica gramsciana aos dois extremos. De um lado à elaboração pela elaboração, à teoria pela teoria, ao personalismo e ao autoritarismo; de

22 - GRAMSCI. *Concepção...*, *op. cit.*, p.22.

23 - *Idem*, p.21.

24 - GRAMSCI. *Maquiavel...* . *op. cit.* p.27.

outro ao espontaneísmo. Para Gramsci a história decorre da ação consciente dos homens. Neste sentido, o partido deve estimular a formação de seus intelectuais, dirigentes e organizadores. Um documento expressivo desta posição é o *Regimento dos Conselhos de Fábrica*, de 1919.

Justamente por reconhecer que a espontaneidade é uma presença decisiva na história das classes subalternas, Gramsci se preocupa com a formação dos intelectuais e dirigentes destas classes.²⁵ É esta construção que permitirá àquelas classes escapar da dominação da racionalidade dominante e constituir-se como identidade e projeto. Este movimento é fundamental para poder pensar em constituir-se como futuro dirigente.

Gramsci nos alerta, assim, para a necessidade de incorporação de alguns elementos de espontaneidade: "Descuidar e, pior ainda, menosprezar os movimentos chamados *espontâneos*, isto é, renunciar a dar-lhes uma direção consciente e elevá-los a um plano superior e inseri-los na política pode ter conseqüências muito sérias e graves."²⁶

Se "todos os homens são intelectuais (...) mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais",²⁷ se todos os homens são, muitas vezes sem o saber, filósofos, ganha sentido a necessidade de superar a idéia de que a filosofia seja algo muito difícil e que portanto deve ser dominada apenas por um

25 - "Pode-se dizer que o elemento da espontaneidade é, por isso, característico *da história das classes subalternas*, e também dos elementos mais marginais e periféricos destas classes que não alcançaram a consciência de classe *para si* e por isso nem sequer suspeitam que sua história pode ter alguma importância nem que tenha algum valor deixar restos documentais." - GRAMSCI. *Pasado...*, *op. cit.* p.76.

26 - *Idem.* p.78.

27 - GRAMSCI, Antonio. GRAMSCI, Antonio. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. p.7.

extrato de pessoas que se dediquem integralmente a esta função.²⁸ Aceitar essa tese é concordar e viver, passivamente, com a subalternidade, é recusar-se a ser livre.

A filosofia está contida na linguagem, no senso comum e no bom-senso, na religião popular e em todo o sistema de crenças, superstições, opiniões, etc. Enfim, "naquilo que se conhece geralmente por *folclore*".²⁹ A linguagem traz consigo ricos elementos de concepção de mundo e de história. Uma linguagem rica permite compreender melhor a realidade e dialogar com sua complexidade. Um dialeto não permite esta tradução. O mesmo ocorre com a experiência. Uma experiência rica, isto é, não provinciana, permite uma maior compreensão do mundo, uma visão menos fechada, mais internacional. Gramsci insiste na necessidade de incentivar que as massas participem da análise da realidade vivida e da elaboração do novo projeto de sociedade. Para ele é importante fazer *com* os trabalhadores, e não *para* eles. Esta idéia vale não só para a filosofia, mas também para todo o resto.³⁰ Ela mesma é toda uma filosofia.

Se assim é, torna-se então necessário praticar a filosofia de uma forma organizada e coerente. Se não se faz isso, continua-se prisioneiro de uma concepção de mundo exterior, que existe mesmo que não a percebamos. Gramsci diz que é melhor ser capaz de reconhecer as concepções exteriores e confrontá-las, de maneira sistemática, com sua própria visão de mundo, a fim de elaborar uma nova e mais organizada concepção que, através de ações filosóficas e práticas, possa contribuir para a modificação da história da humanidade.³¹

Gramsci trabalha com a idéia de diversos estágios ou formas de "consciência": Folclore, Senso Comum, Bom Senso, Religião e Filosofia. Para ele, a

28 - GRAMSCI. *Concepção...*, *op. cit.*, p.11.

29 - *Idem*.

30 - *Idem*. p.13.

31 - *Idem*. p.12.

religião, a política e a ideologia caracterizam-se por criar uma "unidade de fé entre uma concepção de mundo e uma norma de conduta adequada a ela".³² No entanto, a religião e o senso comum não podem se constituir em ordens intelectuais por não possuírem nem unidade nem coerência, seja individual, seja coletivamente.

O senso comum por ser um conjunto de pensamentos ainda não articulados, isto é, em sua forma bruta. Já no caso da religião existem problemas de duas ordens: o primeiro diz respeito à sua própria natureza, isto é, a possibilidade de questionamento e de crítica é limitada pela crença. O segundo diz respeito à prática. Historicamente, a manutenção dos elos entre os intelectuais e os simples foi feita através da repressão dos intelectuais, isto é, impedindo-os de avançarem demais, e não através da elevação do nível cultural das massas.³³

A maioria das pessoas age, em geral, de acordo com concepções de mundo que possui, sejam elas conscientes ou não. Muitas vezes ocorre uma incongruência entre determinados modos de agir e a concepção de mundo declarada por uma pessoa ou grupo. Esta incongruência pode ser explicada de várias formas. Pode tratar-se de uma nova concepção de mundo ainda não totalmente incorporada pela pessoa ou grupo, de forma que suas atitudes ainda não tenham sido substancialmente moldadas³⁴. Pode também tratar-se da falta de compreensão de que tais atitudes não são coerentes com sua concepção de mundo. Além disso, na quase totalidade das vezes, uma pessoa pertence a diversos "partidos", muitas vezes com pontos de vista e concepções

32 - *Idem.* p.212.

33 - *Idem.* pp.16-17.

34 - Substancialmente pois, afinal, elas nunca são capazes de modificar totalmente certos padrões de comportamento, de forma que a uma determinada concepção de mundo só possa existir um padrão de comportamento/agência. Ou, o que é a mesma coisa dita de outra forma, uma determinada concepção nunca consegue moldar completamente uma pessoa/grupo aos seus padrões ideais.

diferenciadas ou mesmo contraditórias. Afinal o homem na verdade é, antes de tudo, um *carrefour*, um cruzamento de diversas concepções, atividades, papéis que desempenha, etc., através dos quais percebe-se como agente da história, através dos quais elabora seus pontos de vista pessoais e coletivos, através dos quais vive sua própria vida.³⁵ Desconstruir o folclore e o senso comum, trabalhar com o bom senso é iniciar o processo de libertação das classes subalternas.

Para Gramsci, um partido revolucionário deve comportar-se como um Estado em potencial, isto é, deve trazer consigo as características necessárias para a fundação de um novo tipo de Estado. Existem diferenças na concepção, no funcionamento e na organização dos diversos tipos de partidos, e uma relação entre seus objetivos e sua forma de organização interna. Podemos dizer que o partido idealizado por Gramsci, ao desejar mudar a ordem vigente e construir uma nova sociedade, deve proceder do mesmo modo em seu interior.

Um partido que almeja construir uma sociedade democrática não pode adotar atitudes e procedimentos autoritários. A democracia que o partido deseja para a sociedade precisa ser também exercitada internamente. Um partido autoritário, que não elabora coletivamente, que não permite a elaboração, a expressão e a elevação dos *simples* não é capaz de fundar o novo tipo de Estado desejado por Gramsci e pelos socialistas.³⁶

35 - Sobre esta idéia ver DIAS, Edmundo Fernandes. *Hegemonia: Nova Civiltà ou Domínio Ideológico?* In: *História & Perspectivas*. Revista do Curso de História da Universidade Federal de Uberlândia. Número 5, jul-dez 1991. Ver também GRAMSCI. *Concepção...*, *op. cit.*, p.15 e MARX, Karl. "Prefácio" in: *Para a Crítica da Economia Política; Salário, Preço e Lucro; O Rendimento e suas Fontes*. São Paulo, Abril Cultural, 1982. 242p. Introdução de Jacob Gorender. Tradução de Edgard Malagodi, Leandro Konder, José Arthur Giannotti, Walter Rehfeld. Série Os Economistas... e MARX. *O Dezoito...* *op. cit.*

36 - Preocupações no mesmo sentido aparecem nos documentos do VII Encontro Nacional, 1990 e do I Congresso do PT, 1991.

Para fundar uma sociedade igualitária e radicalmente democrática um partido deve basear-se no que Gramsci chama de centralismo orgânico (democrático), onde exista um diálogo freqüente entre os militantes e a direção do partido e que consiga compreender e respeitar os anseios das classes que pretende representar e organizar.³⁷ Além disso, e fundamentalmente, este partido deve lutar não apenas pela conquista do Estado, mas pela sua supressão. Não quer apenas modificá-lo, mas destruí-lo. Nesse sentido o partido revolucionário é um organismo anti-Estado, que dá centralidade à luta de classes e conduz a classe trabalhadora a ser classe dominante e dirigente.³⁸

O partido revolucionário deve elevar as massas atrasadas ao nível cultural e social exigido pela nova legalidade, isto é, efetivar a hegemonia das classes subalternas e, ao mesmo tempo, enquadrar dentro da nova ordem as forças sociais anteriormente dominantes, reprimindo-as e educando-as. Somente quando estes objetivos forem atingidos, isto é, quando uma classe conseguir assimilar toda a sociedade é que poderemos considerar construído, ou em vias de construção, o Estado ético, desejado por Gramsci.

Já os partidos da ordem, que pretendem perpetuar a dominação burguesa, reproduzem em seu interior o mesmo esquema de dominação que exerce sobre a sociedade. Trata-se na verdade de um grupo que apenas segue seus líderes e que, portanto, não decide o seu destino, não sendo assim um verdadeiro partido político. Não passa de um grupo organizado a partir do princípio do domínio burocrático. Podemos considerá-los como frações das classes dominantes, que lutam entre si para controlar o Estado em seu próprio benefício mantendo-o, é claro, longe do alcance dos trabalhadores.

37 - GRAMSCI. *Maquiavel. op. cit.* pp.82-84.

38 - Idéias semelhantes apareceriam no VIII Encontro Nacional do PT, em 1993.

1.5. De massas e de quadros

Gramsci tinha também outras preocupações. Uma delas dizia respeito aos tipos clássicos de partido, de massas ou de quadros. Não vamos discutir aqui como outros autores trataram esta questão, pois não é o nosso tema. Importa-nos apenas identificar, explicitar e comparar as características destes partidos com as idéias gramscianas e, posteriormente, com as resoluções petistas.³⁹

Consideramos um partido de quadros aquele composto por poucos militantes, bem preparados, capazes de, por exemplo, interferir decisivamente numa assembléia, que representam um conjunto maior de pessoas que pensam mais ou menos da mesma forma que o "líder", etc..

Gramsci refere-se a este tipo de partido como aquele constituído por um conjunto de homens de cultura e dirigente (cultural e ideologicamente) de "um grande movimento de partidos afins".⁴⁰ Trata-se, então, de um partido revolucionário e único, porém composto por diversos outros partidos ou, como diríamos hoje, frações (ou tendências, caso queiramos designar grupos definidos de forma mais tênue). Esta idéia de direito a frações remete para a concepção gramsciana de democracia interna, que exige que as diferenças entre os diversos grupos, frações, tendências e pessoas possam se expressar plenamente dentro do partido.

A crítica gramsciana aos partidos estritamente de quadros baseia-se no fato de que, embora possa existir democracia interna para as frações, o partido limita-se basicamente a elas. Isto é, trata-se de um partido pequeno, fechado internamente,

39 - Um dos momentos onde esta discussão ocorreu com maior profundidade foi no V Encontro Nacional do PT, em 1987, conforme veremos no capítulo VI.

40 - Gramsci trabalha, até este momento, com a idéia de partido único: "o partido (...) que tem a função de dirigir (...) um grande movimento de partidos afins (na realidade, frações de um mesmo partido orgânico)." GRAMSCI. *Maquiavel... op. cit.* p.23.

sem a participação de grupos e pessoas menos preparados: a maioria dos trabalhadores, ou seja, como seita.

O oposto disso seria o partido de massas. Um partido com um grande número de membros, que participam ativamente de suas instâncias. Um partido que exige e estimula a participação da militância. É, portanto, um partido que não vive exclusivamente das idéias de um pequeno grupo de pessoas. Gramsci, tratando da tradição da II Internacional, via o risco de que esse partido acabasse por basear-se em uma certa fidelidade genérica, de tipo militar. Nesse caso, seus militantes acabariam por seguir determinados líderes, sem contudo serem capazes de perceber plenamente as conseqüências das propostas defendidas por estes. Para Gramsci, este tipo de partido tende a ser mais facilmente manobrado, isto é, convencido das propostas de outros grupos, devido ao pequeno acúmulo de discussão e a falta de preparo de seus membros. Mais do que elaborar coletivamente, este partido tende a obedecer passiva e liberalmente a direções que podem se colocar acima e por fora do movimento real do partido. Além disso, os membros deste partido podem ser levados por propostas sentimentais e/ou messiânicas, ao sabor de seus líderes e/ou de seus adversários.

Trabalhando com a experiência histórica dos partidos, Gramsci concluiu que o melhor seria um partido com algumas características dos dois tipos. Um partido de quadros onde, ao menos tendencialmente, todos os filiados fossem intelectuais e dirigentes. Onde as grandes decisões fossem, em maior ou menor escala, tomadas por todo o conjunto partidário. Tratava-se do fim do poder absoluto nas mãos dos eventuais dirigentes. Eventuais porque todo e qualquer membro do partido deve ser considerado como um intelectual e, desta forma, deve se preparar para tornar-se dirigente.

Além disso, para Gramsci o partido deve crescer sempre, não apenas em qualidade, mas também em número de filiados e militantes, a fim de aumentar sua penetração em outros setores sociais ainda não atingidos pelo partido, aperfeiçoando assim seu caráter de "Estado em potência".

Para Gramsci, o Estado Socialista já existe, em potencial, nas organizações proletárias. Torna-se necessário então organizar, centralizar, hierarquizar, coordenar as atividades destas instituições e dessa forma criar, de fato, uma democracia operária que possa se contrapor ao Estado, à democracia burguesa e a todas as formas de racionalidade e de institucionalidade vigente.

Atingindo plenamente este caráter de Estado, o partido deixa de ser necessário. Em outras palavras, o partido se realiza, cumprindo seu objetivo de destruição do Estado capitalista, baseado na separação e distinção dos homens em classes. Nas palavras do autor: "Assim, como cada partido não é mais que uma nomenclatura de classe, é evidente que, para o partido que se propõe anular a divisão em classes, a sua perfeição e acabamento consiste em não existir mais, porque já não existem classes e, portanto, a sua expressão."⁴¹

1.6. Nascimento e composição interna

Para que um partido revolucionário possa deixar de existir, vitorioso, é necessário que ele cumpra sua tarefa histórica. Mas, o que será necessário para que este partido possa nascer? Isto é, "em que momento um partido torna-se historicamente necessário?"⁴²

Para responder esta questão devemos lembrar sempre das duas premissas com que Gramsci trabalhava. A primeira, que uma sociedade só dá lugar a outra depois

41 - GRAMSCI. *Maquiavel...*, op. cit., p.25. Deve-se lembrar ainda que "Também é verdade que os partidos não são apenas uma expressão mecânica e passiva das mesmas classes, mas atuam energeticamente sobre elas, para desenvolvê-las, consolidá-las, universalizá-las" GRAMSCI. *Pasado...*, op. cit. p.82.

42 - GRAMSCI. *Maquiavel...*, op. cit. p.25.

de desenvolvidas todas as suas potencialidades e; a segunda, que uma sociedade só se propõe a tarefas que pode realizar.

Neste sentido, um partido torna-se historicamente necessário quando existe a possibilidade de seu triunfo, isto é, quando torna-se possível sua transformação em Estado. Trata-se sempre de possibilidades, e não de determinações mecânicas. Para definir se o partido terá êxito nesta tarefa, não sendo destruído por meios "normais", é necessário avaliar outras questões, como por exemplo a sua composição interna, na qual "é necessária a confluência de três elementos fundamentais", ou melhor, três grupos de elementos:⁴³

Um primeiro grupo, composto por militantes de base. Pessoas menos preparadas, que contribuem com o partido mais com sua disciplina e fidelidade do que com organização ou criatividade. Gravitam, no interior do partido, em torno de algo (idéias ou pessoas) que os atrai, centraliza e organiza. Para Gramsci não pode existir partido sem este grupo. No entanto, ele não constitui sozinho o partido, pois falta-lhe, neste momento, capacidade dirigente. São os soldados na conhecida metáfora gramsciana.

Um segundo grupo, composto pelos quadros superiores do partido. Sua mais alta direção, os que promovem a coesão interna e a necessária organização, disciplina e centralização do partido. Gramsci chama-os de capitães, a partir dos quais é mais fácil constituir um novo partido do que com o primeiro grupo. No entanto, um partido não pode existir com apenas este segundo elemento.

Uma de suas funções principais é preparar os membros do partido para serem dirigentes, para assumirem, por exemplo, suas tarefas no caso de sua destruição. Segundo Gramsci, isto é tão importante quanto as demais tarefas realizadas para atingir o objetivo do partido. Podemos notar sempre a insistência do autor em reafirmar a

43 - *Idem*, pp.25-26.

necessidade de que todos os membros do partido sejam dirigentes em potencial. Todos devem ser intelectuais no sentido de elaborarem políticas e práticas para o partido e para o conjunto das classes, junto com elas.

Existe também a necessidade de um terceiro grupo, composto por pessoas ou quadros intermediários. Um grupo de militantes que articula os grupos inferior e superior. Conhece a tropa (os militantes de base) e compreende, em grau satisfatório, o que o generalato quer. Pode exercer o papel de direção em nível local ou regional. São decisivos na coesão interna do partido e na generalização de suas práticas.

Para Gramsci é a partir da existência destes três grupos que se pode afirmar que um partido não pode ser destruído por meios normais, isto é, que se tornou, ou está se tornando, possível sua transformação em Estado, enfim, que este partido tornou-se historicamente necessário. Nas palavras do autor: "no momento em que as condições de seu triunfo, da sua infalível transformação em Estado estão, pelo menos, em vias de formação e levam a prever normalmente o seu desenvolvimento ulterior."⁴⁴ Nesse sentido, podemos dizer que um partido não pode ser destruído, por meios normais na medida em que o segundo grupo definido acima exista. Se este grupo estiver preparado para suas tarefas e se existirem as condições reais, baseadas nas duas premissas acima expostas, deverão constituir-se os outros dois grupos. É necessário também que exista uma "convicção férrea" da necessidade da solução dos problemas vitais.

Constituído desta forma, o partido torna-se maior, mais eficiente e mais importante que o conjunto de seus filiados individualmente. O partido, ao compreender a necessidade de melhorar sua organização a partir destes pressupostos, e a partir de uma melhoria em sua articulação interna, estará apto a assumir as tarefas que lhe serão

44 - *Idem*.

impingidas cotidianamente, principalmente nos períodos revolucionários, e a resolvê-las.

Existem, no entanto, para cada partido e em cada momento histórico, proporções definidas dos três elementos acima descritos para que o partido seja eficiente. Isto é, são necessárias quantidades ótimas de militantes de base, quadros intermediários e quadros superiores, preparados para realizar as tarefas que lhes são próprias.

E como saber, afinal, se estes elementos encontram-se em suas quantidades ótimas ou se estão suficientemente qualificados? Existem várias maneiras de avaliar se as tarefas do partido estão sendo cumpridas satisfatoriamente. Uma delas, sem dúvida, é a relação entre seus filiados e militantes no movimento social em geral. Isto é, até que ponto as disputas internas são realmente disputas por determinados pontos de vista ou simples disputa de aparelhos partidários, sindicais ou de qualquer outro tipo.⁴⁵

Outra forma de verificar a eficácia do partido é através da análise do papel do partido no cotidiano e na história da sociedade em que está inserido. Pode-se perguntar: Se determinado partido não existisse em determinado período, o que seria diferente na história desta sociedade? Seria melhor ou pior para a realização dos objetivos deste partido e dos partidos adversários? As respostas a questões deste tipo podem indicar a importância e o grau de preparo dos diversos níveis partidários.

Uma outra forma é, sem dúvida, a confiança que a sociedade e seus diversos segmentos depositam no partido. Esta confiança pode ser medida através dos resultados eleitorais, embora não apenas através deles. Próximos no tempo, em um determinado território e em eleições de âmbito diferentes, estes resultados podem indicar se é o número de militantes de base que precisa ser aumentado, ou se é o número

45 - Esta questão é decisiva na prática do PT.

de quadros superiores ou intermediários. Por exemplo, se um partido tem muitos votos em nível nacional, isto é, quando se trata de questões de âmbito nacional, e poucos votos em eleições locais, significa que os militantes locais é que precisam ser melhor preparados, seja na sua capacidade de elaboração de propostas, seja na capacidade de intervenção na sua realidade, seja nos recursos disponíveis, seja em seu número. O inverso também é verdadeiro, isto é, se um partido obtém muitos votos em eleições locais ou regionais, e poucos votos em eleições nacionais, muito provavelmente existe uma deficiência de seus quadros superiores, ou em qualidade, ou em quantidade.

Por outro lado, se um partido tem a maior parte de seus votos em uma determinada classe social ou parcela da população isto pode se dar por diversos motivos, como uma maior identificação de um grupo social com as propostas elaboradas pelo partido ou devido à dificuldade de penetração do partido em outros segmentos sociais. Por sua vez, esta dificuldade pode ocorrer devido às diferenças existentes entre as propostas do partido e as expectativas destes segmentos, ou devido à dificuldade do partido em comunicar-se com eles, demonstrando-lhes que suas propostas são as que mais se aproximam das suas expectativas. Esta dificuldade pode ocorrer também devido à falsa imagem que um outro partido, ou partidos, tenha junto a estes grupos.

1.7. As tarefas

Feitas estas considerações fica mais fácil compreender as tarefas do partido. Em palavras breves: organizar os trabalhadores, construir sua hegemonia e a nova sociedade. Resta agora buscar as características e desenvolver melhor as tarefas deste partido.

A concepção gramsciana de partido é inovadora. Na prática ele trabalha com o partido como direção e não apenas como aparelho de intervenção parlamentar.

Considera como partido diversas organizações da sociedade, como um jornal ou revista e seus leitores, os canais de televisão, associações, etc.. Tomando como exemplo seu país, Gramsci vai dizer que: "Na Itália, pela ausência de partidos organizados e centralizados, não se pode prescindir dos diários: são eles, agrupados em série, que se constituem em verdadeiros partidos."⁴⁶

Atuando como partidos, os meios de comunicação podem expressar e difundir concepções de mundo das classes dominantes, tentando enquadrar e expressar um determinado segmento da sociedade. O que é tão mais eficiente quanto menos aparece como partido, em especial em sociedades onde o desgaste partidário, seja qual for o motivo, tenha sido exacerbado; onde a política aparece não apenas como exterioridade, mas, também, como inutilidade e perversidade. Se assim é, podemos dizer que numa sociedade "ninguém é desorganizado e sem partido", pois todos são influenciados pelos partidos existentes.

Esta definição de partido é solidária com a de Estado. Como já vimos, Gramsci não concebe o Estado como simples *sociedade política*, isto é, aparato jurídico, de repressão, educação e organização da sociedade. Concebe-o como resultado da articulação do conjunto de organizações políticas e jurídicas, ditas públicas, e da chamada "sociedade civil", instituições ditas privadas, como por exemplo os sindicatos, as escolas, associações diversas, os próprios partidos, etc.. A natureza estatal recobre a totalidade do social, mesmo dos espaços que não são institucionais (como por exemplo os movimentos sociais). Assim, como todos participam de determinadas visões de mundo, através de seus *partidos*⁴⁷, acabam por participar do Estado, através das mais diversas organizações sociais e políticas (partidárias ou não).

46 - GRAMSCI. *Pasado... op. cit.* p.66 e *Maquiavel... op. cit.* pp.20-23.

47 - Aqui pensados de acordo com a concepção gramsciana.

Para cumprir seu objetivo de destruir o Estado capitalista e construir a nova sociedade o partido deve realizar muitas tarefas fundamentais: suscitar, construir, organizar sistematicamente uma nova vontade coletiva, junto com as classes trabalhadoras, a partir desta vontade.

Os partidos são expressões de determinadas classes sociais. No entanto isso não significa que um partido deva limitar-se a dialogar com e influenciar apenas a sua classe social. Ao contrário, o partido gramsciano deve, sempre, tentar aglutinar as outras classes (e/ou grupos) sociais, incorporando-as ao projeto da classe de quem é a expressão. Ao fazer isso, este partido acaba por relacionar entre si diversos segmentos, cumprindo o papel de "equilíbrio e arbitragem" entre sua classe e as demais. O partido atua, pois, como mediação fundamental. Deve não apenas pôr em contraste, em diálogo, mas em confronto, em ruptura.

Os partidos (e os sindicatos) são as academias das classes trabalhadoras⁴⁸, isto é, os organismos através dos quais os trabalhadores podem tornar-se dirigentes. Esta preparação é fundamental, uma vez que o novo Estado não pode ser improvisado, ao contrário, deve ser cotidianamente pensado e elaborado pelos trabalhadores. O partido deve lutar para tornar-se um Estado de transição, que deseja a extinção das classes e sua própria extinção.

Cabe a ele travar a disputa ideológica, mostrando as diferenças entre os projetos das diversas classes. Cabe a ele organizar as classes subalternas de modo a tornar possível sua emancipação, organizando e construindo, junto com estas classes, essa emancipação.

48 - "Os *partidos* são até agora o modo mais adequado para aperfeiçoar os dirigentes e a capacidade de direção." GRAMSCI. *Maquiavel... op. cit.* p.20.

O partido é o órgão de educação comunista e portanto deve ser intelectual, organizador e dirigente. Organizador e dirigente dos aliados e desorganizador dos adversários.

Cabe a ele a tarefa de estimular e organizar vontades desconexas. É agente educador, centralizador e coordenador das demais forças da sociedade a fim de atingir os objetivos determinados. Deve, portanto, tratar das questões mais amplas, gerais e de longo prazo das classes, não se limitando às lutas imediatas e quase sempre corporativas. Precisa demonstrar a viabilidade de suas propostas, e a relação delas com a materialidade. Que a partir delas pode-se construir uma nova sociedade. Feito isso, torna-se possível, no imaginário dos trabalhadores, lutar para transformarem-se em classe dirigente, transformando a democracia burguesa numa democracia efetiva, dos trabalhadores.

Finalmente, o partido não deve e não pode esperar que as condições de destruição do Estado estejam dadas, isto é, que a conjuntura se torne favorável, para que ele inicie seu trabalho. Ao contrário, deve suscitar, organizar e preparar a vontade de destruir o Estado capitalista e, ainda no seu interior, iniciar a construção do novo Estado e da nova sociedade.⁴⁹

49 - DIAS, *Democracia...*, *op. cit.*, pp.115-118.

CAPÍTULO II

DA FUNDAÇÃO AO

IV ENCONTRO NACIONAL

2.1. Apresentação

Antes de mais nada é preciso definir a função deste capítulo. Não pretendemos fazer uma análise minuciosa da conjuntura ou das resoluções do Partido dos Trabalhadores entre 1978 e 1986, uma vez que, a rigor, nosso estudo compreende o período de 1987 a 1994. Este capítulo serve apenas para apresentar algumas questões que desde o início ocupam lugar destacado nas discussões petistas. O presente capítulo permite compreender melhor os posteriores e a relação entre eles e o primeiro, mais teórico.

Assim, sua organização e forma de tratamento do conteúdo são diferentes dos demais. Nele não trataremos especificamente das resoluções finais dos encontros nacionais do partido, mas analisaremos sucintamente outros documentos partidários que tratam de conjuntura, projeto e programa. Utilizaremos também textos de outros estudiosos, citados na bibliografia. Decidimos proceder assim devido à dificuldade de localizar as resoluções finais dos encontros anteriores ao IV Encontro. A parte referente a este, entretanto, será tratada com um pouco mais de cuidado, a fim de melhor introduzir o leitor ao restante desta dissertação.

2.2. A conjuntura política entre 1978 e 1982: a abertura

A partir de meados da década de 70 começava a abertura do regime ditatorial. Alguns dos motivos desta abertura foram a vitória da oposição nas eleições de 74, quando o regime percebeu que a tática de aglutinar toda a oposição num único partido havia se tornado perigosa; a crescente articulação da sociedade, principalmente as classes médias urbanas, através de sindicato e de outras associações como a ABI e a OAB, a atuação da igreja progressista, a abertura do regime de outros países na América Latina e a modificação da conjuntura internacional.

Devemos prestar particular atenção no movimento sindical do ABC paulista, onde surge o chamado "novo sindicalismo", principalmente no sindicato dos metalúrgicos.⁵⁰ Muitas das lideranças desta categoria começavam a discutir a possibilidade de criação de um novo partido político, o PT.

2.3. A novidade: o PT

No início de 1978, aquele que seria a principal figura do PT até hoje, Lula, ainda era contra a criação de um partido. Em julho do mesmo ano, entretanto, Lula já admitia a necessidade de criação de um (ou mais) partido(s) e, em 1979, compreendia plenamente a necessidade do PT.⁵¹

50 - Maiores detalhes e uma aprofundada análise das greves metalúrgicas do período 1978-1980 no ABC podem ser encontradas em ANTUNES, Ricardo. *A Rebeldia do Trabalho. o Confronto operário no ABC Paulista: as greves de 1978-1980*. Campinas, Unicamp, 1988. 220p.

51 - GADOTTI, Moacir & PEREIRA, Otaviano. *Pra que PT. Origem, Projeto e Consolidação do Partido dos Trabalhadores*. São Paulo, Cortez, 1989. 370p. pp.20-21.

Um dos princípios básicos do PT, desde sua fundação, é o da democracia interna e o respeito às diferenças.⁵² E não podia ser diferente, uma vez que haviam vários grupos envolvidos na construção do PT:⁵³

- a) Um grupo de intelectuais democráticos e/ou de esquerda;
- b) políticos da esquerda do MDB;
- c) setores progressistas da Igreja Católica,
- d) vários grupos políticos de esquerda;
- e) setores vinculados ao movimento sindical.

Estes diversos grupos, principalmente as mais de dez organizações de esquerda, possuíam diferentes concepções de partido, revolução, diferentes táticas e estratégias para a superação do capitalismo, além de diferentes formas de encarar o PT, isto é, se como partido tático ou estratégico, de massas o de quadros, como partido ou como frente de partidos, etc.

Um grupo de intelectuais ligados ao Centro de Estudos Contemporâneos (CEDEC), composto por José Álvaro Moisés, Francisco de Oliveira, Paul Singer, Francisco Weffort, Fernando Henrique Cardoso, Mário Covas, José Serra, Luís Carlos Bresser Pereira, Almino Afonso, entre outros, defendiam a idéia de um Partido Socialista, de tipo Europeu.⁵⁴

Joaquim dos Santos Andrade, por sua vez, defendia a criação de um partido semelhante ao Partido Social Democrata Alemão, que não excluísse ex-inte-

52 - *Idem.* p. 21.

53 - MENEGUELLO, Rachel. *PT: A Formação de um partido, 1979-1982*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989. pp.56-64.

54 - GADOTTI & PEREIRA. *Pra que PT... op. cit.* p.26-7.

grantes da ARENA e do MDB e que "garantissem a propriedade privada dos meios de produção".⁵⁵

Dizia-se também que o projeto era inviável, ou que era necessário, primeiro, fundar a central sindical, para não inviabilizar a idéia do PT. Uma terceira posição era claramente contrária à criação do PT e defendia a participação no interior dos partidos já existentes."⁵⁶

Com a vitória dos que defendiam um partido de base, contra os chamados *parlamentares*, alguns destes optaram por abandonar a construção do PT, enquanto que outros assumiram-na.

Em seu início o PT decidiu priorizar a ação nos movimentos sociais em detrimento de uma ação mais parlamentar. Neste momento de afirmação de seu projeto, também optou por evitar alianças eleitorais: "assim, o PT não fará coligação. Não por uma questão de princípio, mas por uma questão de tática. Fazer ou não coligação depende do momento político, do programa proposto e dos partidos que estejam interessados em realizá-la."⁵⁷

O PT teve também que enfrentar a resistência do PCB e do PC do B, que atuavam no interior do PMDB e que se consideravam "os partidos" da classe operária e de Brizola, para quem Lula deveria ser apenas líder sindical.⁵⁸

Outras questões que desde o início se colocam para o PT: "será de fato um partido ou uma frente de partidos? Será um partido social-democrata, classista ou

55 - *Idem*, p.28. Outras informações sobre este assunto podem ser encontradas também em OLIVEIRA, Isabel Ribeiro. *Trabalho e Política. As Origens do Partido dos Trabalhadores*. Petrópolis, Vozes, 1988, especialmente nas páginas 118 a 134.

56 - GADOTTI & PEREIRA, *op. cit.*, p. 30.

57 - PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Carta Eleitoral*. Citado por GADOTTI & PEREIRA, *op. cit.*, p. 235.

58 - PONT, Raul. *Breve História do PT*. Brasília, Câmara dos Deputados, 1992. pp.07-09.

socialista? Um partido de massas ou de quadros? Um partido tático ou estratégico? Como um partido democrático e popular, ele não poderia nascer monolítico. Daí a existência, desde seu nascimento, de várias visões de partido."⁵⁹

O caráter de frente de esquerdas foi aos poucos rejeitado. Definiu-se como partido classista, amplo e massivo, uma organização dos próprios trabalhadores, autônoma e independente, mas que não pretendia ser seu único representante, visão esta que seria reafirmada mais tarde, em 1987, no seu V Encontro Nacional.

Outra questão polêmica era a da proporcionalidade nas instâncias de direção. A proporcionalidade no diretório nacional foi aprovada já no primeiro encontro, em 1981, enquanto que a proporcionalidade plena, até a executiva nacional, só viria a ser definida e regulamentada em 1990, no VII Encontro Nacional.⁶⁰

Vejamos agora, rapidamente, como as questões que trabalharemos nos outros capítulos apareceram em alguns documentos do período 1978 a 1986.

No *Manifesto* de fundação, de 1980, as idéias de Socialismo, Democracia Interna e Democracia como valor permanente apareceriam claramente. A importância e a forma de construção da democracia aparece no primeiro parágrafo do *Manifesto*, o que se justifica também pelo fato do PT surgir lutando contra uma ditadura.⁶¹ "O Partido dos Trabalhadores surge da necessidade sentida por milhões de brasileiros de intervir na vida social e política do País para transformá-la. A mais importante lição que o trabalhador brasileiro aprendeu em suas lutas é a de que a democracia é uma conquista que, finalmente, ou se constrói pela sua mão ou não virá. (...) Queremos a

59 - GADOTTI & PEREIRA. *Pra que PT...* op. cit. p. 29.

60 - PONT. *Breve História...* op. cit. pp.12,18.

61 - Um relato interessante e didático sobre a fundação e a história do PT pode ser encontrada em NETTO, Edson Luiz. *PT, Um Partido Sem Medo de Ser Feliz. O que é, o que fez, onde está: a trajetória do Partido dos Trabalhadores*. Itapira, Linhasgerais, 1994. 58p.

política como atividade própria das massas que desejam participar, legal e legitimamente, de todas as decisões da sociedade."⁶²

A idéia de partido enquanto "Estado em Potência" também aparece desde o início: "Queremos, por isso mesmo, um Partido amplo e aberto a todos os aqueles comprometidos com a causa dos trabalhadores e com o seu programa. Em consequência, queremos construir uma estrutura interna democrática, apoiada em decisões coletivas e cuja direção e programa sejam decididos em suas bases."⁶³

Embora pouco elaboradas, a crítica ao Capitalismo e a defesa do socialismo também aparecem desde o *Manifesto*: "O PT nasce da decisão dos explorados de lutar contra um sistema econômico e político que não pode resolver os seus problemas, pois só existe para beneficiar uma minoria de privilegiados."⁶⁴

2.4. O I Encontro Nacional

Realizado em 8 e 9 de agosto de 1981, na Assembléia Legislativa de São Paulo, este I Encontro discutiu o Regimento Interno, a importância dos núcleos, o voto vinculado definido pelo regime. Lançou candidatos próprios em todos os níveis e aprovou resoluções sobre greve geral e sindicatos.

Ainda em 1981, em 27 de setembro, aconteceria a I Convenção Nacional, em Brasília. O discurso de Lula em seu encerramento retratava o acúmulo que o

62 - PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Manifesto*. In: *Documentos Básicos do Partido dos Trabalhadores*. (Manifesto, Programa, Estatuto, Discurso de Encerramento da I Convenção Nacional). São Paulo, Sindicato dos Bancários, 1990. p.5,§-1.

63 - PT. *Manifesto*, *op. cit.*, p.6.

64 - *Idem*.

partido tinha sobre questões como religião, socialismo e democracia, liberdades sindicais, etc. Vejamos algumas passagens deste discurso.

Reafirmava a democracia interna e respeito à militância: "o Partido dos Trabalhadores não pede atestado de ideologia ou carteira profissional a quem quer que seja, mas sim disposição de luta, fidelidade ao nosso Programa e ao nosso Estatuto. Dentro do Partido somos todos iguais, operários, camponeses, profissionais liberais, parlamentares, professores, estudantes, etc."⁶⁵

Também para Lula havia a necessidade de o partido constituir-se num embrião da nova sociedade, democrática e socialista: "em nosso País o sindicato, controlado pelo governo, não é suficiente para mudar a sociedade. O sindicato é a ferramenta adequada para melhorar as relações entre o capital e o trabalho. Mas não queremos só isso. Não queremos apenas melhorar as condições do trabalhador explorado pelo capitalista. Queremos mudar a relação entre capital e o trabalho. Queremos que os trabalhadores sejam donos dos meios de produção e dos frutos de seu trabalho. E isso só se consegue com a política. O partido é a ferramenta que nos permitirá atuar e transformar o poder neste País."⁶⁶

Além disso, a necessidade de articulação permanente entre elaboração política e atividade prática deveria ser constante: "o dia em que dirigentes do PT não puderem mais ir às portas de fábrica, ou locais de trabalho, ou lá onde se luta pela terra, é melhor fechar o PT. Não somos um partido de gabinetes, de salas atapetadas, de conchavos nos bastidores. É lá na porta da fábrica, no local de trabalho, na luta pela terra, na periferia, que nos abastecemos, que aprendemos com o povo, que corrigimos

65 - *Discurso de Lula. In: Documentos Básicos, op. cit., p.28.*

66 - *Idem. p.29.*

a direção de nosso projeto político, que reafirmamos a nossa fidelidade ao trabalhador brasileiro."⁶⁷

O Discurso ainda tratava da autonomia sindical, da necessidade dos trabalhadores do campo contribuírem decisivamente na elaboração do projeto de reforma agrária, da necessidade de estímulo à participação das mulheres nas atividades e direções partidárias, e na construção da nova sociedade.

Apesar de ainda embrionária, não havia dúvida sobre o caráter desta nova sociedade: "queremos, com todas as forças, uma sociedade que, como diz o nosso programa, terá que ser uma sociedade sem exploradores. Que sociedade é essa senão uma sociedade socialista? Mas o problema não é apenas este. Não basta alguém dizer que quer o socialismo. A grande pergunta é: qual socialismo? Estamos por acaso obrigados a rezar pela cartilha do primeiro teórico socialista que nos bate à porta?"⁶⁸

Tratava também da forma como o PT encarava a construção desta sociedade: "o socialismo que nós queremos se definirá por todo o povo, como exigência concreta das lutas populares, como resposta política e econômica global a todas as aspirações concretas que o PT (é) capaz de enfrentar. Seria muito fácil, aqui, sentados comodamente no recinto do Senado da República, nos decidirmos por uma definição ou por outra. Seria muito fácil e muito errado. O socialismo que nós queremos não nascerá de um decreto, nem nosso, nem de ninguém. O socialismo que nós queremos irá se definindo nas lutas do dia-a-dia, do mesmo modo como estamos construindo o PT. O socialismo que nós queremos terá que ser a emancipação dos trabalhadores. E a libertação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores."⁶⁹

67 - *Idem*.

68 - *Idem*. p.33.

69 - *Idem*. p.34.

Entre os dias 30 de outubro e 2 de novembro do mesmo ano aconteceria a reunião da primeira Direção Nacional. Decidiu-se a criação da Fundação Wilson Pinheiro de Souza e aprovou-se a criação do *Jornal do PT*.

2.5. O II Encontro Nacional

Este Encontro realizou-se nos dias 27 e 28 de março de 1982, no Instituto Sedes Sapientiae, em São Paulo.

Foi feita uma avaliação do Regimento Interno, aprovada a *Plataforma Nacional*, a plataforma *Terra, Trabalho e Liberdade* e a *Carta Eleitoral*, que estabelecia relações inovadoras entre os candidatos e o partido, subordinando aqueles ao programa e aos objetivos deste. Retomou-se a discussão sobre a Assembleia Nacional Constituinte, mantendo-se a posição tomada anteriormente pela Direção Nacional de ser contra a sua realização "por absoluta falta de garantia que essa convocação, essa assembleia e os resultados de seus trabalhos possam atender assim interesses da imensa maioria dos trabalhadores e dos setores populares."⁷⁰

Iniciava-se também a discussão sobre política de alianças e estratégia de longo prazo, além de combater o voto útil.

Plataforma Nacional aprovada:⁷¹

- "1. Sem liberdade a vida não vai mudar;
2. Num país tão rico é possível acabar com a fome;
3. Trabalhadores do Campo: terra e melhores salários;

⁷⁰ - Partido dos Trabalhadores. *Os trabalhadores, o PT e a Constituinte*. Documento aprovado pela Direção Nacional Provisória. 10 e 11 de janeiro de 1981. Citado por PONT. *Breve História op. cit.* p.16.

⁷¹ - PONT. *Breve História op. cit.* p.23.

4. Não é por falta de tijolo que o trabalhador não tem onde morar;
5. Neste País há pouca saúde e muito lucro com a doença;
6. A educação e a cultura são um direito e não um privilégio de classe;
7. Somos todos iguais: chega de discriminação;
8. No dinheiro do povo ninguém pode meter a mão;
9. Com os contratos de risco os tubarões pouco arriscam e muito petiscam;
10. O poder para os trabalhadores e o povo;
11. A luta dos trabalhadores é a mesma, em todo o mundo;
12. Só o socialismo resolverá de vez os nossos problemas."

Nas eleições de 1982 a propaganda de TV sofreu os efeitos da Lei Falcão. Ao lado disso, o voto vinculado impôs derrota ao regime e ao PT, favorecendo o PMDB.

Em outubro de 1982 foi lançado o documento *O PT e a economia: Projeto de Programa Econômico*. Este documento recebeu apoio de diversos economistas, mesmo não petistas.⁷²

Este documento reafirmava o caráter socialista do PT, mas também tratava das questões de curto prazo.

Propunha a renegociação da dívida externa, submetendo o seu pagamento ao crescimento da economia e da satisfação das necessidades básicas da população. Afirmava também que estas negociações deveriam ser conduzidas por um governo democrático e com respaldo popular, deveriam tratar de uma nova política industrial que permitisse um aumento da produção e a substituição de importações, e não

⁷² - GADOTTI & PEREIRA. *Pra que PT. op. cit.*, pp.99-104.

a redução do consumo interno. Além disso, estas negociações deveriam ser articuladas com outros países devedores, a fim de aumentar o poder de barganha dos indivíduos.

Denunciava o desemprego de cerca de cinco milhões e setecentas mil pessoas e propunha o salário-desemprego, além de medidas para aumentar a oferta de empregos, como a jornada de quarenta horas semanais, aumento dos serviços públicos de natureza social, reforma agrária, créditos especiais para setores industriais que utilizassem mais mão-de-obra e que produzissem bens de consumo popular.

Defendia o aumento imediato do salário mínimo, a autonomia sindical, o direito de greve, a estabilidade no emprego e a construção de uma central sindical como forma de garantir a distribuição de renda no País.

Propunha escala móvel de salários para garantir os trabalhadores da inflação, "disputa entre as classes sociais para manter ou aumentar sua participação na renda nacional".

Defendia também uma reforma tributária e fiscal que cobrasse mais impostos diretos que indiretos, aumentasse os impostos sobre grandes heranças e produtos de luxo e isentasse os produtos de consumo essencial, entre outros.

Neste mesmo período a bancada federal do PT não assumiu o compromisso de respeitar a Constituição plenamente, por ela ser outorgada e anti-democrática. Em 5 de fevereiro de 1983, documento do Diretório Nacional reafirma o caráter dirigente do PT, "que se propõe a dirigir a luta política dos trabalhadores", contra a idéia de um partido como "expressão dos movimentos sociais."⁷³

Em 2 de junho de 1983 ocorre o lançamento do *Manifesto dos 113*, embrião da *Articulação*. Defendia "o caráter estratégico do PT, sua independência de

73 - PONT. *Breve História op. cit.* p.28.

classe e sua participação na vida política nacional."⁷⁴ Criticava também as posturas conciliatórias e autônomas de vários deputados e de alguns setores do partido, acordo com o mote Terra, Trabalho e Liberdade, criticava as tendência que se comportavam como partidos dentro do Partido e os comandos paralelos no interior do PT.

Em 31 de julho de 1983 ocorre uma greve geral e, em 26, 27 e 28 de agosto de 1983, em São Bernardo do Campo, é fundada a CUT, com a participação decisiva do PT e de seus militantes no processo de sua construção. O partido decide, ainda neste ano, fazer atos e manifestações pelas eleições diretas. O primeiro ato pelas "Diretas-já" ocorreu em 27 de novembro de 1983, com 15 mil pessoas, em Porto Alegre. Em 25 de janeiro de 1984, 300 mil pessoas se reúnem na Praça da Sé.⁷⁵

Em novembro de 1983 a Comissão Executiva Nacional aprova o documento *Projeto Político do PT*.⁷⁶

Em sua primeira parte este documento tratava da crise nacional. Avaliava ser reflexo da crise do próprio capitalismo, global (econômica, social e política), com tendência a se agravar. Tratava a recessão como fruto quase inevitável do milagre; reconhecia a inflação galopante, a alta do custo de vida; o desemprego em massa; a concentração de renda; e o problema da dívida externa, a pauperização, o subemprego e o desemprego, a super-exploração do trabalho, a perda de benefícios sociais, o aumento da criminalidade. Lembremos que a década de 80 foi chamada de a década perdida. Em 1983 o PT já percebia esta tendência.

74 - POMAR, Valter Ventura da Rocha. *A Hora do Balanço. (Quem são os radicais do PT e como lutam contra os social-democratas)*. São Paulo, inédito, Novembro 1994. 61p. Versão Preliminar.

75 - PONT. *Breve História op. cit.* p.30.

76 - Publicado no *Boletim Nacional* nº 2, em 20 de novembro de 1983. Citado por GADOTTI & PEREIRA. *Pra que PT. op. cit.* p.105.

Analisando o movimento das classes dominantes, percebia sinais de desagregação institucional, marcada pela supremacia do executivo (setor militar) sobre os outros poderes. A corrupção neste poder e em todo o aparelho de Estado. A certeza da impunidade gerava pouco caso dos acusados.

Os dados estatísticos eram manipulados e as estatais sucateadas. A única saída proposta pelo regime era novamente jogar o ônus sobre os trabalhadores. Iniciava-se a perda de apoio do governo nos setores médios, no Congresso e até entre setores do empresariado.

Enquanto isso, a organização e a união dos trabalhadores era insuficiente para derrotar imediatamente o regime. Havia quatro tipos de comportamento popular: o imobilismo, o peleguismo, o reformismo e o novo, engajado na construção do PT e da CUT.

O movimento sindical combativo esforçava-se pela mobilização e organização dos trabalhadores e combatia os reformistas e pelegos do movimento. O documento considerava um grande avanço a realização do I Conclat, em São Bernardo.

Neste período ainda ocorrem manifestações de desempregados e de movimentos sociais na zona sul de São Paulo, no Rio de Janeiro e no interior do Nordeste, ocupações de espaços físicos, luta pela terra, e greves.

O parlamento deveria ser tratado como importante caixa de ressonância para as manifestações de rua, já que a crise agravava as contradições internas nos grandes partidos como o PDS e o PMDB.

O PT aparecia como líder da oposição ao governo, apesar do pequeno número de parlamentares.

A crise afetava também a capacidade dos governos estaduais resolverem os problemas da população. Governadores do PDS vacilavam entre a fidelidade ao governo central e a necessidade de atender as reivindicações feitas pelos movimentos sociais. Os do PMDB não conseguiam cumprir suas promessas demagógicas e decepções.

onavam seu eleitorado e toda a opinião pública. A saída dos governadores era a repressão ao movimento social.

Em sua segunda parte o *Projeto Político* considerava as alternativas das Classes Dominantes. Figueiredo representava o projeto de institucionalização da ditadura militar. Ainda não estava descartada a possibilidade de golpe militar, como demonstrava o caso Riocentro. Nesta situação, os únicos prejudicados seriam os trabalhadores.

Tancredo significa um projeto de conciliação. Não poderia resolver a crise, já que o regime não tinha mais um comando político único. Os setores dominantes não estavam dispostos a ceder aos setores de oposição conservadora, mas esta alternativa começava a ganhar novo impulso. Tancredo, governador de Minas Gerais, reprimia calculadamente os movimentos sociais, "para bem impressionar o governo central e diante dele credenciar-se como um possível candidato de conciliação, mesmo indireto, à Presidência de República", como de fato viria a acontecer.⁷⁷

Ulysses Guimarães, por sua vez, representava uma oposição liberal e portadora de propostas tímidas no plano institucional. A principal diferença de Tancredo é que precisava disputar o comando do Estado através do voto direto, e não através do Colégio Eleitoral. Entretanto, ambos serviam aos interesses das classes dominantes, por não questionar o conjunto dos problemas políticos e econômicos do regime.

O documento considerava Brizola como parte da oposição burguesa e possuidor de "contornos políticos e ideológicos ainda não claramente definidos, como, aliás, é próprio do populismo." Mesmo assim, setores deste projeto poderiam vir a assumir as propostas populares do PT.⁷⁸

⁷⁷ - *Idem*. p.117.

⁷⁸ - *Idem*. p.120.

A terceira parte fazia um balanço daquele momento, ressaltando a dificuldade das classes dominantes aplicarem seu projeto, que não têm apoio da grande massa da população. O capitalismo no Brasil começava "a demonstrar sua incapacidade de resolver os problemas do país."

O agravamento acelerado da crise e a conseqüente deterioração da qualidade de vida impunha a necessidade de mudança do regime. Para isso era necessário "formular um novo projeto político, capaz de vencer a crise pelo fato de se apresentar como uma alternativa ao regime vigente. Para isso, esse projeto deve ter um caráter popular, deve exprimir e representar os interesses da classe trabalhadora e da maioria da população brasileira, e deve ter alguma perspectiva de viabilidade a curto prazo." Era o embrião do Projeto Democrático e Popular que seria apresentado com melhor acabamento no V Encontro Nacional, em 1987.⁷⁹

A quarta parte desenvolvia melhor alguns aspectos deste projeto. Reconhecia a dificuldade existente até então de articular suas propostas num projeto político geral: "o PT tem de se colocar, claramente, a questão do poder. Em outras palavras, daqui em diante, o PT tem de discutir e de formular um projeto político para os trabalhadores alcançarem o poder, criando, assim, as condições para as transformações da estrutura social na direção de uma sociedade sem exploração nem repressão, no caminho do socialismo."⁸⁰

Ere necessário superar as debilidades orgânicas e materiais para divulgar suas propostas e para melhorar sua intervenção nos movimentos sociais.

A tarefa central era definir objetivos e prioridades políticas e os meios de alcançá-los. "O Projeto Político do PT deve ser concebido como um projeto de ruptura popular e institucional do regime vigente." Entretanto, não se tratava do momento

79 - *Idem.* p.122.

80 - *Idem.* p.123.

inicial nem do momento final desta ruptura. O momento inicial deveria realizar-se construindo um "novo regime político que atenda - no limite máximo das suas possibilidades historicamente concretas - os interesses das classes trabalhadoras." No curto prazo deveria ser desencadeada a máxima pressão possível, de massa, contra o regime, articulando as lutas entre si e o apoio junto a outros partidos.⁸¹

Cinco eram os eixos principais de luta aprovados: a) aumento salarial e de emprego; b) contra a LSN; c) reforma agrária; d) moratória, estatização dos bancos e monopólios; e) eleições diretas, com candidatura própria.

Dentro deste espírito era necessário discutir uma política de alianças e conclamar os partidos de oposição a apoiarem o projeto do PT. O partido deveria iniciar "a discussão, a elaboração de critérios e os contatos para o estabelecimento de uma política de alianças, uma vez que, no momento, o PT não tem condições de, isoladamente, levar a cabo o seu projeto." Para o *Projeto Político*, "uma política de independência de classe não exclui a necessidade de alianças," feitas com critérios, independência e autonomia, de acordo com os projetos do PT.⁸²

Internamente era preciso reorganizar o partido, intensificar a formação e a comunicação, realizar estudos e pesquisas.

2.6. O III Encontro Nacional

Realizou-se entre 6 e 8 de abril de 1984, no Pampa Palace Hotel, São Bernardo do Campo.

81 - *Idem.* pp.124-125.

82 - *Idem.* p.126.

Um dos primeiros grandes enfrentamentos acontecidos entre a *Articulação* e o conjunto dos grupos de esquerda: "no debate das teses, a polarização de Lula e José Dirceu contra as correntes sobre a construção do PT acabou determinando a fusão de várias teses em apenas duas chapas ("Por um PT de Massas" e "O PT se Constrói na Luta", respectivamente Articulação e correntes) no momento da eleição da nova direção."⁸³

"Nas teses gerais, a grande polêmica era a concepção sobre o poder de Estado e como enfrentá-lo. Para a minoria, as teses majoritárias significavam, neste aspecto, um retrocesso às definições da Plataforma eleitoral de 1982."⁸⁴

Foi eleito o 2º Diretório Nacional, com proporcionalidade no Diretório e executiva majoritária. A discussão sobre este ponto foi polêmica, uma vez que a minoria, que conseguiu 34% dos votos, exigia participar da Executiva, o que não foi concedido pela Articulação.

Houve também debate entre concepções de partido de quadros versus partido de massas. Em ambas as chapas haviam defensores das duas visões de partido. Continuava a polêmica entre um PT "expressão dos movimentos sociais", ou partido dirigente e organizador da sociedade.

A conjuntura política nacional também continuava agitada. A emenda Dante de Oliveira era derrotada no Congresso Nacional. Tancredo Neves era lançado candidato à presidência.

Alguns dirigentes e parlamentares do PT ainda defendiam a ida ao Colégio Eleitoral. Em 23 de maio os deputados petistas haviam seguido a orientação do Partido, assinando em bloco uma nota pública sobre a não participação no Colégio Eleitoral. Em 20 e 21 de outubro o Diretório Nacional reafirmou sua posição. Os de-

83 - PONT. *Breve História... op. cit.* p.33.

84 - *Idem.* p.34.

fensores do Colégio Eleitoral exigiram uma consulta nacional. A não ida ao Colégio Eleitoral alcançou 85% dos votos em todo o país (Encontros Municipais e Estaduais). Três deputados, José Eudes, Aírton Soares e Beth Mendes, não aceitaram a decisão do partido e foram desligados (na verdade saem antes de julgamento do recurso).

Em Diadema, nos dias 12 e 13 de janeiro de 1985 ocorre um *Encontro Extraordinário*, que ratificou a posição sobre o Colégio Eleitoral e aprovou a defesa da Assembléia Nacional Constituinte.

Em 15 de janeiro de 1985 Tancredo era eleito presidente da república. Com sua morte, Sarney assume o mandato até 1989.

Nas eleições de 1985 o PT dividiu-se em duas posições: alianças com PMDB e PDT e lançamento de candidaturas próprias (em maior quantidade), sem uma decisão centralizada e unitária sobre o assunto. A votação do PT cresceu significativamente e o partido elegeu uma prefeita, Maria Luíza Fontenele, em Fortaleza.

Segundo Pont, "o PT demonstrava que seu crescimento estava vinculado às suas teses que o singularizavam das forças de esquerda e já ensaiava uma capacidade de hegemonizar outros setores sociais que não estavam na sua origem."⁸⁵

2.7. O IV Encontro Nacional

Realizado no Hotel Danúbio, na cidade de São Paulo, entre 30 de maio e 1º de junho de 1986, este encontro foi um importante precursor das resoluções aprovadas no famoso V Encontro Nacional.

Discutiu a conjuntura política nacional, o plano cruzado, lançado três meses antes, a política de alianças do partido, a constituinte e o movimento sindical.

85 - *Idem.* p.41.

Dentro da pauta de construção partidária, discutiu a questão das tendências e o caráter do partido. Discutiu também o caráter do socialismo que o PT deveria defender.

Elegeram-se o 3º Diretório Nacional. A disputa ocorreu entre duas chapas: *Articulação*, com a tese (Uma Proposta Programática, de Massas e Socialista para o PT), que recebeu 72,2% dos votos e a chapa das outras tendências, que recebeu 27,8% dos votos.

Vejam agora alguns momentos interessantes do documento aprovado, de acordo com os objetivos deste capítulo, já apontados anteriormente.

Neste documento já apareceriam algumas das "negativas" do socialismo petista, para lembrar a expressão machadiana.⁸⁶ Não seria "*livresco*, nem de *gabinetes*, nem de *cúpula*, nem *importado*, nem *retórico*, nem *imposto*, etc., mas sim um socialismo nascido da realidade brasileira." Conforme veremos no capítulo VII, estas *negativas* tomariam, futuramente, a forma de crítica ao socialismo real e à social-democracia.

O socialismo petista seria construído a partir da vontade e da ação dos trabalhadores. Nesta ação o PT teria papel fundamental, não sozinho, mas com alianças e acordos "necessários e indispensáveis entre o conjunto heterogêneo de *forças políticas e sociais que atuam no interior das classes trabalhadoras*.(...) Por outro lado, *é impossível supor alianças estratégicas com a burguesia*..."(IV-10,11-§19)⁸⁷

Para o IV Encontro era chegada a hora de "abandonar de vez a ilusão de que seja possível manter uma *tática* antagônica à *estratégia*, ou de que, com palavras e

86 - "Não alcancei a celebridade do emplasto, não fui ministro, não fui califa, não conheci o casamento." ASSIS, Machado de. *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. São Paulo, Ática, 1977. Série Bom Livro, 6a. ed., p.144.

87 - Esta referência indica IV Encontro, páginas 10 e 11, parágrafo 19. Grifos nossos.

discursos hábeis, seja viável *enganar* momentaneamente as forças sociais e políticas contrárias ao socialismo." (IV-11-§19)⁸⁸

O PT afirmava ser impossível a imediata estatização de todos os meios de produção e circulação, a extinção do mercado e a completa planificação da economia, mesmo que com "vigoroso respaldo político das massas, como demonstrou a experiência de construção dos países socialistas." A estatização poderia ser prejudicial econômica e politicamente.

Outro ponto interessante é o da democracia. Para o PT de 1986 deveria ser "reafirmada a relação indissolúvel entre democracia e socialismo."⁸⁹ O Estado socialista deveria ser *institucionalizado*, através de um processo constituinte.(IV-15-§31)⁹⁰

Muitas das idéias consideradas "inovadoras" no VII Encontro Nacional e no I Congresso, já apareciam com toda clareza em 1986. Inclua-se aí as idéias referentes a outras formas associativas, como as cooperativas, a questão da internacionalização e da democracia.

O caminho proposto para melhor definir a concepção de socialismo do PT era relacionar três tipos de conhecimentos: o estudo sistemático da realidade brasi-

88 - Continua o documento: "As experiências históricas (...) mostram que são os pretensos *enganadores* que sempre acabam logrados, e que as *alianças* da classe trabalhadora com a burguesia só favorecem os interesses destas e atrasam ou impedem o avanço da organização daquela, bem como o caminho para o socialismo."(IV-11-§19)

89 - No *Programa* do Partido, aprovado em 1986, a importância da democracia seria novamente afirmada: "o PT nasce numa conjuntura em que a democracia aparece como uma das grandes questões da sociedade brasileira. Para o PT a luta democrática concreta de hoje é a de garantir o direito à livre organização dos trabalhadores em todos os níveis. Portanto, a democracia que os trabalhadores propõem tem valor permanente." *Programa. In: Documentos Básicos, op. cit., p.9.* Ver também GADOTTI e PERREIRA, *Pra que... op. cit., pp.49-52.*

90 - Grifo nosso.

leira; a "teorização da prática social dos movimentos sociais" e a avaliação crítica das contribuições dos teóricos socialistas. Olhando o desenvolvimento do PT e as resoluções partidárias nos anos que viriam, fica-nos claro que este esforço do partido não foi realizado ou que, pelo menos, não o foi suficientemente. Veremos isso nos capítulos seguintes.

Debruce-mo-nos agora nas propostas defendidas pelo PT em 1986. Destaca-se neste ponto a questão da estatização do sistema bancário e financeiro, que seria reafirmada no V Encontro em 1987.⁹¹

Aparecem também desde esta época as idéias de orientação do crescimento econômico com distribuição de renda e aumento dos salários e prioridade do mercado consumidor interno, além da estatização gradativa do sistema de transportes e da indústria farmacêutica.(IV-37-40-§84)

Resta-nos, finalmente, analisar as questões referentes à construção partidária deste IV Encontro.

As decisões centrais aprovadas no V Encontro também começam a surgir em 1986. O caráter de massas e de quadros do partido, a negação em colocar-se como frente de partidos, a regulamentação das tendências que iria desdobrar-se até o I Congresso, etc.

Cabe ressaltar também que, no tocante ao movimento sindical, reafirmou-se a autonomia dos movimentos e já se percebia claramente o problema da separação entre os militantes partidários e sindicais, que participavam cada vez menos da vida orgânica partidária e das instâncias de decisão. Paralelamente à autonomia sindi-

91 - E não como disse Lula, que esta idéia já havia sido vencida no PT a partir de 1983 ou 1984.

LULA, programa "Entrevista Coletiva", Rede Bandeirantes, 6 de fevereiro de 1995. 23:30h. Para evitar polemizar com o jornalista Antonio Teles em relação as propostas defendidas pelo partido na Constituinte e as defendidas em 1994, Lula alegou não se lembrar bem das propostas defendidas pelo PT em 1988.

cal, deveria caber aos militantes do PT atuarem organizada e unitariamente nestes movimentos. Qualquer semelhança com as resoluções posteriores não é mera coincidência.(IV-58-63)

Os núcleos também tinham grande importância nestas resoluções. Era necessário melhorar o seu número e sua qualidade, principalmente dos de categoria, local de trabalho ou empresa, dando a eles maior poder de decisão interna.

Ainda neste ano foi aprovado o *Documento Eleitoral Básico* e atualizada a *Carta Eleitoral*. Passado o Encontro acirrou-se a disputa eleitoral, com o governo novamente mudando as regras do jogo e acabando com o voto vinculado. A proposta de Constituinte soberana defendida pelo PT foi derrotada. A composição desproporcional da Câmara e do Senado diminui o número de deputados do PT. Apesar desta situação adversa, o PT aumenta muito os seus votos e seus deputados. Lula é o deputado federal mais votado 656 mil votos. De acordo com Pont, "se a representação da cidadania fosse semelhante em todo o País, o PT teria eleito quase o dobro de deputados Constituintes."⁹²

Após as eleições o governo lança o Cruzado II, aprofundando a crise do governo Sarney. Em 12 de dezembro de 1986 ocorre nova greve geral.

2.8. Breve Cronologia da Fundação do PT⁹³

1978

92 - PONT. *Breve História...* op. cit., p.46.

93 - Conforme PONT, *Breve História...* op. cit., GADOTTI & PEREIRA. op. cit., e MENEGUELLO. op. cit.

11 de dezembro. São Bernardo do Campo. Apresentação da idéia de construção do PT.

1979

Janeiro. Lins-SP. IX Congresso dos Metalúrgicos, Mecânicos e Eletricitários de São Paulo. Aprovação, por maioria, de uma tese apresentada pelo sindicato de Santo André, sobre a iniciativa de construção do PT. Aprovação do lançamento de um manifesto aos trabalhadores.

1º de maio. Lançamento da *Carta de Princípios*. (um partido sem patões). Democracia e socialismo são indissociáveis.

2 e 3 de junho. Encontro em São Bernardo do Campo. Divergências sobre o caráter do PT. Muitos ligados ao PMDB defendiam a continuidade em seu interior. Presentes Fernando Henrique Cardoso, Ayrton Soares, Almino Afonso, Fernando Lira, além de deputados, dirigentes sindicais, etc.

Outubro. Reuniões onde os membros da comissão pró-PT defendiam a aceleração do processo de construção.

13 de outubro. São Bernardo. Restaurante São Judas Tadeu. Elaboração da *Declaração Política*. Formação da Comissão Nacional Provisória.

1980

10 de fevereiro. São Paulo. Colégio Sion. Fundação do PT. Lançamento do *Manifesto de Fundação*.

1º de junho. São Paulo. Instituto Sedes Sapientae. Aprovação do *Projeto de Programa*, da *Resolução Política*, dos *Estatutos* e da Comissão Diretora Nacional Provisória.

CAPÍTULO III

O PT LÊ A CONJUNTURA

3.1. O V Encontro Nacional: Em debate o futuro do PT

3.1.1. A Conjuntura em 1987

Realizado em Brasília, no Senado Federal, entre 4 e 6 de dezembro de 1987, o V Encontro Nacional do PT ocorreu num momento político bastante agitado e contraditório. Este capítulo discute a conjuntura e a estratégia de acúmulo de forças, definida e aprovada no V Encontro, e de sua política de alianças.

Decorre destes pontos a estratégia do partido para as eleições de 1988 e 1989 e o embrião do projeto democrático e popular.

A estratégia aqui esboçada na análise parte do pressuposto de que o V Encontro foi um divisor de águas. A partir dele se estabelece o ponto a partir do qual ocorreriam a consolidação, as atualizações e as modificações entre 1987 e 1994, principalmente em relação à conjuntura, à política de alianças do partido e ao programa que ele propõe ao país.

Em 1987 o movimento popular e sindical ganhava cada vez mais força mas, ao mesmo tempo em que crescia o descontentamento com Sarney, fracassava uma greve geral marcada para agosto de 1987.

O que estava em jogo era a disputa para a presidência da república, que ocorreria em 1988 ou 1989. Era o fim transição lenta, gradual e segura. A chamada "transição transada" seria, entretanto, menos segura que o previsto.

O debate central envolvia questões como a dificuldade de intervenção dos militares, apesar do receio destes em relação às eleições de 1988, e de sua defesa dos 5 anos para Sarney; a possibilidade de ser implantado o parlamentarismo, com Sarney, e mesmo a possibilidade de eleições presidenciais ainda em 88. Foi apenas em abril de 1988 que o Congresso Nacional fixou o mandato de Sarney em cinco anos.

O PT afirmava que "a fixação de um mandato de quatro anos para o atual presidente da República, na Comissão da sistematização do Congresso Constituinte, veio comprovar que o Governo Sarney - saída de emergência para os grupos dominantes logo após a morte de Tancredo - é o elo mais fraco da transição burguesa. Os últimos acontecimentos políticos e econômicos, embora ainda passíveis de correção pelos representantes da situação no Congresso (que alimentam a expectativa de um mandato de 5 anos, com parlamentarismo, para Sarney), reafirmam a linha geral das análises do PT, que apontavam para o esgotamento do Governo Sarney e pela instabilidade da transição. Seja pela resistência política e social dos trabalhadores e da oposição à Nova República, seja pelas acentuadas divisões dentro da burguesia, onde ainda convivem vários modelos de ordenação constitucional e diferentes vias para o novo processo de acumulação, o fato é que o governo se decompõe."(V-§1)⁹⁴

3.1.2. O movimento das classes sociais na conjuntura

O capitalismo brasileiro é altamente excludente, tanto no que se refere à propriedade quanto ao consumo, o que, segundo o V Encontro, limitaria a capacidade

94 - Esta referência indica *Resoluções do V Encontro Nacional*, parágrafo 1.

hegemônica das classes dominantes. A burguesia freqüentemente recorreu à repressão para mediar as relações entre capital e trabalho. Esta seria uma das raízes das freqüentes intervenções militares no país.

No V Encontro Nacional o PT afirmava que o crescimento e a integração da economia brasileira nas últimas décadas ocorrera de forma desigual e concentradora de renda e de poder, com uma super-exploração do trabalho.

Este modelo produzia uma enorme massa assalariada, um grande setor de serviços, grandes diferenças de renda, emprego e posição: técnicos muito bem qualificados e pagos, ao lado de uma enorme massa de subempregados e desempregados. Produzia também setores médios, pequenos proprietários dos meios de produção e trabalhadores (urbanos e rurais), profissionais liberais qualificados, etc. A burguesia nacional, principalmente aquela ligada à exportação e ao mercado financeiro, havia sido a grande beneficiária do sistema. Ela foi ágil para modernizar-se e melhorar seus meios de pressão e de "controle ideológico e político da sociedade." (V-§57-59) Existiam, entretanto, conflitos internos à burguesia, como as divergências entre os diversos *lobbies* que atuavam na Constituinte, como por exemplo a FIESP e o PNBE, sem falar na UDR e nos banqueiros.

No período mais recente havia acontecido também um aumento considerável da organização dos trabalhadores e de sua interferência na vida política nacional. Reconhecia-se, no entanto, que esse aumento de organização não atingia a maior parte desta classe, que havia a divisão entre CUT e CGT, e uma pequena influência do PMDB no movimento sindical. Por outro lado, também o Estado brasileiro havia se modernizado e se fortalecido, "tanto como produtor de bens e serviços, quanto como aparelho coercitivo repressor." (V-§58)

A concentração de renda era crescente e assustadora. Em 1987, 70% da PEA detinha apenas 12,5% da Renda Nacional. Apenas 7,5 milhões em 50 milhões de

trabalhadores ganhavam mais que 5 salários-mínimos. Por sua vez, o salário mínimo era o mais baixo de toda a América Latina, pouco mais de 50 dólares.

A recessão e o desemprego dificultavam um crescimento ainda maior das mobilizações populares e lutas sindicais. O PT considerava que a greve geral de agosto fracassara também por culpa dos militantes e das direções do PT e da CUT. Apesar destas dificuldades, ocorriam muitas lutas setoriais e específicas, nas quais o PT considerava importante se envolver.

No plano econômico, o governo havia suspenso a moratória, decretada com o Plano Cruzado, e retomava as negociações com o FMI. Colocava-se assim a continuidade do arrocho salarial e da recessão. Admitia-se a hipótese de novo congelamento. A política de reserva de mercado brasileira também criava problemas com os EUA, que começava a dificultar as exportações brasileiras para aquele país.

Para amenizar este problema, com o EUA e com outros países para os quais o Brasil exportava, o governo aprofundava a internacionalização da economia. Esta reorientação era decisiva para impedir que o governo atendesse as reivindicações dos setores médios da cidade e do campo. Crescia a propaganda e a disseminação do projeto neoliberal, apesar da dificuldade de sua completa implantação. Para que isso ocorresse, previa o PT, seria necessária uma participação mais direta (orgânica) da burguesia no aparelho de Estado.

Dada a resistência dos trabalhadores "e dos setores médios (micros, pequenos e médios empresários, produtores rurais e urbanos)" (V-§11) a este projeto de internacionalização e liberalização, aumentavam as contradições entre estes setores e a grande burguesia.

Ao mesmo tempo, entretanto, na arena política, diminuía as contradições intra-burguesas na Constituinte. A maioria conservadora passava a atuar em bloco (o Centrão) para derrubar os artigos "avançados" aprovados pela Comissão de Sistematização. Era necessário enfrentar o Centrão no Congresso, aumentando a pres-

são junto à Constituinte. Caso as propostas mais avançadas não fossem aprovadas. Admitia-se, mesmo, a possibilidade de não assinar a Constituição.⁹⁵ (V-§15)

O PT previa a manutenção dos privilégios dos latifundiários, dos bancos e do capital estrangeiro. Aumentava as pressões dos grupos e *lobbies* dominantes contra a reforma agrária, a reserva de mercado e a estabilidade no emprego.

No plano institucional, o PT deveria apresentar-se como alternativa real. Apresentar seu programa a todos os que se opunham à Nova República. Preparar-se para intervir no processo de elaboração das Constituições Estaduais e Leis Orgânicas Municipais, e no processo de regulamentação de todas estas leis.

Colocava-se assim, para o PT, a necessidade de desenvolver um Programa de Governo que articulasse, em torno da candidatura de Lula, "os trabalhadores, os setores populares e parcelas do pequeno empresariado urbano e rural em contradição com a política econômica do Governo e os interesses do grande capital." Tratava-se também de "retomar a mobilização e acumular forças" e, ao mesmo tempo, apresentar-se "como uma alternativa socialista e revolucionária, apontar para os trabalhadores o horizonte de um novo sistema econômico, político e social: o socialismo." (V-§4)

Caso as eleições gerais de 1988 acontecessem, o PT deveria participar delas com um programa democrático e popular. "A crise da transição conservadora é a crise específica de uma certa forma de dominação burguesa, e não a crise geral do Estado ou do regime, uma crise do tipo revolucionária. O que está em questão é a possibilidade de conquista de um governo democrático e popular, com tarefas *eminente-mente anti-monopolistas, anti-imperialistas, anti-latifundiárias, de democratização*

95 - A decisão final do PT sobre este ponto foi de assinar a Constituição, uma vez que participou de sua elaboração, mas de votar contra, por considerá-la, em seu conjunto, muito aquém das reivindicações dos democráticos e populares. Apenas um deputado, João Paulo de Vasconcelos, não seguiu a orientação partidária e votou a favor.(V-§15)

radical do espaço e da sociedade - tarefas estas que se articulam com a negação da ordem capitalista e com a construção do socialismo"(V-§24)⁹⁶

O partido declarava-se contra o pagamento da dívida externa e defendia o rompimento com o FMI. Além disso, afirmava ser necessário "apresentar e defender, se possível junto com outras forças políticas - mas fundamentalmente com o movimento sindical e popular mobilizados - um conjunto de medidas de emergência contra a carestia, a inflação, o desemprego, a fome e a recessão." (V-§21) Esta parte será melhor desenvolvida abaixo, no capítulo sobre os programas de governo.

Avaliava-se que o crescimento do partido nos setores médios decorria mais da ineficiência do governo e menos da ação do próprio PT. Percebia-se a necessidade de melhorar a relação com estes setores, a partir da definição de uma política de alianças, para "engrossar a luta dos trabalhadores contra a transição conservadora e pela instalação de um Governo democrático e popular."(V-§12-13) Deixar de elaborar esta plataforma e de disputar a hegemonia neste setor, visando atraí-lo para o campo democrático e popular, significava entregá-los ao PL, à UDR e a outros defensores de saídas à direita, inclusive os militares.

Existiam também divisões no campo democrático e popular: PC do B, PSB, PDT e PCB tinham posturas dúbias em relação à transição conservadora.

3.1.3. A situação interna do partido

Neste Encontro continuava o debate sobre proporcionalidade nas executivas e sobre as tendências. Por pequena margem é mantida a composição monolítica da Executiva. Apesar de não aprovada a proporcionalidade, em 17 de janeiro de 1988,

96 - Grifo nosso.

a reunião do novo Diretório Nacional que elegeu a nova executiva, incorporou membros das chapas minoritárias nesta instância.⁹⁷

Ocorreu também grande enfrentamento das tendências. A *Articulação* consolidava-se como tendência, mas perdia a maioria folgada que possuía antes.

Surgia a tendência *Poder Popular e Socialismo*, de Eduardo Jorge, Roberto Gouveia e outros, no Encontro Estadual de São Paulo. *O Trabalho* dividia-se e sua maioria ligava-se à *Articulação*.

Neste Encontro apresentaram-se oito teses e quatro chapas. O resultado foi:

Articulação	57,6%
Luta Socialista (João Machado, Raul Pont, José Genoíno, Ivan Valente)	23,4%
PT pela Base (Eduardo Jorge, Augusto de Franco, Virgílio Guimarães, Sandra Starling, João Alfredo)	12,5%
Pela Democracia (O Trabalho)	3,6%

Foi eleito o 4º Diretório Nacional, com Olívio Dutra presidente.

3.2. O VI Encontro Nacional

Entre abril e maio de 1989 a candidatura Collor pulava de 13% para 37%, ao mesmo tempo em que a de Lula caía de 11% para 8%.⁹⁸ Mesmo assim o VI Encontro, realizado entre os dias 16 e 18 de junho desse ano, no Colégio Caetano de

97 - Conforme PONT. *Breve História... op. cit.*.

98 - Dados do Gallup, publicados pela ISTOÉ.

Campos, não se deixou levar pelo desânimo e considerava a possibilidade de Lula ser eleito. Discutiu basicamente a conjuntura e a tática adequadas à vitória nas eleições de 1989, além do programa que seria apresentado.⁹⁹

Considerou positivas as resoluções aprovadas no V Encontro, principalmente duas delas. Em primeiro lugar, a previsão do caráter nacional das eleições municipais de 1988. Este acerto de avaliação possibilitou a vitória da esquerda e da centro-esquerda e favoreceu as candidaturas de Lula e Brizola. Em segundo lugar, a previsão da continuidade da crise da Nova República e do modelo econômico vigente.

Sobre a crise do país, o PT a considerava como uma crise global e estrutural, que para resolver-se exigiria um "deslocamento da correlação de forças em favor da burguesia ou do proletariado". A eleição de 1989 tenderia a polarizar cada vez mais a sociedade em torno de projetos antagônicos.

"A principal particularidade da conjuntura nacional é que ela apresenta, ou permite determinar claramente, um fator politizador, ou seja, um fator que obriga as forças sociais em disputa a apresentarem *soluções políticas globais para a sociedade que atendam aos seus interesses, colocando na ordem do dia, de modo mais ou menos permanente, a competição entre projetos econômicos (e entre embriões de projetos políticos)* mesmo que não se configure ainda crise aberta e declarada de regime. Este fator é a crise econômica sem solução a curto e a médio prazos (dentro dos marcos da política econômica que interessa ao grande capital). Esta situação singular gera um campo perturbado, que aponta para a instabilidade política e estimula disputas intra-

99 - O documento não poupava Collor. Percebia a possibilidade do governador alagoano, na falta de outro candidato mais confiável, articular em torno de si os setores mais conservadores e privilegiados do país. Dizia que "surge na cena política a potencialidade de uma progressiva unificação dos setores de direita e de centro em torno da candidatura Collor, expressão de uma variante populista do neo-liberalismo, que poderá se tornar uma alternativa política realmente competitiva."(VI-6)

burguesas e, portanto, impede a clara conformação de um bloco político e social hegemônico no campo dominante."(VI-8)¹⁰⁰

Previa-se dificuldades para a burguesia conseguir desenvolver iniciativas decisivas para a implantação de seu projeto, principalmente devido à organização dos trabalhadores. Em 14 e 15 de março ocorrera nova greve geral, desta vez bem sucedida, contra o chamado Plano Verão, lançado pelo Ministro Mailson da Nóbrega.¹⁰¹ Em linhas gerais este plano não fugia do receituário dos anteriores: arrocho salarial, juros altos, recessão e falso congelamento.

A organização dos trabalhadores não significava, entretanto, inexistência de dificuldades para o PT apresentar suas saídas para a crise. Estas dificuldades geravam uma conjuntura cada vez mais instável, já que nem a burguesia nem (muito menos) o proletariado tinham condições, naquele momento, de implementar plenamente seus projetos. Daí a previsão do PT da necessidade de que um destes campos vencesse a próxima batalha e implantasse seu projeto. No caso da burguesia, tratava-se de aprofundar a implantação do programa neoliberal. Já no caso dos trabalhadores, tratava-se de reverter a tendência de aplicação daquele programa, de exclusão social, e substituí-lo por um programa democrático e popular, de integração da maioria da população à cidadania.

As discussões daquele momento giravam, essencialmente, em torno da crise. Como diria o documento aprovado, a idéia de crise "esclarece que estamos diante de anos de grandes enfrentamentos de classe, de instabilidade institucional e forte

100 - Grifo nosso.

101 - É frequente a comparação entre os planos econômicos aplicados no Brasil e na América Latina, principalmente na Argentina. O último plano aplicado no Brasil (FHC/Real) foi muito comparado ao Cavallo, aplicado na Argentina meses antes. Por sua vez, o Plano Verão foi assim chamado devido a plano lançado anteriormente naquele país, lá chamado de Plano Primavera. Isso sem falar nos efeitos *Orloff*, *Tequila* e *Caipirinha*, decorrentes dos planos.

tensão política e que, portanto, temos que atualizar o nosso programa e os nossos métodos de trabalho. (...) Em função da fragmentação do campo burguês e da maior capacidade de iniciativa dos trabalhadores, há uma tendência a uma aceleração dos ritmos da luta de classes e deslocamentos mais rápidos da correlação de forças."(VI-5)

No entanto, a crise não era considerada um mal em si mesma. Era importante explorá-la, aproveitar-se dela para acirrar a disputa entre projetos e defender um projeto alternativo, voltado para a maioria da população: *"não interessa aos trabalhadores a estabilidade da atual forma de dominação burguesa, o que coloca a questão da passagem desta crise de governo atual para uma crise aberta e declarada de regime."* (VI-7)¹⁰²

Reafirmava-se, nesse sentido, a necessidade de articular um "campo de forças anti-monopolista, anti-latifundiário e anti-imperialista", que faria "a ponte entre as reivindicações mais sentidas dos trabalhadores em seu estágio atual de consciência e mobilização e a luta pelo socialismo."

Apesar do cenário com o qual o VI Encontro trabalhava não ser de um rompimento institucional iminente e favorável aos trabalhadores, o PT movia-se olhando para o futuro. Mantinha-se com os pés na institucionalidade, mas previa a possibilidade de uma ruptura pós eleição, dependendo da reação dos setores conservadores às mudanças propostas em seu plano de governo. Nesse sentido afirmava categoricamente que "a tarefa fundamental hoje colocada para o campo popular e, portanto, o centro de nossa tática é a luta por um novo governo, democrático e popular. Esta é a tarefa que, na atual conjuntura, articula e dá sentido às demais atividades que desenvolvemos."(VI-7)

A campanha eleitoral colocava na ordem do dia o programa democrático e popular, pois "um governo com este caráter, além de aprofundar a crise de regime,

102 - Grifo nosso.

tende a apresentar uma solução para esta crise que favoreça a luta dos trabalhadores."(VI-8) Buscava-se a consolidação da Frente Brasil Popular (frente eleitoral), baseada no Plano de Ação de Governo (PAG), para tentar constituir-se como "embrião da Frente Democrática-Popular", concebida no V Encontro, conforme veremos no capítulo IV, que trata das alianças do PT.

Para tal, tornava-se central para a campanha presidencial de 89, não apenas a candidatura Lula, mas também outros "eixos complementares imprescindíveis da tática, o incremento dos movimentos reivindicatórios dos trabalhadores (...), a *manutenção da recusa a qualquer tipo de pacto com o campo dominante*¹⁰³ e a constituição de embriões de novos organismos de controle e de poder popular."(VI-7)¹⁰⁴ Foram eleitos os principais alvos de ataque: Sarney, a política econômica, os monopólios e a subordinação ao capital internacional e ao latifúndio.

Com o possível agravamento da crise, o PT alertava para a necessidade de prestar atenção, também, na tutela militar, no controle dos meios de comunicação, na burocracia estatal e no arcabouço jurídico-político autoritário. A preocupação com estes pontos apareceria, daqui em diante, em quase todos os Encontros do partido.

Além disso, já se reconhecia a importância dada pela maioria da população ao combate à corrupção. A crítica à corrupção, à ineficácia do Estado e ao emprego "não são necessariamente atitudes pré-políticas. Representam a forma pela qual

103 - Movimento contrário ao realizado durante a campanha de 1994, apesar das resoluções do IX Encontro possuírem muita semelhança com estas formulações. Veremos isso com mais detalhes nos próximos capítulos.

104 - Grifo nosso.

a política é vivida por imensos setores da população." (VI-15) Não entender isso significa falar apenas para os setores mais organizados da sociedade.¹⁰⁵

Este Encontro apontava também a necessidade de fortalecer o papel dirigente do partido, sua democracia interna e sua atuação unitária. Exigia o sucesso das administrações municipais petistas "e sua constituição como ponto de apoio para a luta política geral." (VI-7) As vitórias e inovações ocorridas eram ainda insuficientes para deixar a marca petista. Era necessário articular as administrações, romper o cerco de propaganda da burguesia e definir políticas coletivas e nacionais para os grandes problemas das prefeituras.

Voltemos à questão da disputa de projetos. A necessidade de apresentação de projetos era favorável ao PT. Por outro lado, pressentia-se a dificuldade dos diversos setores dominantes se unificarem em torno de um projeto deste tipo. As vantagens desta disputa para o partido eram, então, de duas ordens. Em primeiro lugar ela potencializava a disputa entre projetos favoráveis à manutenção da ordem, de exclusão, projeto do capitalismo brasileiro, e um projeto democrático e popular, de inversão de prioridades, modificação de rumo e, por que não dizer, de uma certa ruptura com a ordem existente. Em segundo lugar, a existência de interesses corporativos nos setores dominantes dificultava que estes setores apresentassem um projeto (e até um candidato) único, ou unificado.

A disputa de projetos colocava, assim, a questão da institucionalidade versus ruptura e socialismo. "O conteúdo socialista da candidatura Lula não está somente no fato de que o seu governo deverá criar condições para o socialismo. O caráter socialista da proposta do PT se revela, também, no fato de que o eixo de seu programa

105 - A necessidade de reconhecer a importância da luta contra a corrupção atingiu seu ponto máximo no *impeachment* de Collor, quando o PT aceitou o limite da "ética na política", sem incentivar a discussão sobre o projeto econômico de exclusão aplicado pelo governo, e que continuaria com Itamar/FHC. O IX Encontro, em 1994, reconheceria, em parte, o erro desta estratégia.

para hoje são as reivindicações dos trabalhadores, de que estes são a força social fundamental das mobilizações sociais e da luta eleitoral, e de que a hegemonia política da aliança social que apóia o candidato, e que sustentará o governo, é e será dos trabalhadores."(VI-14)

Preparar-se para ser governo; trabalhar com a realidade sem sucumbir à tese da ingovernabilidade e do despreparo do PT; enfrentar a crise do capitalismo, sem tê-lo como horizonte. Estes eram os pontos fundamentais da estratégia petista para a eleição e para um futuro governo Lula.

O PT pretendia constituir o que chamava de o governo mais democrático do país: "Nossa concepção de democracia não significa que iremos simplesmente nos conformar com o respeito ao atual Estado de direito. A democracia deve ser entendida como o espaço para a criação de novos direitos."(VI-15)

Coerente com sua defesa da democracia, o PT rompeu com o PC da China e, por unanimidade, criticou o massacre da Praça da Paz Celestial.

3.3. O VII Encontro Nacional

Este encontro realizou-se em São Paulo, Anhembi, entre os dias 31 de maio e 3 de junho de 1990, alguns meses depois da posse de Collor e do lançamento de seu plano. As resoluções sobre conjuntura iniciava-se com a avaliação de que o PT e os trabalhadores eram os principais agentes da oposição:

"A eleição de Collor marca o desfecho contraditório da transição conservadora, que chega a seu final sem ter conseguido isolar os trabalhadores nem ter feito, da disputa política, assunto de mera economia doméstica das classes dominantes. Ao contrário, são *os de baixo*, liderados pelo PT, que - apesar do muito que ainda têm para avançar - já ocupam o centro da oposição." (VII-45) Era, sem dúvida, uma leitura

bastante otimista da conjuntura da época e do que viria ser o enfrentamento do movimento sindical com o governo.

O documento criticava Collor, avaliando que sua candidatura havia apresentado duas características. Por um lado, apresentou-se como alternativa para a burguesia ao fracasso de Sarney e, por outro, livrou-a da possibilidade da vitória de Lula. Tudo isso se fez através da mentira e da demagogia, além de contar também com o medo da hiper-inflação, avaliava. Para o VII Encontro, Collor e seu plano comportavam-se como se estivessem fora dos interesses particulares burgueses. Como "gerente de interesses das classes dominantes, moderador dos particularismos e agente de uma coalizão burguesa ainda não claramente definida."(VII-46)

Um ponto importante de ser destacado era a avaliação do VII Encontro sobre o Plano Collor, visto como "apenas um dos elos de uma política de alcance mais longo, voltada para a reestruturação da economia e do Estado. Nesta perspectiva é que inseriam-se, nas medidas provisórias do Governo, linhas de política industrial e comercial de reforma administrativa e patrimonial do Estado, bem como uma maior integração dependente da economia brasileira, que futuramente passaria a viver um surto de crescimento." (VII-46) No entanto, tratava-se de reconhecer, também, e principalmente, que esta recessão, nos planos liberais de Collor e sua equipe, seria brutal, mas limitada no tempo, a fim de quebrar a resistência dos trabalhadores, redefinir os padrões de distribuição de renda, concentrando-a, de forma a criar um novo ciclo de crescimento. O segredo estava justamente aí. Não um ciclo de crescimento voltado para a maioria da população, mas calcado em uma nova forma de inserção no mercado internacional: dependente e subordinado às grandes potências.¹⁰⁶

106 - Talvez três motivos ajudem a explicar o fracasso desta tentativa. Em primeiro lugar, a ilusão de que uma recessão pode ser iniciada e suspensa no momento em que o governo desejar. Em segundo lugar, a resistência dos trabalhadores e, em terceiro lugar, a descoberta da corrupção que cercava e envolvia, de alto a baixo, o governo.

O que deve ser destacado é que, para o PT, o problema do plano Collor não era, apenas, a recessão, mas o projeto global do governo, da qual a recessão era um componente inicial e fundamental.¹⁰⁷

O VII Encontro reconhecia a perda do controle da economia por parte do governo. Prevvia aprofundamento da recessão e do arrocho salarial.

Verificava-se o início da retomada da ofensiva dos trabalhadores, com resistência e greves, baseadas na compreensão dos objetivos a longo prazo que o plano apontava. Iniciava-se também a resistência de diversas entidades da sociedade, além do descontentamento de setores do empresariado. Face a isso, o Encontro defendia a necessidade de realizar a oposição em diversas frentes; atrair os partidos de "esquerda" (PCdoB, PCB, PDT e PSB), "com o objetivo de criar um polo alternativo", e reafirmar a luta pela democracia. "Diante do autoritarismo de Collor e dos riscos de retrocesso institucional, o PT e a frente oposicionista devem colocar com ênfase ainda maior a questão democrática, tomando a defesa intransigente do *estado de direito* e das liberdades democráticas e políticas, individuais e coletivas da sociedade." (VII-48)¹⁰⁸

Era necessário apresentar um programa mínimo, democrático e popular, em contraposição ao projeto liberal do governo, "articulado com nossa proposta *socialista*, única forma de enfrentar a longo prazo as propostas de *reestruturação do capitalismo brasileiro*"(VII-48), aprofundando e atualizando o Plano de Ação de Governo de 1989.¹⁰⁹

Notamos um aumento da preocupação do partido com a estabilidade, com o estado de direito e com a governabilidade burguesa. É crescente nos documen-

107 - Sobre esta discussão, a Resolução sobre o Projeto Collor, aprovada pelo Diretório Nacional, em 25 de março de 1990 também faz considerações importantes, no mesmo sentido das resoluções do VII Encontro Nacional.

108 - Grifo nosso.

109 - Grifo nosso.

tos partidários, a partir do VI Encontro, a preocupação com a institucionalidade, com a democracia e com os direitos individuais. Este é o debate que se travava dentro do PT. Por um lado, setores majoritários defendiam o que chamavam de democracia como valor fundamental em defesa dos direitos individuais. De outro lado, setores mais à esquerda, minoritários, viam nessa defesa o rompimento dos compromissos de transformação social, como se o partido tivesse abdicado de sua vocação, enquadrando-se à ordem burguesa.¹¹⁰

O fato de poder chegar à presidência e alguns governos estaduais em 1990, e diversas prefeituras em 1992, aquecia ainda mais este debate sobre a institucionalidade no partido. Reconhecia-se a dificuldade de compreensão da importância do espaço institucional. Ora se dava importância demais, ora de menos. Percebia-se o aumento do poder dos detentores de mandatos em seu interior.

Além disso, duas outras razões contribuem para explicar o aumento destas preocupações. Em primeiro lugar as quase constantes ameaças de golpe dos setores de direita, caso Lula fosse eleito e, em segundo lugar, o aumento do descrédito da população com a democracia já que, após uma década de crise econômica profunda, ela não conseguia melhorar as condições de vida do povo.

Definia-se, finalmente, que a frente institucional era tão importante quanto as outras, e que quem se dedicava a ela fazia trabalho semelhante ao dirigente sindical ou de outro movimento. A frente institucional deveria ser utilizada para o mesmo fim, isto é, disputa de poder e de projetos junto à sociedade. Defendia-se a necessidade de "mediação e síntese" nas relações entre detentores de mandato e o partido já que, afirmava-se, o mandato não era simplesmente do eleito, do grupo que o elegeu ou do partido. Começava a se preocupar mais efetivamente com a acomodação

110 - Este debate, longe de estar resolvido, teve desdobramentos no I Congresso, no VIII e no IX Encontro Nacional, realizado em maio de 1994.

do partido à institucionalidade. "Há clara consciência de que não se passa impunemente pela instituição.", dizia o documento aprovado.(VII-43)

Insistia-se na necessidade de montar uma oposição que unificasse e articulasse os diversos movimentos sociais e os partidos do campo democrático e popular, na necessidade de construir uma alternativa à dominação das elites e de "disputar a hegemonia no campo democrático e popular a partir de uma política de alianças e de oposição ao Governo Collor."(VII-49)

Para realizar estas tarefas era fundamental que o PT aprofundasse sua elaboração política e teórica, a fim de enfrentar o governo: "é preciso destacar que a questão do socialismo está no centro da disputa política e ideológica com o governo Collor e com as tentativas de afirmar o capitalismo a partir do desmantelamento dos Estados Socialistas da Europa do Leste (...). *Nosso partido não pode sequer pretender dar continuidade à disputa pela hegemonia na sociedade e à luta pelo poder sem enfrentar a questão do socialismo e sem aprofundar seu programa democrático e popular, nas novas condições do Governo Collor.* Sobretudo, precisamos avançar na elaboração sobre o papel do Estado e na nossa compreensão sobre a economia de transição entre o capitalismo e o socialismo."(VII-53)¹¹¹

O Plano de Ação para o Diretório Nacional englobava estas tarefas. Tratava-se de articular uma oposição nacional a Collor numa frente de oposição que apresentasse as propostas alternativas e que articulasse, também, os movimentos sociais e a atuação da bancada do PT nesta direção.

111 - Grifo nosso.

3.4. O I Congresso

Este primeiro congresso foi realizado no Pavilhão Vera Cruz, em São Bernardo do Campo, berço do partido, entre os dias 27 de novembro e 1 de dezembro de 1991. Aqui o PT faz uma pausa para melhor elaborar as questões que o atormentavam desde o V Encontro, definindo mais precisamente alguns conceitos e propostas. Antes, porém, o partido faz uma análise da conjuntura nacional e internacional, principalmente após os acontecimentos que culminaram com a queda do Muro de Berlim em novembro de 1989.

3.4.1. Conjuntura Internacional

O Congresso via grandes mudanças na conjuntura internacional. Estas mudanças refletiam-se principalmente no fortalecimento dos EUA após a guerra do Golfo, no aprofundamento da crise nos países do "socialismo real", na formação de grandes blocos internacionais e no aumento das diferenças entre norte e sul.

A concentração da riqueza, poder e conhecimento nos países ricos ocorria paralelamente à concentração intra-países, agravando as condições de vida da maioria da população do planeta. (1c-§31) O Congresso considerava que este modelo não poderia ser universalizado, devido à contradição entre produção coletiva (e internacional), e um consumo restrito. Considerava haver limites "políticos, populacionais e ecológicos à sua generalização". (1c-§32)

No entanto, o colapso do Leste não havia sido apenas o fim do Stalinismo mas também, de certa forma, "o desmantelamento de grande parte daquilo que o movimento socialista mundial construiu desde a Revolução Russa de outubro de 1917." (1c-12) Era o fim do ciclo de revoluções iniciado em 1917 e a constatação da

incapacidade destes regimes em democratizar as relações Estado-Indivíduo e em preservar a natureza. O Congresso reconhecia, entretanto, os grandes avanços políticos e sociais conseguidos naqueles países.

Em resumo: "O fôlego adquirido pelos EUA e pelo grande capital, combinado com o fracasso do *socialismo real*, permite a atual ofensiva ideológica contra toda e qualquer tentativa teórica e prática de superação da ordem capitalista. Superação esta, no entanto, mais necessária do que nunca."(1c-13)

Debatia-se, também, os impactos do que se chamava de terceira revolução industrial, caracterizada pelos novos processos de produção e de gestão, e consequente perda das vantagens comparativas dos países do terceiro mundo. Estas modificações eram responsáveis pela ofensiva contra os trabalhadores e seus direitos. Para romper este ciclo era necessário tirar o controle deste processo das mãos dos capitalistas, passando-o para os trabalhadores.

A decadência econômica dos EUA era camuflada por sua supremacia ideológica resultante, principalmente, da derrocada do Leste Europeu.

A substituição do conflito Leste-Oeste pelo Sul-Norte tornava-se cada vez mais clara. Surgiam novas crises internacionais e intra-países, mesmo nos mais desenvolvidos. Aumentava também a intervenção norte-americana nos conflitos mundiais. O Grupo dos Sete tentava, com bons resultados, converter a ONU numa polícia do mundo.

3.4.1.a. A América Latina

Uma década de estagnação havia aumentado as diferenças entre os países adiantados e os atrasados. Por outro lado, a dívida externa, "verdadeiro sorvedouro de recursos", havia retirado "250 bilhões de dólares" da América Latina, causando grande impacto no desenvolvimento e na renda *per capita* desta região do mundo. As políticas

do FMI resultaram num aumento do desemprego, da recessão e da inflação nestes países, enquanto que o resultado do projeto neoliberal, apresentado como panacéia pelos "centros de poder do mundo capitalista", destruía as estruturas produtivas nacionais, "sem assegurar a reorganização da economia."(1c-18)

Ao mesmo tempo, aumentavam as disputas entre os EUA e a América Latina, em várias frentes, principalmente em relação às iniciativas de dolarização em vários países, às agressões militares e às ameaças de intervenção em países da América Central, além de pressões sobre setores de tecnologia de ponta, sobre a Amazônia e sobre a indústria bélica e o narcotráfico.

3.4.1.b. O Leste Europeu

Esta parte das resoluções é bastante curiosa. Seus parágrafos são, muitas vezes, contraditórios entre si. Estas contradições refletem a disputa interna no partido sobre o assunto.

Sobre as modificações que ocorriam no Leste Europeu, após a queda do muro de Berlim, o I Congresso afirmava estar havendo "transformações econômicas, sociais e políticas que estão pondo abaixo tudo o que se costumou designar como socialismo." Em alguns países estariam ocorrendo "verdadeiras revoluções democráticas".(1c-§60) Passados quatro anos podemos comprovar que esta análise era, na verdade, ledó engano, pura ilusão.

Diante destas transformações o PT colocava-se a favor do "renascimento histórico de povos que durante décadas tiveram sua iniciativa política sufocada" e denunciava o muro da miséria que crescia "sobre os escombros do *socialismo real*". (1c-§60) No entanto, admitia o I Congresso, era cedo para avaliar com segurança o

futuro dos acontecimentos que ainda estavam em curso. O PT sempre criticou a falta de democracia existente nos países do Leste.

Analisando retrospectivamente via-se que a derrota da revolução em outros países, como a Alemanha, a Itália e a Hungria, o cerco da burguesia internacional e o conseqüente isolamento, a destruição do país, a eliminação das conquistas democráticas obtidas em 1917 e o fortalecimento do Estado e do Partido único com suas burocracias foram algumas das causas das derrotas daquelas experiências, apontadas pelo I Congresso.

Estes processos foram frutos de situações objetivas e de erros dos dirigentes das revoluções no Leste. Excluindo "os trabalhadores do exercício do poder" e concentrando-o nas mãos de uma "burocracia transformada na nova camada dominante na sociedade soviética", acabaram criando uma "verdadeira contra-revolução".(1c-25)

As manifestações indicavam "o renascimento do movimento operário, da sociedade civil e do debate cultural."(1c-23) No entanto, percebia também que os trabalhadores daqueles países tinham ilusões no capitalismo, o que colocava em risco importantes conquistas sociais e o emprego de milhares de pessoas. Aumentava também a exploração deste sentimento anti-comunista pelas forças mais à direita, que continuavam ativas. Por outro lado, admitia-se a resistência por parte dos trabalhadores, como no caso do Sindicato Solidariedade, na Polônia, que havia rompido com Lech Walesa. Não se podia ignorar a influência dos acontecimentos do Leste Europeu nos países que optaram por um desenvolvimento não capitalista, entre eles a China, o Vietnã, Angola, Moçambique e Cuba.

Alguns dos problemas teóricos detectados pelo I Congresso, em relação ao Leste Europeu, foram as idéias de um "Socialismo integral em um só país, fundado na estatização dos meios de produção, sob controle burocrático; um Estado separado da sociedade civil e com caráter contrário aos interesses dos trabalhadores; o partido único (...); a substituição da democracia socialista por um regime de opressão buro-

crática; a vulgarização - em verdade a negação - do marxismo e sua transformação em ideologia de Estado; uma idéia de transição ao socialismo desumanizada, despolitizada e tecnocratizada (...)."(1c-§68,77-79)

Finalmente, tinha também influência no fracasso a concepção equivocada de que poder-se-ia construir uma sociedade socialista (ou um bloco) isolada do mercado mundial, sem intercâmbio tecnológico, científico ou de mercados. Enfim, como se produtividade, avanço tecnológico e consumo fossem distintos e independentes.

Todas essas características, e "a pressão material, política e ideológica por elas exercidas, pesaram decisivamente no curso dos processos revolucionários posteriores como as revoluções chinesa, iugoslava, vietnamita, ou mesmo, ainda que em menor grau, a cubana."(1c-25)

Cuba, o único país de orientação socialista nas Américas, após a derrota da FSLN da Nicarágua, enfrentava muitos problemas. O Congresso considerava que o bloqueio econômico norte-americano agravaria ainda mais a situação, apesar de considerar que lá continuavam vigentes os sentimentos socialistas, anti-imperialistas e de independência.

Para garantir as conquistas sociais eram necessários o fim do bloqueio econômico, a solidariedade internacional e a introdução de reformas democráticas, já que "a melhor e mais eficaz defesa da Revolução Cubana é a liberação das potencialidades revolucionárias dos trabalhadores, através da instituição dos mais variados mecanismos democráticos de expressão e representação."(1c-21)

A difusão destas experiências de socialismo acabaram, contudo, por constituir dogmas alheios à realidade histórica, ainda que fortemente identificadas com a idéia de socialismo. Nesse sentido, o partido "sempre questionou tais dogmas. Nunca aceitou transformá-los em sua doutrina oficial. A prática e a teoria do PT sempre rejeitaram como modelo para o Brasil os sistemas políticos organizados sobre a base

do regime do partido único, dos sindicatos como engrenagens do Estado, da estatização forçada e irrestrita da atividade econômica, do alijamento do povo do exercício do poder, da eliminação dos opositores e do predomínio do Estado/Partido sobre a sociedade e sobre os indivíduos, tudo aquilo, enfim, que ficou conhecido como a ditadura do proletariado."(1c-25)

No entanto, apesar de sua vocação democrática, a defesa dos avanços sociais conquistados no Leste que o PT fazia dificultou uma visão mais crítica do que lá ocorria. Algumas das razões desta contradição entre esta vocação e a complacência com os regimes do Leste podem ser a disputa com o capitalismo (e a guerra fria), "a defesa do estatismo como sinônimo de socialismo, a idéia da democratização da sociedade a partir do Estado e a convivência com idéias científicas e produtivistas."(1c-§72)

A luta pela abertura no Brasil, desde o seu nascimento, já indicava a importância da democracia para o PT, importância esta não compreendida pelos partidos do Leste, e isto foi uma das razões de seus fracassos. O progresso social não foi acompanhado de reformas democráticas da máquina estatal, que se mantinha a pretexto da guerra contra os inimigos externos.

No I Congresso, a idéia de estatização já aparecia diferente da de socialização. O planejamento burocrático que privilegiava a indústria pesada e militar, e não o consumo de massa, a falta de democracia e da possibilidade de escolha no consumo, e o bloqueio dos países imperialistas, "provocaram o esgotamento do impulso libertário das revoluções socialistas."(1c-27)

Por tudo isso, "apesar de muitas vezes levarem ao retorno do capitalismo e mesmo diante dos riscos de *terceiro-mundização* dos países do Leste, o PT saudou as transformações lá ocorridas" por entender que tratavam-se "de um renascimento histórico de vários povos contra regimes que pretenderam (em nome do socialismo e da liberdade) apagar a vida social, decidir pelo povo e controlar o seu destino." Para o

Congresso. "só a experiência viva, a prática dos novos sindicatos e partidos que pipocam em meio à crise é que vão ajudar os povos, os trabalhadores daqueles países, a superarem suas ilusões no capitalismo."(1c-28)

O PT deveria recusar aquele modelo, apresentando um "horizonte socialista para a humanidade bem diferente do *socialismo real*"(1c-27)

Frente a esse quadro de crise de modelos socialistas e de disputa com o liberalismo, o Congresso apontava a necessidade da esquerda apresentar projetos alternativos ao neoliberalismo, que compatibilizasse "as necessidade de modernização com o atendimento das enormes demandas sociais." Este projeto alternativo deveria ser articulado regionalmente pelas forças democráticas e progressistas, principalmente devido à ausência do campo socialista, que poderia dar algum tipo de "cobertura estratégica" às lutas destes países. Para realizar esta tarefa devia-se levar em conta a resistência dos trabalhadores, em vários países, ao neoliberalismo. Era importante articular estes enfrentamentos, criando uma estratégia política global. (1c-§44-46)

O PT dizia-se comprometido com a criação de uma nova ordem econômica, política, jurídica e ecológica mundial, já que existia muita identidade das propostas anti-monopolistas, anti-imperialistas e anti-latifundiária, defendidas pelo partido, com os problemas enfrentados por toda a América Latina, com traços diferenciados em Cuba.

Esta nova ordem deveria solucionar definitivamente problemas como a dívida externa e o fluxo de capitais, a distribuição de riqueza e do conhecimento, além de enfrentar os problemas ecológicos que ameaçavam o futuro da humanidade.

Nesse sentido, as forças empenhadas na construção desta nova ordem deveriam envolver os movimentos populares, o sindicalismo e as forças de esquerda no debate sobre o Mercosul, incluindo em sua pauta pontos como a dívida e a criação dos mega-mercados, e desencadeando outras ações para que a integração não se limitasse às relações comerciais. Esta articulação envolveria a construção de um novo

internacionalismo. Também faria parte dessa luta a ampliação das relações sindicais e dos movimentos populares na América Latina e no resto do mundo, reconhecendo a importância destes movimentos na "luta pela hegemonia do projeto democrático e popular."(1c-§58)

O PT deveria ampliar suas relações internacionais, principalmente com os partidos democráticos e socialistas, desenvolvendo uma política internacional "ampla, plural, solidária e capaz de costurar uma rede de alianças que amplie nossa capacidade efetiva de transformar a sociedade brasileira." (1c-§59)

3.4.2. A conjuntura Nacional

As resoluções do I Congresso do PT abriam-se com a definição de seus interlocutores: todos os que defendiam o fim das injustiças: constatava a corrupção, o fisiologismo, a violência e desagregação social vigentes no país. O governo, principal agente da crise, aprofundava a aplicação de suas propostas neoliberais que agravavam cada vez mais as condições da maioria da população. Crescia na população o sentimento da necessidade de dar um basta à política de Collor, apesar de admitir que a recessão quebrava a disposição de luta dos trabalhadores.

Reconhecia também a disputa ideológica que o governo Collor e as classes dominantes vinham travando com os trabalhadores. Em poucas palavras, a idéia de um Estado mínimo, privatizações e liberdade para o mercado, versus a possibilidade de existência de outra forma de organização da sociedade.

Para o Congresso, o partido desfrutava de uma oportunidade histórica para "debater e impulsionar a construção de um renovado projeto de socialismo democrático"(1c-§2,6-10), coerente com suas tradições de origem. Além disso, era necessário apresentar um projeto para o Brasil, articulando os movimentos sociais e a atua-

ção das bancadas parlamentares do PT. Era necessário superar o corporativismo, o sectarismo e a luta interna nos sindicatos e na CUT, estimular os movimentos populares e mobilizar o partido (em todos os níveis) em defesa de suas bandeiras. Articular o debate sobre socialismo e estratégia com a reorganização partidária, com a disputa com o projeto neoliberal e com a apresentação de suas propostas para resolução da crise que o país atravessava.

Em resumo, "remobilizar as energias do Partido e mostrar alternativas a tudo isso que está aí. Este é o caminho para derrotar o Governo Collor, avançar nas lutas sociais e vencer as eleições de 1992, abrindo campo para, em 1994, assumir o governo do Brasil." (1c-12,§3C) Não era possível sair da crise através de um acordo das elites, a não ser com um enorme custo social. Prova disso eram os diversos pacotes econômicos lançados, que não haviam resolvido os problemas por não terem feito o essencial: democratizar o poder, a riqueza e a renda.

3.4.3. O movimento das classes sociais na conjuntura

O Congresso aprofundou a idéia geral do V Encontro sobre a possibilidade de ruptura institucional e o caráter da disputa de hegemonia no Brasil. Em 1986 e 1987 os IV e V Encontros avaliavam que não estavam na ordem do dia a tomada do poder ou uma crise revolucionária.¹¹² Em 1991, o Congresso afirmava que, após 1989, a "disputa pela hegemonia passa necessariamente a incluir a disputa pelo governo federal em 1994, a gestão das administrações municipais, a luta pela democratização (...), a organização e o crescimento dos movimentos sociais." (1c-39)

112 - PT. *Resoluções do IV Encontro. op. cit. p.46§98. Resoluções do V Encontro, op. cit. §22 e §66*

Tem-se, agora, um maior reconhecimento da necessidade de articular um projeto global para a sociedade e as diversas frentes de atuação partidária. Os movimentos populares, os sindicatos e as centrais, as bancadas, as prefeituras, as direções partidárias e os contatos com os aliados aparecem repetidas vezes, e com muita ênfase, neste Congresso. Sem dúvida, esta preocupação estava relacionada à possibilidade da eleição de Lula em 1994: "nenhuma política de governo e nenhuma proposta parlamentar se viabiliza sem sustentação social e sem pressão popular." (1c-46) Dai a necessidade de articulação entre os diversos movimentos e a institucionalidade, já que seu "centro tático é a luta pela hegemonia política, que a curto prazo se concentra na disputa pelo governo em 1994." (1c-47)

Para atingir este objetivo várias ações e atitudes deveriam ser tomadas. O movimento sindical, por exemplo, deveria passar a "considerar o trabalhador não só como assalariado, mas também como produtor, contribuinte e principalmente eleitor e cidadão, assumindo plenamente a luta política pelo alargamento dos direitos da cidadania." (1c-40) Era necessário romper com o corporativismo e lutar por direitos globais. A Linha Sindical do PT, aprovada em 1986, deveria ser atualizada e desenvolvida.¹¹³

Outros problemas identificados diziam respeito ao enfrentamento com o "sindicalismo de negócios", à falta de democracia interna à CUT, ao sectarismo e à falta de mais discussão política, inclusive nos congressos. Era necessário que o PT interviesse nesse processo, politizando e dirigindo seus militantes.

113 - Para o Congresso, um dos aspectos positivos da atuação do sindicalismo combativo foi a resistência ao projeto neoliberal. No Brasil a implantação deste projeto resultou em perdas menores que nos outros países do continente. No entanto, reconhecia suas debilidades. Por exemplo, as modificações da estrutura sindical do país ocorreram apenas parcialmente, e no sindicatos ligados à CUT. A convenção 87 da OIT não foi ratificada. Existia pequena organização nos locais de trabalho. Era difícil para os sindicatos manterem-se através de contribuições voluntárias, necessitando das contribuições compulsórias. (1c-§126-127)

Em relação às formas de opressão da sociedade o I Congresso reconhecia que elas não se restringiam à contradição entre capital e trabalho, mas se espalhavam por várias outras relações. Esta opressão manifestava-se nas relações entre homens e mulheres, e na discriminação aos segmentos chamados "minoritários" da sociedade, como portadores de deficiências, homossexuais, idosos, menores, adolescentes, ambulantes etc, e da discriminação racial. Uma das formas que o PT encontrou para começar a modificar-se foi a aprovação de um quota mínima de 30% para as mulheres na direção, apesar desta decisão não ser consensual dentro do partido.

Era necessário, portanto, incentivar a organização e a luta destes segmentos sociais para a construção da nova sociedade, já que o capitalismo, sistema baseado na exploração, não poderia resolver estes problemas. A construção desta nova sociedade passaria também pela modificação de hábitos e atitudes no interior do próprio partido.

Além disso, o PT deveria utilizar as experiências municipais para testar a tática de disputa de hegemonia, a democratização do Estado e a interação com outros segmentos e classes sociais. Era nas prefeituras que estava "colocado, na prática (...) o problema da democracia, do governo de coalizão, da alternância no governo e, principalmente, de demonstrar no dia-a-dia sua capacidade de fazer uma vida mais digna, feliz e justa para milhões de cidadãos." (1c-§149-150) A idéia de uma "vida mais digna" está relacionada com uma das principais tarefas e desafios do PT: a articulação de suas propostas imediatas e seu projeto socialista democrático.¹¹⁴

114 - Uma das formas pelas quais o PT pretendia atingir este objetivo de articulação entre os movimentos sociais e as propostas do PT para o governo era o Governo Paralelo, idéia lançada por Lula e que acabou não cumprindo os objetivos a que se propunha. Seu coordenador Valter Barelli, inclusive, acabou participando do governo Itamar/FHC.

Era necessário realizar "um intenso trabalho político e organizativo de base que difunda valores democráticos, socialistas e humanitários junto a parcelas crescentes da população." de uma "forma criativa e pedagógica." (1c-§164)

Além desses pontos, o Congresso alertava para a necessidade do PT se preparar para a disputa de 1994. Nesta preparação deveria ser levado em conta a democratização das Forças Armadas e dos meios de comunicação, o plebiscito sobre sistema de governo e a reforma constitucional, as eleições de 1992 e, finalmente, a necessidade de criação de um bloco democrático e popular que derrotasse a política do Governo Collor. Essa derrota dependia, também, da esquerda conseguir transformar seu projeto alternativo num movimento social que visasse superar o capitalismo brasileiro, ou que pelo menos apoiasse as reformas propostas por este programa. Este apoio era fundamental, pois os interesses da burguesia e da burocracia técnico-militar seriam atingidos, ampliando os conflitos políticos.

Dessa forma, um futuro governo Lula teria que estar apoiado principalmente nos movimentos sociais organizados e politizados, além das alianças com partidos e setores democráticos e populares. Isto diferenciaria o governo dos anteriores, estimulando a participação política das massas.

Percebemos então que o partido admitia claramente, desde 1991,¹¹⁵ que um governo Lula seria um governo de crise permanente. No entanto, nos debates do VIII e IX Encontros Nacionais (1993 e 1994), amplos setores do partido exitavam em admitir isso, tendendo, às vezes, para a idéia de um governo de união nacional. Este ponto será explorado mais adiante, quando tratarmos das alianças e do programa de governo.

A necessidade de articular as propostas imediatas com o projeto futuro, socialista, e a disputa constante que existiria na sociedade, desde a campanha eleitoral

115 - Na verdade desde o V Encontro em 1987.

até a conquista do governo, e mesmo do poder de certa forma, não significariam a construção imediata do socialismo.

O I Congresso acreditava que a disputa eleitoral, apesar de politizadora, não corresponderia, de imediato, a uma vontade coletiva de transformação socialista. Provavelmente, a maioria dos que votariam no projeto do PT e de seus aliados não teriam ainda consciência de seu projeto global, ideológico e cultural. Daí a necessidade de continuar a disputa ideológica e política com os setores contrários ao projeto democrático e popular, mesmo depois de conquistado o governo. Esta consciência viria "com o exercício democrático do poder de modo a compreender as diversas contradições materiais, políticas e ideológicas que permanecerão existindo, mesmo entre os setores sociais revolucionários, além das tradições políticas e culturais da velha sociedade." (1c-§169)

Nesse sentido era importante que o futuro governo criasse novos espaços e mecanismos democráticos para a expressão destas contradições.

3.5. O VIII Encontro Nacional

Realizado após o *impeachment* de Collor, o VIII Encontro tinha como desafio a necessidade de tomar algumas decisões fundamentais para o futuro do PT. Entre as questões mais polêmicas destacam-se a relação com o governo Itamar, a possibilidade de aliança com o PSDB e a linha geral do programa de governo para 1994.

Após o Diretório Nacional ter decidido, em novembro de 1992, que o PT deveria ser oposição ao governo Itamar, o debate sobre o assunto acirrou-se no interior do Partido. O VIII Encontro, finalmente, colocou de forma clara o PT em oposição ao governo, afirmando que "Itamar vem praticando no essencial a mesma política de Collor," principalmente em relação à política econômica, que mantinha altas taxas de

juros, privatizações, arrocho salarial, negociação da dívida externa contrária aos interesses nacionais, incentivos ao grande capital e corte de gastos em áreas sociais. Era necessário ainda pressionar os aliados do PT para que eles também se afastassem do governo.

Deveria ser mantida a tática contra Collor aprovada no I Congresso, articulando os movimentos de oposição tendo como base propostas alternativas de emergência. A atuação do PT deveria ser no sentido de acumular forças para a disputa de 1994, reorganizando o partido, renovando o projeto socialista e elaborando o programa de governo de Lula, "instrumento de disputa de hegemonia no próximo período." (VIII-§3C)

Assim como no I Congresso, também para o VIII Encontro as prefeituras petistas eram "parte integrante da disputa de projetos nacionais." (VIII-§5C) Era necessário dar exemplos, nas prefeituras, daquilo que o PT pretendia fazer a nível federal.

As preocupações que rondavam o partido continuavam basicamente as mesmas desde 1991. A eleição de Lula, entendida como um conjunto de tarefas: a disputa de projetos e a formulação de alternativas, a futura governabilidade e a campanha eleitoral sintetizavam estas preocupações.

O VIII Encontro reforçava o diagnóstico anterior, a respeito da crise. Reconhecia a piora das condições de vida dos trabalhadores na última década.

Além disso, reconhecia o crescimento das forças populares e do PT e alertava para a necessidade das elites serem derrotadas. Para o VIII Encontro, "a crise política, econômica e social brasileira só terá solução com a vitória do campo democrático e popular." (VIII-06)

Era necessário realizar "reformas profundas na sociedade brasileira", e isso implicava em "quebrar ou limitar drasticamente o poder dos grupos dominantes. Esse processo, por sua radicalidade, é parte de uma revolução democrática em nossa

sociedade, uma ruptura com as estruturas de poder vigentes, que abra caminho para a construção de uma sociedade radicalmente diferente da nossa."

O partido voltava a criticar, no mesmo sentido do V Encontro, as experiências anteriores da esquerda brasileira, principalmente em três aspectos: o reformismo, as alianças com a burguesia e o vanguardismo "que imaginou poder fazer as mudanças sem o povo". (VIII-§2)

Reconhecia o esforço dos inimigos para transformar o PT num partido da ordem, mas afirmava não ser esse o desejo do partido.

O VIII Encontro reafirmava a distinção entre governo e poder, entre o programa Lula e o Socialismo. Dizia o documento aprovado: "Não confundimos o governo com o poder, que é muito mais amplo e enraiza-se no conjunto das relações econômicas e sociais. Nem tampouco confundimos o programa do governo Lula com a realização global do projeto estratégico alternativo do PT, que supõe uma alteração mais radical das relações políticas e sociais. Mas a conquista do governo deve estar a serviço dessa perspectiva, mediante a construção de um novo modelo econômico, político e social. É com esse propósito que o PT disputará as eleições de 1994." (VIII-07)

Apesar desta distinção, governo e poder ou governo democrático popular e transformações radicais não eram, como já haviam afirmado os Encontros anteriores, coisas isoladas ou contraditórias: o partido reafirmava que "a luta por um governo democrático e popular e a possibilidade de conquistá-lo a partir de uma base popular de uma maioria eleitoral são um objetivo estratégico, entendido como expressão atual de um governo com hegemonia dos trabalhadores." Em poucas palavras, "o sucesso dessa luta depende da ação popular e do governo no sentido de tensionar e esgarçar os limites da ordem existente."

Retomando uma avaliação do VI Encontro (1989), o VIII reafirmava a necessidade de consolidação de uma alternativa para a crise. Ou seja, "não há espaço

real para uma terceira via" ou os setores conservadores e privilegiados ganham e aplicam seu programa excludente: ou ganham os setores democráticos, submetendo a burguesia a seu programa de distribuição de renda, ampliação do mercado interno e eliminação da miséria. (VIII-§3)

Para o VIII Encontro era claro a relação existente entre a campanha eleitoral, a vitória e a possibilidade de aplicar este programa. A campanha deveria ser um espaço de disputa de projetos, de "criação de um movimento democrático e popular pelas reformas estruturais" e de articulação e expressão dos diversos movimentos sociais. Além disso, deveria sensibilizar, "particularmente os marginalizados e excluídos da sociedade", num "movimento que transcende a disputa eleitoral, mas que é fundamental para respaldar o governo Lula." Era necessário sensibilizar milhões de pessoas, para que elas se colocassem a favor e que lutassem para sustentar um governo que se proporia a realizar aquelas transformações. A eleição precisaria ser um plebiscito sobre as reformas estruturais, um espaço de disputa de hegemonia e de projetos.

O VIII Encontro retomou também algumas discussões já realizadas no V Encontro e no I Congresso, sobre a necessidade de democracia e sobre o perfil de um futuro governo Lula. Para o VIII Encontro "as reformas democráticas e populares dependem da radicalização da democracia." (VIII-§15) Além disso, negou a possibilidade de o governo Lula ser um governo de união nacional. Deveria ser um momento de disputa e polarização com as classes dominantes.

Para realizar as transformações seria necessário, também em plena consonância com as resoluções do I Congresso, democratizar o Estado, as Forças Armadas e as comunicações.

Na construção deste necessário e vigoroso movimento de campanha e sustentação do novo governo, alguns eixos de atuação partidária eram centrais, entre eles: a necessidade de enfrentar os problemas de discriminação racial, da mulher e do menor "com a mesma radicalidade que a exploração da mão de obra" e uma atenção

especial em relação aos problemas da CUT. Os petistas deveriam empenhar-se para que a central superasse os problemas econômicos e corporativistas e apresentasse suas propostas para a sociedade. Deveria dar atenção especial aos novos problemas criados pelas novas formas de produção e de gerência. O PT admitia sua responsabilidade na crise da CUT, pois sua tese de autonomia sindical, que considerava correta, deu margem a interpretações de que o PT deveria manter-se neutro diante dos impasses vividos pelo movimento sindical, não contribuindo para uma melhor formulação política. Seria necessário a criação de um fórum para discutir as divergências entre os petistas no movimento sindical. Além disso, o PT declarava seu apoio à construção da Central de Movimentos Populares.

3.5.1. O movimento das classes sociais na conjuntura

Enquanto o PT discutia sua estratégia de chegada ao poder, dois outros movimentos importantes aconteciam. Cresciam as articulações nos setores de centro e de direita.(VIII-§7) Parcela significativa da direção do PT, por outro lado, considerava fundamental e possível uma aproximação com o PSDB. O plebiscito de 21 de abril de 1993 seria a consagração desta política. Entretanto, a vitória folgada do presidencialismo, contra a maioria da direção do PT e contra a vontade do PSDB, foi um dos ingredientes fundamentais para o início do desmonte desta possibilidade.

O PSDB começava a apagar a idéia de partido da indecisão assumindo um claro papel governista. O PMDB, o PFL e o PSDB compunham o núcleo duro do governo Itamar e seriam os mais influenciados pelo seu desempenho.

Do ponto de vista das ações econômicas e alianças políticas, o governo Itamar aproximava-se cada vez mais da Nova República de Sarney. Base de apoio di-

fusa, espalhada entre setores da centro-esquerda e da direita, sem programa definido, sendo pressionado por todos os lados.

Era o desdobramento desta conjuntura que deveria influenciar os rumos do PMDB e PSDB em direção, ou não, da chamada terceira via, podendo atrair outros partidos.

A possibilidade de alianças do PT com o PSDB, e sua caracterização, será discutida mais abaixo, quando tratarmos das alianças.

A direita, por sua vez, também articulava-se em torno dos que acreditavam ser a segunda via. Paulo Maluf, apesar de sua história cristalina, tentava construir uma nova imagem. Atraindo os setores mais à direita, Maluf tentava credenciar-se junto ao empresariado como o candidato mais confiável deste campo, ao mesmo tempo que tentava se mostrar mais simpático à opinião pública.¹¹⁶

Apoiada na fusão do PDC e PDS no PPR, esta candidatura atraía em torno de si outros partidos, como o PRN, o PFL, o PL e o PTB. Partidos, em geral, cujas principais lideranças defenderam e/ou se beneficiaram da ditadura militar, se opuseram ao movimento das "diretas já", votaram contra os avanços sociais na constituinte, defenderam os cinco anos para Sarney. Na campanha de 89, ao menos no segundo turno, apoiaram Collor e depois deram sustentação ao seu governo e a seu projeto, mesmo que, na fala de alguns destes líderes, seu partido aparecesse como de oposição. Constantemente fazem pregação do neoliberalismo e do estado mínimo, ao mesmo tempo em que são os maiores beneficiários da intervenção estatal.

Além disso, este conjunto de partidos mantém sólidas e simbióticas relações com o grande empresariado, apesar de possuir poucos quadros palatáveis à opinião pública. Maluf, com a tentativa de reciclagem já citada, pretendia unificar todo este

116 - Nas palavras de Zé Simão, articulista da Folha de São Paulo, em dezembro de 92: "o neo-malufismo é não falar o que se pensa".

conjunto heterogêneo e de base difusa por todo o território nacional, tornando-se "o" candidato das elites. No entanto, a descoberta do esquema Paubrasil e a maior aproximação de seus prováveis aliados à candidatura de Fernando Henrique Cardoso feriram de morte a aposta malufista. O deslocamento de seus prováveis aliados para a campanha de Fernando Henrique deve ser creditado, também, ao interesse das elites em evitar uma clara polarização entre ricos e pobres, honestos e corruptos e entre direita e esquerda, o que seria melhor para a Frente Brasil Popular. Sem outra alternativa eleitoralmente viável, o PPR acabou lançando Esperidião Amim para a presidência.

3.5.2. A situação interna do partido

As modificações na configuração interna do PT entre o V e o VIII encontro interessam mais pelas resoluções aprovadas que pela mudança nas forças que dirigiam o partido, de pequena relevância. Por esse motivo, optamos por tratar neste item apenas do V, VIII e IX encontros, quando houve mudanças significativas na composição de forças da direção nacional ou na linha de atuação do partido.

O VIII Encontro foi palco de uma acirrada disputa pela direção do partido.

Constatava-se a fragilidade da direção que terminava seu mandato, eleita em junho de 1990, principalmente pelo "desaparecimento da maioria política que a compôs." A Articulação dividiu-se em duas novas tendências. Uma mais próxima ao Projeto para o Brasil, mais à direita, denominada Unidade e Luta, e outra mais à esquerda, denominada Hora da Verdade, ou Articulação de Esquerda. "Para dirigir a campanha Lula e a ação partidária nos próximos anos, o PT necessita de um novo núcleo dirigente", diziam as resoluções aprovadas. (VIII-25)

O PT tornava oficial a crítica que setores cada vez maiores do partido tinham em relação à direção, e reafirmava, novamente, muitas das idéias presentes no I Congresso, sobre construção partidária. Era necessário retomar o "método de discussão e decisão que produzir as principais resoluções do PT e nos levou a vitórias políticas e sociais: a formulação de políticas através da discussão e do debate democrático no interior do partido."

O novo núcleo dirigente, que viria a ser eleito neste Encontro, deveria assumir claro compromisso com as resoluções que o PT, vinha acumulando ao longo de sua história, entre eles:

1) O caráter socialista e revolucionário do PT, com as críticas já feitas à social-democracia e ao "socialismo real":

2) O valor estratégico da democracia: meio, fim, método de transformação e ideal de organização política:

3) Acordo com o programa democrático e popular:

4) A defesa da "viabilidade de um partido de quadros e de massas - combinação que, recusando a polarização entre o centralismo e a diluição, afirma a democracia como fio condutor da vida partidária":

5) A defesa das instâncias partidárias e da democracia interna: "A renovação do contrato ético e democrático entre os militantes - de modo que a democracia interna e a valorização das instâncias suplante a diluição dos centros paralelos de poder, evitando a prática desagregadora e antidemocrática dos que, transformados em "notáveis" por força da militância, fazem de tudo para ser mais iguais que os outros."

Valorização das instâncias, a democracia interna, a participação das bases, prioridade para a imprensa partidária, criação de novas formas de consulta, incentivo a formação política, controle das direções e dos mandatários de cargos eletivos. Em suma, tudo o que já havia sido aprovado pelo I Congresso.

Além disso, o PT deveria estar "atento e sintonizado à opinião pública, mas sem deixar-se conduzir a partir de fora", dar atenção especial aos "marginalizados" e reafirmar o objetivo estratégico do PT: o socialismo.

3.6. O IX Encontro Nacional

Este último Encontro Nacional foi uma continuação do anterior. Não só em relação às teses vencedoras, mas também em relação às tendências internas que o disputaram e à sua pauta, praticamente idêntica ao anterior, com exceção da renovação da direção. Se o VIII Encontro definiu as linhas gerais do plano de ação de governo que o PT deveria apresentar nas eleições de 1994, o IX foi o espaço onde as divergências foram debatidas e onde aprovou-se os pontos polêmicos da versão definitiva do programa.

A pauta deste encontro continha avaliação da conjuntura em que se daria a campanha Lula, o movimento dos adversários e a aprovação do programa de governo. Além disso, tratava de questões internas ao PT: Resolução sobre Fidelidade Partidária, Carta Eleitoral e a Proposta de Novo Estatuto do Partido.¹¹⁷

117 - Neste capítulo trataremos apenas da conjuntura em 1994. A parte referente ao programa será tratada no capítulo específico, mais abaixo. Não discutiremos a concepção partidária deste Encontro já que a proposta apresentada não foi submetida ao debate ou aprovação. Sobre esse ponto, a reunião do Diretório Nacional de 26 e 27 de novembro de 1994 aprovou a refiliação nacional, o pagamento de cotizações anuais e marcou o X Encontro Nacional para agosto de 1995.

3.6.1. O movimento das classes sociais na conjuntura

A linha de confronto com as elites, resgatada no VIII Encontro, foi mantida nas resoluções de 1994 em relação aos pontos de análise de conjuntura e estratégia de campanha.

Na época da realização deste encontro, maio de 1994, Lula era o líder em todas as pesquisas de opinião. Entretanto, para o PT não se tratava de mais uma disputa eleitoral, mas de "uma batalha onde estão em jogo, simultaneamente, as chances de uma vida digna para a maioria do povo brasileiro e a possibilidade de se colocar em novo patamar a luta pelo socialismo." (IX-§1)

Esta idéia poderia resumir boa parte das intenções das resoluções aprovadas. Se ao lado dela colocássemos a concepção de que a campanha Lula 94 deveria ser um momento de confronto de projetos, de disputa com as elites e de grande mobilização popular pelas reformas propostas pelo programa, teríamos a melhor síntese da linha aprovada pelo IX Encontro. Mas vejamos com mais calma, pois estas decisões têm grande importância em nossa análise.

As discussões sobre conjuntura e tática eleitoral foram realizadas diante da possibilidade concreta de vitória. No entanto, o próprio encontro já afirmava a necessidade de cautela para que a campanha não entrasse no clima de já ganhou, uma vez que os adversários possuíam enormes recursos (meios de comunicação, ministérios, sistema financeiro, congresso e judiciário).

O fato das elites continuarem sem um projeto nacional para apresentar à sociedade explicava o crescimento do PT. Era preciso fazer com que sua organização e articulação dos militantes nos diversos movimentos fosse compatível com este crescimento, organização esta ainda insuficiente para as tarefas que se impunham ao partido.

Diversas tentativas foram feitas para enquadrar o PT à ordem burguesa durante os anos de 1993 e 1994. Apesar de já ter citado alguns exemplos acima, é importante retomá-los, assim como fez o IX, devido à linha de atuação dos adversários do PT.

Após ter resistido à pressão para que se incorporasse a um governo do qual participavam PMDB, PTB, PFL e PSDB, o PT passou a enfrentar um novo desafio, o plebiscito sobre forma e sistema de governo: o plebiscito interno do PT, contra a maioria de sua direção e de seus quadros dirigentes, aprovou por larga margem o sistema presidencialista, impedindo que um hipotético futuro governo Lula fosse manietado pelo que a militância entendeu ser um golpe branco.

A Revisão Constitucional: apontada pelas elites como única forma de resolver os problemas do país, e encarada pela maioria dos deputados petistas como "inevitável", a revisão não aconteceu. A firmeza da direção do PT eleita no VIII Encontro, aliado à falta de acordo das elites sobre o que e como mudar a Constituição, foi decisivo para impedir nova tentativa de golpe. Com Lula na frente nas pesquisas, novamente os setores dominantes tentavam diminuir o poder do futuro presidente.

Apesar de superar estes problemas, o PT não conseguiu sair da última armadilha das elites: o plano FHC. Mas como isso não foi objeto de análise do IX Encontro, e como este debate ainda prossegue no interior do PT, vamos deixá-lo para outra oportunidade. Basta, por enquanto, registrar que o IX Encontro definiu o plano como seguidor "da mesma trilha de seus antecessores: arrocha salários, deprime o consumo, mantém elevadas taxas de juros e libera os preços."(IX-§24) O porque do partido não ter batido de frente com o plano, durante a campanha, também é motivo de debates em seu interior.

Voltemos às resoluções. O encontro tratou também dos adversários da candidatura Lula. Avaliou acertada a decisão do VIII Encontro de considerar o PSDB um "campo em disputa", mas reconhecia que a partir de então o PSDB havia deslo-

cado-se para a direita, tentando constituir-se na opção das elites com a candidatura de Fernando Henrique Cardoso. Seu programa e as alianças com PFL e PTB colocavam-no como principal adversário do PT. O partido havia acertado ao impor como condição para as alianças o apoio ao programa e à candidatura Lula. O desenrolar da campanha demonstrara estar errados os que defendiam, no VIII Encontro, que o PSDB deveria ser o aliado preferencial do PT.

Quanto aos outros candidatos, Amim, Maluf, Quéricia e Brizola, as conclusões do IX Encontro não se diferenciavam muito das do VIII, com a diferença de que o parafuso da história havia dado mais uma volta e algumas previsões iam se confirmando. Ressalte-se, apenas, que o IX ainda achava possível um crescimento da candidatura Quéricia, caso o plano FHC não desse resultado e as elites tivessem que optar por outra alternativa de confiança.

Outro assunto que preocupava o partido era a *governabilidade*. Entretanto, esta preocupação não significava, nas resoluções, recuo ou cautela extremada. "No Brasil de 1994, o fiador da institucionalidade é a candidatura Lula. É nela que o partido deve lançar todos os seus esforços. E, para isso, reafirmamos nossos compromissos com o socialismo e com as reformas democráticas e populares." (IX-§21)

A mesma cantilena aparece no documento em vários momentos: "Com Lula, a classe trabalhadora e o conjunto das forças autenticamente democráticas do Brasil têm (...) a chance de conquistar a Presidência da República para inaugurar um período de profundas mudanças estruturais". "Lançaremos as bases para a construção, em horizonte de largo prazo, de uma sociedade inteiramente nova, livre de qualquer exploração ou dominação de qualquer tipo: uma sociedade socialista e democrática." (IX-§37,38)

Acrescentemos agora a questão da polarização da disputa: "a polarização tende a ser uma das marcas principais da disputa." "Devemos estar preparados para um verdadeiro clima de guerra". "Nossa campanha se apoiará, portanto, na afirmação da

diferença". "Apontaremos claramente quem ganha e quem perde com as políticas do governo Lula." A todo momento reafirmava-se a articulação entre programa de reformas estruturais profundas, a campanha eleitoral polarizada, o apoio popular ao governo Lula e sua governabilidade. Passavam por esta idéia também a criação dos Comitês Lula e da articulação dos movimentos populares e sindical e a nacionalização da campanha, isto é, o tratamento de temas nacionais, relacionando a disputa do governo central às dos governos estaduais, e não o contrário. (IX-§44.45.50.52.88)

Além dessas perspectivas, o PT também avaliava que só havia chegado até onde chegou devido a posturas coerentes e distintas dos demais partidos ou do que esperavam seus adversários. "O PT só conquistou o invejável patamar de aprovação popular que hoje possui graças ao seu compromisso com os interesses dos trabalhadores e à sua trajetória de combate aos desmandos das elites. "A dianteira de Lula (...) mostra a insatisfação e a impaciência de quem já optou, no passado, por alternativas conciliadoras ou conservadoras". (IX-§47)

Apesar da diferença entre a intenção do IX Encontro e a realidade da campanha não caber neste texto, não podemos deixar de notar a astronômica distância entre a linha de campanha aprovada pelo IX Encontro e a colocada em prática pela direção da campanha. A troca de elogios entre Lula e Fernando Henrique, a poucas semanas do primeiro turno; a insistência em debater o programa, quando sabidamente o candidato do governo apresentava um livro vazio; a tentativa de comparar as propostas petistas preparadas ao longo de anos com as propostas demagógicas do adversário, e não insistir na linha de que estas propostas não poderiam ser aplicadas devido aos acordos com os conservadores, são ilustrativos de apenas uma parcela das diferenças entre as decisões e a prática. Diferenças estas que consideramos como uma das causas fundamentais da derrota do candidato da Frente Brasil Popular.

3.6.2. A situação interna do partido

Nos debates preparatórios a este encontro consolida-se a divisão da *Articulação* e o surgimento de quatro "novos" blocos no interior do partido.

Da "direita" para a "esquerda", definiríamos estes blocos da seguinte maneira.

Democracia Radical. Suas maiores expressões são José Genoíno e Eduardo Jorge. Defendem um tipo de estado que poderíamos chamar de democrático-liberal-modernizante, isto é, um estado de bem estar social, democrático e respeitador do indivíduos, de seus direitos e desejos. Próximo a algum tipo de social-democracia liberal.

Unidade e Luta, tendência à direita da antiga *Articulação*. Defende um Estado mais distributivista, que através de determinadas políticas públicas pretende uma melhor distribuição de renda e uma conseqüente democratização econômica e social. São expressões marcantes deste bloco José Dirceu, Aloízio Mercadante e o próprio Lula.

Opção de Esquerda. Bloco que reúne diversas tendências, sendo as maiores a *Articulação de Esquerda*, parcela à esquerda da antiga *Articulação* (criada a partir do manifesto *A Hora da Verdade*), e a *Democracia Socialista*. Também neste bloco encontramos o *Fórum do Interior*. Este bloco defende um Estado mais intervencionista, com maior controle sobre a economia, que pretende transformar, mais claramente que os blocos anteriores, a sociedade em direção ao socialismo, mas que também propõe políticas imediatas.

Na luta PT. Reunião de várias tendências mais à esquerda. Em seu interior destacam-se a *Força Socialista* e o *Trabalho*. Expressões deste grupo são Ivan Valente e Marcos Sokol. Reúnem-se neste bloco também alguns independentes ilustres, como Luís Eduardo Grenhalg e Florestan Fernandes. Defendem um Estado volta-

do para a *ruptura* com o capitalismo e que "praticamente" só se preocupa com a construção do socialismo. Para seus integrantes, gerir a crise capitalista não interessa e, portanto, o PT não deve se preocupar com isto, mas com o devir.

Nas principais decisões deste Encontro ocorreram negociações entre os três primeiros blocos, de forma a garantir, por maioria folgada, a aprovação de suas propostas. Sobre o conteúdo destas propostas trataremos abaixo, na parte relativa às alianças, à tática eleitoral e ao programa de governo.

CAPÍTULO IV

AS ALIANÇAS: UMA NECESSIDADE NA CONSTRUÇÃO DA HEGEMONIA

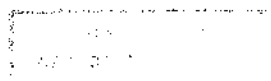
4.1. As alianças no V Encontro Nacional

4.1.1. Os problemas das alianças para o PT

O PT sempre teve reservas a alianças com outros partidos. Apesar de não ser contra alianças por princípio, desde o momento de sua fundação pautou-se por uma linha de auto-afirmação e de diferenciação de seus adversários e dos inimigos de classe. O partido tinha, fundamentalmente, um pouco de receio em se descaracterizar nas alianças. (V-§76)

O V Encontro atacou de frente esta questão. Reafirmou os princípios de identidade e independência de classe do PT, criticou os partidos reformistas, que historicamente fizeram alianças com a burguesia e, ao mesmo tempo, o vanguardismo e sectarismo de setores do partido, para os quais as alianças seriam sempre nefastas ao PT. Propôs, então, uma política de alianças. (V-§76)

Recuperou parte da história das formas de alianças já experimentadas no Brasil, como o Bloco Operário Camponês (BOC), na década de 20; as tentativas de aliança com a burguesia nacional, após a II Guerra Mundial, defendida e implementada pelo PCB e que "descambou em colaboração de classes"; e a aliança Operário-Estudantil-Camponesa, defendida pela Ação Popular na década de 60. Criticou o secta-



rismo e o divisionismo. "no campo da luta dos trabalhadores." Recuperou também exemplos históricos, como na China e na URSS. Afirmou que na Nicarágua ocorreram experiências positivas de alianças. Para o V Encontro, a história demonstrara a necessidade de alianças para chegar ao poder e governar. Nesse sentido, o PT e seus aliados deveriam constituir alianças que os contemplassem conjuntamente.(V-§77-80)

A Campanha pelas Diretas foi um exemplo positivo de alianças, embora o PT tenha sido, junto com a maioria do povo, derrotado pelas classes dominantes. Se até então afirmava-se que "o PT não se funde nem se confunde", a partir do V Encontro (1987), o partido passaria a colocar que as alianças não eram "uma questão de princípios (...), mas o PT só faz alianças com princípios." (V-§83-84)

Era chegada a hora de definir uma política de alianças táticas e estratégicas. "com setores interessados no fim da dominação burguesa", uma vez que a "alternativa que apresentamos à Nova República e à dominação burguesa é democrática e popular, e está articulada com nossa luta pelo socialismo."(V-§68.70.85)

O pressuposto da política de alianças aprovada pelo V Encontro era que a luta por uma alternativa democrática e popular exigia "uma política de acúmulo de forças que parte do reconhecimento de que não estão colocados na ordem do dia, para as mais amplas massas de trabalhadores, nem a luta pela tomada do poder, nem a luta direta pelo socialismo". Esta política de acúmulo de forças, cujos traços e pressupostos fundamentais já apareciam desde o IV Encontro,¹¹⁸ deveria efetivar-se no desenvolvimento de três atividades centrais: (V-§22.66)

a) Luta pela consolidação das eleições diretas em 1988. A candidatura de Lula deveria "estar apoiada num programa que será mais que um simples rol de exigências e medidas isoladas: deverá sintetizar um novo discurso político e servir de instrumento de politização, de disputa ampla com outros setores e de atuação junto

118 - PT. *Resoluções do IV Encontro. op. cit.* pp.46-49.

ao povo." Deveria, além disso, desenvolver "uma crítica e uma disputa a partir de uma visão anti-capitalista e socialista."

b) "Organização do PT, como força política socialista, independente e de massas":

c) Construção da CUT.

O partido deveria aparecer como socialista, e não apenas como um partido que queria o socialismo. Isso exigiria organização, politização e formação dos trabalhadores segundo os princípios socialistas, isto é, a abordagem das "tarefas de conjuntura do ponto de vista da luta pelo socialismo, introduzindo, sempre, um componente de denúncia e crítica anti-capitalista nas atividades de massa do PT." (V-§67)

Apenas uma "aliança de classes dos trabalhadores assalariados com as camadas médias e com o campo tem condições de se contrapor à dominação burguesa no Brasil." (V-§71) Decorria daí a necessidade de um governo e de um programa democrático e popular, que articulasse outras forças políticas e sociais em torno da proposta petista de modificação da estrutura econômica, política e social.

Essa política de aliança rompia com duas concepções distintas e contraditórias. Por um lado o V Encontro criticava a formulação aliancista do PCB (de uma alternativa democrática e nacional). Fazia uma defesa clara do socialismo, e não de alianças com a burguesia, que "é uma classe que não tem nada a oferecer ao nosso povo." (V-§72) E, por outro lado, também criticava os setores mais à esquerda (fora, e, principalmente dentro do partido), que defendiam "a necessidade e a possibilidade imediata de um Governo dos Trabalhadores". Para o V Encontro, estes setores não discutiam a melhor tática para atingir seu objetivo e, além disso, "separam a luta reivindicatória da luta política, por não compreenderem a necessidade da acumulação de forças." (V-§73)

A transição ao socialismo não estava clara nas resoluções partidárias. Dizia o V Encontro: "Nas condições do Brasil, um governo capaz de realizar as tarefas

democráticas e populares, de caráter anti-imperialista, anti-latifundiária e anti-monopólio - tarefas não efetivadas pela burguesia - tem um duplo significado: em primeiro lugar é um *governo de forças sociais em choque com o capitalismo e a ordem burguesa*, portanto um Governo hegemonizado pelo proletariado, e que *só poderá viabilizar-se com uma ruptura revolucionária*; em segundo lugar, a realização das tarefas a que se propõe exige a *adoção concomitante de medidas de caráter socialista em setores essenciais da economia* e com o enfrentamento da resistência capitalista. Por essas condições, um Governo dessa natureza não representa a formulação de uma nova teoria das etapas, imaginando uma etapa democrático-popular e, o que é mais grave, criando ilusões, em amplos setores, na possibilidade de uma nova fase do capitalismo, uma fase democrática e popular."¹¹⁹ (V-§75) (Grifo nosso)

Para o Encontro, um governo Lula, a ser eleito em 1988 ou 1989, seria um momento dessa transição possível. "Na situação política caracterizada pela existência de um governo que execute um programa democrático, popular e anti-imperialista, caberá ao PT aos seus aliados criarem as condições para as transformações socialistas." (V-§74)

4.1.2. A Política de Alianças

Antes de definir sua política de alianças o PT levantou dois pressupostos:

119 - O economista petista Carlos Eduardo de Carvalho levantou questões importantes sobre este ponto, que merecem ser destacadas: Se os setores essenciais da economia são socializados, isso não é o próprio socialismo? Se o V Encontro propõe um governo de caráter democrático e popular, por que é que ele só poderá viabilizar-se com uma ruptura revolucionária? Seria então um governo de ruptura, e não de transição ou de acúmulo de forças? Ver a este respeito artigo publicado pela revista *Teoria & Debate*, nº 10.

Em primeiro lugar a existência de diversos setores das classes trabalhadoras, com interesses diferenciados: "O desenvolvimento do capitalismo brasileiro criou uma sociedade de classes complexa em que, ao lado da classe trabalhadora, cujo centro é o operariado, existem amplos setores sociais e frações de classes com interesses contraditórios em relação às classes dominantes. Setenta milhões de brasileiros vivem excluídos, de fato, dos direitos sociais, e políticos, do mercado de trabalho formal e à margem dos serviços sociais." (V-§86)

Em segundo lugar, a necessidade de definir alianças, a partir dos interesses dos trabalhadores: "A partir de um programa de classe trabalhadora para conquistar o poder, dirigir o País e iniciar a construção do socialismo, o PT tem então que assumir uma política de alianças para o Brasil de hoje." (V-§88)

Dentro deste espírito o PT definiu seus critérios para alianças estratégicas e táticas. As estratégicas foram ainda divididas em Frente Única Classista e a Frente Democrática e Popular.

4.1.3. Alianças Estratégicas:

A Frente Única Classista e

A Frente Democrática e Popular

O PT passou a defender, claramente, a constituição de um Frente Única Classista, com forças que atuavam nos movimentos operário, popular e sindical.(V-§89)

Reconheceu a necessidade de "tomar a iniciativa nas bases dos partidos que se reivindicam comunistas, socialistas e de trabalhadores, propondo publicamente a unidade de ação política da classe trabalhadora."(V-§90) Tratava-se de disputar a hegemonia do conjunto das classes trabalhadoras, apresentar suas propostas e disputar

a direção dos movimentos, mas também reconhecer a importância de alianças com outros partidos de "esquerda" contra os inimigos de classe.

No entanto, o partido percebia também que esta Frente Única Classista seria insuficiente para derrotar a burguesia. A partir disso, propunha que se buscasse alianças "com todos os setores que, por suas contradições com a burguesia, estejam dispostos a marchar com os trabalhadores na luta pelo poder." Mas era preciso ficar claro que "para o PT não há alianças estratégicas com setores da burguesia." (V-§91)

Já os setores médios de pequena burguesia (não só proprietários de meios de produção, mas também trabalhadores) teriam "profundas contradições com o capitalismo que os coloca cotidianamente sob ameaça de arruinamento e de proletarização." Previa-se a possibilidade de haver disputa entre os setores pequenos burgueses e os assalariados, dentro da Frente Democrático-Popular e, portanto, apontava a necessidade de construir uma unidade dos setores populares para esta disputa. (V-§92-94)

Sobre as transformações socialistas que estes blocos poderiam realizar, as Resoluções afirmavam que "na luta pelo socialismo deverão ser levadas em conta reivindicações e interesses de outros setores populares que são alijados de seus direitos e são vítimas da opressão, das injustiças e da violência do sistema capitalista. O proletariado urbano e rural é a força principal do processo de transformação para o socialismo. O operariado industrial é o seu setor mais importante, concentrado e capacitado a dirigir o processo revolucionário. Os camponeses pobres e os assalariados urbanos são os principais aliados do proletariado. Setores amplos, como a camada semi-proletarizada, marginalizada do mercado de trabalho e de consumo, que tem características explosivas de manifestação, precisam ser ganhos para uma perspectiva revolucionária. Há também setores urbanos numerosos que, por suas contradições com o sistema burguês, podem ser atraídos para o bloco revolucionário. Localizam-se aí a intelectualidade progressista e democrática e os pequenos proprietários." (V-§93)

4.1.4. Alianças Táticas

Além das alianças estratégicas (Frente Única Classista e Frente Democrática e Popular), o PT definiu também sua política de alianças táticas. Estas alianças deveriam "reunir e organizar em torno da classe trabalhadora os setores médios." Elas deveriam tratar da luta contra a Nova República, da Constituinte e das lutas sociais. Eram prioritárias as alianças dentro das classes trabalhadoras, mas foram autorizadas também alianças com outras forças políticas em torno de objetivos imediatos ou a médio prazo, resguardada a independência do partido. Na Constituinte, por exemplo, aprovou-se alianças com todos os setores que concordassem com o Projeto de Constituição do PT e das iniciativas populares aprovadas por seu Diretório Nacional. O mesmo valia para outras alianças no parlamento. Reconheceu-se também a necessidade de alianças que articulassem amplos setores na campanha pelas Diretas, contra Sarney e contra a Dívida Externa. (V-§95,96,98)

O PT percebia uma maior dificuldade de realização de alianças nos campos sindical e popular, principalmente devido à grande inserção do partido nestes movimentos, o que fazia com que as outras forças políticas fossem subestimadas por seus militantes. No entanto, o V Encontro reafirmava a necessidade de realizá-las, buscando uma unidade de ação nos movimentos, em torno das reivindicações populares, propondo suas alternativas. (V-§99)

Reconhecia que no movimento sindical estas alianças eram mais necessárias ainda pois, neste movimento, todos os trabalhadores deveriam estar representados. Devia-se fazer alianças desde as comissões por local de trabalho até as centrais sindicais. (V-§101)

Ao mesmo tempo, o PT reafirmava sua posição em favor da autonomia dos movimentos: os petistas deveriam respeitar as decisões do movimento, mesmo

quando o PT não fizesse alianças e/ou quando suas posições não prevalecessem.(V-§100)

4.1.5. A Tática para as eleições de 1988

Este ponto merece maior destaque devido a seus desdobramentos a partir desta primeira definição geral. O V Encontro definia a preferência por candidatos e programas próprios, que encarassem os problemas nacionais, mas não proibia alianças eleitorais, frentes ou coalizões.(V-§103-104) Avaliava-se que a eleições de 86 no Rio haviam sido positivas, já que o programa socialista e a independência do PT foram preservados. (V-§105)

Tratava-se de fazer alianças, negociar pontos programáticos, rejeitar a idéia de que o PT era o único partido que representava os trabalhadores. No entanto, reafirmava-se a necessidade de manter a posição do PT contra a transição conservadora, sua independência e sua proposta socialista. As alianças não deveriam significar "o inchaço ou a diluição" do PT ou de sua proposta. (V-§106-107)

Na perspectiva do acúmulo de forças, as campanhas municipais deveriam ser integradas à campanha nacional, articulando as propostas locais com as nacionais. Devia ser mantida a campanha pelas diretas em 88 ou 89, contra Sarney e a Dívida Externa. O mote "Lula presidente" deveria polarizar também as disputas locais. (V-§174)

A disputa geral na sociedade (inclusive a Constituinte) e as eleições estavam articuladas. Defendia-se a necessidade de entrelaçar as iniciativas pré-eleitorais das cidades com as atividades e lutas gerais do partido. As lutas coletivas eram um fator fundamental para as mudanças políticas e sócio-econômicas. Os vereadores,

prefeitos e deputados do PT deveriam "ser vistos como partes integrantes dessa luta coletiva e como frentes da luta de classes." (V-§176-177)

As novas eleições aconteceriam após a desilusão com o PMDB em 86. Dessa forma, tornava-se possível uma maior pluralidade na distribuição do poder, principalmente no Congresso e nos governos estaduais, havendo grande possibilidade de o PT tornar-se o grande beneficiário dos votos anti-governo e de protesto.¹²⁰ No entanto esta tática não era livre de dificuldades, já que as forças de direita também apareciam como oposição ao governo Sarney. O crescimento do PT, acreditava o V Encontro, dependia da articulação das lutas globais da sociedade.¹²¹

Os requisitos necessários para candidatos a prefeito eram "representatividade, trânsito político e capacidade política pessoal para expressar as posições do PT, além de estar identificado com as posições e a prática do PT." (V-§182) As metas das eleições deveriam estar subordinadas ao objetivo maior socialista do PT. Não se devia eleger qualquer um, mas pessoas comprometidas com o PT.

120 - O resultado da eleição de 88 foi um grande crescimento do PT. Foram eleitos 36 prefeitos petistas em doze Estados, sendo três capitais. Iniciava-se aí, entretanto, os problemas de relacionamento entre partido e administração e de absorção de quadros partidários pela máquina estatal. Por diversos motivos, Diadema e Fortaleza não conseguiram contornar a crise. Gilson Menezes e Maria Luiza Fontenele saíram do PT e foram para o PSB.

121 - Nesse sentido, o PT deveria: Aparecer como um partido socialista, defensor de um Plano Alternativo de Governo que deveria conter propostas globais para o país; implantar-se em todos os municípios, criando novas lideranças, a fim de consolidar-se como uma força política nacional; articular as lutas por conquistas democráticas, econômicas e de políticas públicas com as lutas municipais; aumentar o número de eleitos pelo partido, de núcleos, de filiados e militantes; lutar por mecanismos de maior controle, fiscalização e participação popular nas administrações municipais. Alertava também para a necessidade de reforçar o voto de legenda e priorizar as cidades de maior peso político, onde o partido possuía maior organização e densidade eleitoral, a critério do Diretório Nacional e tentar lançar o maior número possível de candidatos a prefeito, sem prejuízo da política de alianças. (V-§178-181)

O conteúdo político da campanha eleitoral deveria ser:

a) Oposição à Nova República e à direita em geral: Disseminação de uma consciência socialista entre os trabalhadores e a defesa do Programa Alternativo de Governo do PT.

b) Oposição aos representantes da Nova República e do conservadorismo no âmbito municipal.

c) A defesa de um programa municipal que contivesse medidas de democratização e melhoria das condições de vida.(V-§183)

4.1.6. A Política de Alianças Eleitorais para 1988

O PT deveria propor publicamente a unidade de ação aos partidos que se reivindicavam comunistas, socialistas e de trabalhadores. Esta união permitira "avançar na construção de uma Frente Democrática e Popular, o que significa sensibilidade e iniciativa do PT junto a setores de partidos não vinculados diretamente à classe trabalhadora mas que, se estiverem em conflito com a política hegemônica da burguesia, podem reforçar a luta democrática dos trabalhadores." (V-§186-187)

Três eram os objetivos gerais do PT, para 1988: a) Derrotar a Nova República e a direita em geral; b) Reforçar a luta dos trabalhadores e aumentar as bases sociais que apoiavam a proposta do PT e; c) Aumentar a influência política e eleitoral, e a organização do PT.

Dentro deste espírito, a política de alianças aprovada não autorizava alianças com os partidos que sustentavam a Nova República e/ou com os partidos conservadores de direita, ou seja, PDS, PL, PTB, PFL, PMDB, e outros menores. As dissidências do PMDB deveriam ser avaliadas caso a caso, assim como a evolução do

PCB. O PDT deveria ser analisado pontualmente. Desejava-se atrair o PCdoB e o PSB. O PH e o PV poderiam ser incluídos, a partir dos critérios acima definidos.

4.2. As alianças no VI Encontro Nacional

A partir da exaustiva e decisiva discussão sobre alianças realizada no V Encontro Nacional, e a partir do crescimento do PT e de suas possibilidades de chegar aos governos (municipais, estaduais e federal), o PT passou a ver esta questão com outros olhos. O VI Encontro, realizado poucos meses antes da eleição de 89, não poderia deixar de pautar esta discussão.

Um dos princípios que nortearam as alianças em 1989 foi a necessidade de articulação de um "campo de forças anti-monopolista, anti-latifundiário e anti-imperialista, configurando o bloco histórico que fará a ponte entre as reivindicações mais sentidas dos trabalhadores em seu estágio atual de consciência e mobilização e a luta pelo socialismo." (VI-7) Além disso, não se tratava apenas de construir o socialismo mas também, e principalmente, eleger Lula presidente.

Estas duas considerações são importantes pois vão permear todas as discussões sobre a política de alianças a partir de 1989. Daí em diante o PT teria como pressupostos para suas alianças basicamente três elementos: a) oposição aos apoiadores do regime militar e à direita em geral, b) consolidação de um bloco capaz de eleger Lula e c) constituição de um projeto global e a necessidade de convencer os trabalhadores da qualidade e viabilidade deste projeto.

Dentro deste espírito o PT buscou alianças com o PCB, PC do B, PSB, PV. O PCB decidiu lançar candidatura própria, Roberto Freire. O VI Encontro indicou o jornalista Fernando Gabeira, do PV, para vice de Lula, mas autorizou o Diretório Nacional a substituí-lo, se necessário para preservar a Frente Brasil Popular (PT, PSB,

PC do B). O Diretório Nacional finalmente indicou José Paulo Bisol, senador pelo PSB do Rio Grande do Sul, para ser o vice de Lula. O PV saía da Frente e lançava o Gabeira para a presidência.

A partir do VII Encontro Nacional o PT iria rever e aprofundar sua decisão sobre política de alianças.

4.3. As alianças no VII Encontro Nacional

Apesar da vitória de Collor em 1989, e da ofensiva contra o PT e seus aliados em 1990, o VII Encontro não deixa de reconhecer a mudança da conjuntura a partir do segundo turno das eleições presidenciais. Lula e o PT apareceriam, daí em diante, como líderes da oposição.

Se assim era, um dos critérios para alianças discutidos e aprovados pelo VII Encontro só poderia ser a oposição a Collor. Era necessário realizá-la em diversas frentes e atrair os partidos PCdoB, PCB, PDT e PSB "com o objetivo de criar um polo alternativo." (VII-48)

O partido defendia a necessidade de reafirmar a luta pela democracia. "Diante do autoritarismo de Collor e dos riscos de retrocesso institucional, o PT e a frente oposicionista devem colocar com ênfase ainda maior a questão democrática, tomando a defesa intransigente do estado de direito e das liberdades democráticas e políticas, individuais e coletivas da sociedade." (VII-48)

Para consolidar e articular estas alianças era necessário apresentar um programa mínimo, democrático e popular, em contraposição ao projeto liberal do governo, "articulado com nossa proposta socialista, única forma de enfrentar a longo prazo as propostas de reestruturação do capitalismo brasileiro." (VII-48)

Novamente estava presente a idéia de relacionar o objetivo estratégico com as táticas imediatas: oposição ao governo, propostas alternativas e construção de uma nova sociedade.

A política de alianças aprovada para as eleições de 1990 também levava em conta esta relação. As alianças eram possíveis a partir da existência de pontos comuns: a luta por um governo democrático e popular e/ou a luta pelo socialismo.

No primeiro turno, recomendava o VII Encontro, o PT deveria lançar, em geral, candidaturas próprias. No entanto, coligações já nesta fase não eram proibidas. O objetivo era ganhar para a oposição governos estaduais e grandes bancadas legislativas.

Resumidamente, os critérios aprovados continham: oposição ao governo Collor; apoio a um programa democrático e popular e oposição aos governadores; a realização de campanhas conjuntas; uma concepção de socialismo democrático; garantia de espaço para disputa de hegemonia no processo eleitoral; acordos nas chapas proporcionais e majoritárias. Sobre este último ponto, o VII Encontro já dizia ser inaceitável a prática dos aliados de lançar um ou dois candidatos e ter tempo próprio.

Deveria buscar-se uma definição mínima de socialismo, em acordo com os aliados, para exposição durante os debates eleitorais.

Além disso, o PT deveria priorizar a continuidade da Frente Brasil Popular (PT, PSB, PC do B) e respeitar as realidades estaduais. As resoluções faziam uma distinção entre PCB, PC do B e PSB, do PDT e do PSDB, que pretendiam disputar os governos estaduais com candidaturas próprias.

Enquanto que o V e o VI encontros autorizavam alianças só em casos particulares com o PDT e o PSDB, o VII Encontro recomendava que fossem seguidas as regras e os critérios aprovados para os demais: oposição ao governo, programa democrático popular, etc. No caso do PDT, era preciso também levar em consideração a postura de Brizola no segundo turno de 89. A decisão deveria ser deixada a cargo da

Comissão Executiva e do Diretório Nacional, "respeitados os objetivos eleitorais e os critérios" definidos e aprovados pelo VII Encontro. (VII-52)

Um último ponto interessante de registrar a respeito das alianças em 1990 refere-se ao segundo turno nas eleições para governadores dos Estados. Em São Paulo, por exemplo, o segundo turno ocorreu entre Maluf (PDS) e Fleury (PMDB). O PT, após acirrado debate em seu interior, onde petistas de expressão defendiam o apoio a Fleury como "mal menor", decidiu não apoiar nenhum dos dois candidatos, adotando o lema "nem Maluf nem Fleury". Mantinha-se a independência do partido.

4.4. As alianças no I Congresso

O I Congresso retomou as discussões do V Encontro, sobre a política de acúmulo de forças e de disputa de hegemonia, "parte fundamental da estratégia de transformação revolucionária do Brasil." Para o I Congresso, "o poder político se constrói no cotidiano das lutas, no sindicato, na organização dentro da fábrica, no comitê de empresa, na associação de bairro, na escola e no campo." (lc-§111)

A partir desta ótica, reconheceu a necessidade das alianças não apenas nos períodos eleitorais, mas também nas lutas cotidianas. Era importante constituir "um bloco político e social, soldado na luta comum e nas alianças necessárias à construção de uma alternativa democrática e popular." (lc-§110,163) Afinal, para o I Congresso, conquistar a presidência não era apenas ganhar a eleição, mas principalmente garantir a *governabilidade*, conceito que ganhava cada vez mais importância no vocabulário petista a partir de 1989.

Dois outros conceitos vinham amadurecendo desde o V Encontro, com destaque no VI, e influenciaram a política de alianças. A distinção entre governo e poder e a articulação entre propostas imediatas e projeto estratégico. Ocupar o palácio

do governo não significava alcançar o poder. Não se tratava mais de tomar o Estado de assalto. Mas também não se tratava de acreditar "que o socialismo virá através de um ininterrupto e linear crescimento das forças e da hegemonia socialistas dentro da sociedade, sem que ocorram choques e confrontos intensos."¹²² (1c-§116)

"Na visão do PT, a revolução social necessária para superar o capitalismo tem que ser obra de milhões e milhões de brasileiros que, na luta por reformas profundas e estruturais em nossa sociedade, enfrentam-se com o *status quo* vigente, acumulando forças para as necessárias transformações revolucionárias, radicalmente democráticas e socialistas." (1c-38) Ora, se o socialismo é obra de milhões e se o PT critica, desde o V Encontro (V-§49), a idéia de partido único por não considerar-se o único representante dos interesses dos trabalhadores, socialistas ou não, então as alianças tornam-se imprescindíveis. Dessa forma, o I Congresso recomendava continuar e ampliar a política de alianças definida em 1987, principalmente devido à ofensiva neoliberal. (1c-§117,151)

4.5. As Alianças no VIII Encontro Nacional

Em 1993 o PT voltaria a discutir sua política de alianças, desta vez visando 1994. Era reafirmada a idéia da necessidade de credibilidade e de alianças para a implementação de seu projeto. Propunha, então, "uma aliança político-eleitoral em torno do programa democrático e popular." (VIII-19)

122 - No V Encontro, como já vimos, esta idéia era assim formulada: "um governo dessa natureza não representa a formulação de uma nova teoria das etapas, imaginando uma etapa democrático-popular e, o que é mais grave, criando ilusões, em amplos setores, na possibilidade de uma nova fase do capitalismo, uma fase democrática e popular." (V-§75)

Também reafirmava-se a idéia de que "o apoio para um governo comprometido com as reformas estruturais começa a ser construído desde a campanha." A governabilidade começaria aí e estaria fincada na mobilização, nas alianças e na organização das massas, assim como já havia sido afirmado em Resoluções anteriores e seria reafirmado no IX Encontro Nacional em 1994. Seria a correlação de forças durante o governo Lula que determinaria a velocidade da aplicação do programa. (VIII-§14.20)

A partir da decisão definitiva de oposição ao governo Itamar tornava-se imperioso tentar afastar os possíveis aliados do PT, (notadamente o PPS, o PSDB e o PSB) do governo e buscar alianças nacionais e nos estados, subordinando-as ao apoio à candidatura Lula. Era necessário nacionalizar tanto a política de alianças quanto a campanha. Dessa forma, alianças estaduais com os partidos que o Encontro Nacional proibisse nacionalmente não poderiam acontecer. Não eram, contudo, obrigatórias nos Estados alianças com os partidos que apoiassem Lula. (VIII-§2C.12C)

As resoluções finais afirmavam a necessidade de garantir alianças com os partidos que compuseram a Frente Brasil Popular, o PSB e o PC do B, e atrair outros partidos de esquerda, como o PPS, o PC, o novo PCB e o PST-U. No entanto, afirmava-se, também, a necessidade de ampliar as alianças. (VIII-§6C)

Um ponto em disputa era a discussão sobre o PDT e o PSDB. A polêmica sobre aliança com o PSDB baseava-se em duas constatações: a participação daquele partido, determinante, no governo Itamar, e sua ambiguidade. (VIII-§9) Apesar de possuir uma plataforma política definida, o mesmo não se podia dizer de sua ação prática cotidiana. Proclamava-se paladino da moralidade, sendo que, em pleno processo de *impeachment* de Collor, mantinha ministros naquele governo; dizia-se social-democrata mas apoiava projetos de conteúdo claramente liberal; apresentava-se como defensor dos direitos humanos, mas diversos de seus dirigentes apoiaram Maluf para a prefeitura de São Paulo em 92 e assumiram cargos nesta prefeitura.

No entanto, estas posturas contrárias ao que seu programa apresentava, não eram suficientes para caracterizar o PSDB. Caso contrário não haveria polêmica. Durante a constituinte, vários dos deputados e senadores que hoje o compõe¹²³ votaram favoravelmente aos trabalhadores, ao lado dos partidos de esquerda e do PDT. Além disso, em muitos lugares o PSDB dividia o governo com o PT e com outras forças de esquerda.

Esta dificuldade do PSDB em unificar teoria e prática tornou-o mais conhecido pelas decisões que não tomava que pelas suas posturas afirmativas. As questões que se colocavam eram: O PSDB conseguiria contradizer o ditado popular de que o hábito faz o monge e, a partir de seu programa partidário e do que declarava parte de seus líderes, estabelecer uma nova linha de conduta, colocando-se mais claramente a serviço das camadas populares e abandonando o governo? Ou, ao contrário, tentaria efetivar a terceira via? O que notamos após o VIII Encontro é que o PSDB passou a ser o elemento principal e decisivo do governo federal. Fernando Henrique Cardoso tornava-se cada vez mais a própria segunda via, ou o anti-Lula.

Como todos estes elementos ainda não estavam suficientemente claros em junho de 1993, e como havia grande divergência no interior do PT sobre o assunto, a matéria foi a voto, afirmando o partido "o PSDB é um campo em disputa." O PT deveria disputar a base deste partido, tensionando-o a incorporar-se ao campo democrático e popular. (VIII-§9)

123 - Nota atribuída pelo Diap a alguns parlamentares do PSDB: José Serra 3.75; Ronaldo Cézar Coelho 3.75; Fernando Henrique 5.00; Saulo Queiroz 5.25; Aécio Neves 5.50; Firmo de Castro 6.25; Mario Covas 6.25; Pimenta da Veiga 6.25; Fábio Feldman 6.50; Wilson Campos 6.75; Geraldo Alckmin 7.00; Arthur da Távola 7.75; Ubiratan Aguiar 7.75; Euclides Scalco 8.00; José Carlos Greco 8.00; José Elias Murad 8.25; Carlos Mosconi 8.50; Jaime Santana 8.50; Jutahy Magalhães 9.00; Koyu Iha 9.25; Teotônio Vilela Filho 9.25; Lídice da Mata 9.50; Domingos Leonelli 10.00; Sigmaringa Seixas 10.00; Média destes nomes = 7.33.

Sobre a história do PDT também pesavam contradições: no primeiro turno de 1989 Brizola fez inúmeras e pesadas acusações contra Lula e o PT. No entanto, no segundo turno passou imediatamente a apoiar intensamente Lula, transferindo a imensa maioria de seus votos. Após a eleição de Collor, novamente Brizola passava a atacar o PT. Além disso, era candidato certo à disputa com Lula nas eleições de 1994. Assim, alianças só seriam possíveis no segundo turno. (VIII-§10) No entanto, alguns setores do PDT tinham um passado que deveria ser levado em conta, principalmente em relação à defesa das liberdades democráticas e dos direitos sociais.

Esta duplicidade de ação do PDT, ora atuando em defesa dos interesses da maioria da população, ora se comportando como partido de um dono só, colocava-o também diante de três possibilidades: afirmar-se enquanto mais um (importante) defensor da população, aliando-se definitivamente aos setores democráticos e populares; aliar-se, junto com o PSDB, setores do PMDB e outros, na construção da terceira via; ou lançar-se sozinho numa luta quixotesca contra as *elites*, como de fato acabou acontecendo.

Além disso o PDT sofria de outra contradição, fruto de sua política anterior. Ao apoiar Collor, dava aval a sua política econômica, principalmente no que diz respeito às privatizações. Apesar do governo Itamar não ter mudado a política de Collor, o PDT, em junho de 1993 dizia-se oposição.

É interessante neste ponto analisar, como fizemos com as eleições de 1990, as eleições para segundo turno nos governos estaduais. Se em 1990 o PT resistiu à intenção dos partidos da ordem em enquadrá-lo, o mesmo não podemos dizer de 1994. Em diversos Estados o PT apoiou candidatos dos mais diversos partidos. Em alguns outros, apesar do PT não definir o apoio, petistas de grande expressão, e o próprio Lula, fizeram declarações de apoio a algum candidato. Em São Paulo o Encontro Extraordinário aprovou por 54% a 46% o apoio a Mario Covas (PSDB), contra Francisco Rossi (PDT). Em que pese o passado desses candidatos, o de Covas mais

próximo ao PT que o de Rossi. dias após a decisão do PT. Maluf declarou seu apoio ao mesmo candidato. O PT subiria no mesmo palanque que adversários históricos e estratégicos.

CAPÍTULO V

O PT E SEU PROGRAMA

DEMOCRÁTICO-POPULAR

Dividiremos este capítulo em duas partes. Na primeira faremos um levantamento das propostas que, sem grandes alterações, foram sendo incorporadas pelo PT, entre 1987 e 1994. Na segunda parte trataremos dos pontos mais polêmicos e que sofreram maiores modificações neste período. Trataremos de três pontos específicos: dívida externa; crescimento, estabilização e salários e, finalmente, reforma agrária e política agrícola.

5.1. As propostas incorporadas pelo PT

5.1.1. No V Encontro Nacional

Reconhecendo a ausência de um projeto alternativo dos trabalhadores contra a Nova República, afirmava-se a necessidade de viabilização deste programa que deveria ser, ao mesmo tempo, de oposição à Nova República e que apontasse para o socialismo. A primeira versão de um programa democrático e popular, capaz de articular, organizar e dirigir sua "base social e política na luta pela conquista do poder." (V-§63-64)

Deveria propor uma alternativa estratégica, e não apenas de oposição conjuntural à Nova República, para "realizar transformações sociais e políticas exigidas pelos trabalhadores e demais camadas exploradas pelos monopólios."(V-§65)

As principais propostas, em resumo, eram as seguintes:

5.1.1.a. Sobre a questão institucional

- Eleições Diretas em todos os níveis.
- Revogação das LSN, de Greve e de Imprensa.
- Fim dos Estados de Emergência, de Sítio, das Medidas de Emergência, etc.
- Eliminação na Constituição do conceito de segurança nacional, redirecionamento das forças armadas apenas para defesa externa, desativação do SNI e do aparelho repressivo, desmilitarização das polícias, extinção dos tribunais especiais para o julgamento de crimes cometidos ao País, fim das funções repressivas da Polícia Federal, fim dos tribunais militares para julgamentos civis.
- Liberdade de associação e organização partidária, autonomia sindical, direito de greve, direito de organização dos trabalhadores em comissões de empresa, com acesso dos trabalhadores às suas informações econômicas e contábeis.
- Fortalecimento do Legislativo. Devolução de seu direito de legislar sobre matéria econômica, financeira, orçamentária e de criar despesas. Direito de Iniciativa Popular.
- Fim da Censura.
- Sistema eleitoral proporcional, controle do poder econômico e igualdade de acesso aos meios de comunicação.
- Reforma Administrativa.

5.1.1.b. Sobre Economia

- Romper com o FMI e realizar auditoria interna da dívida externa. Era contrário ao seu pagamento.

- Controle das remessas de lucro ao exterior.

- Desvalorização da Dívida Interna para criar nova fonte de investimentos em áreas sociais.

- Reforma Tributária.

- "Exclusividade do Fundo Nacional de Desenvolvimento e dos fundos sociais para investimentos nas áreas sociais, com proibição de repasse desses recursos para empreendimentos privados."

- Estatização dos serviços de transporte coletivo, das indústrias de cimento e farmacêuticas e do sistema financeiro.

- Congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade. Critérios sociais para tarifas, taxas e serviços públicos.

- Aposentadoria aos 30 e 25 anos e jornada de trabalho máxima de 40h., sem redução de salário.

- Estabilidade no emprego.

5.1.1.c. Sobre as políticas setoriais

- Ensino público e gratuito. Proibição da destinação de verbas públicas para escolas privadas.

- Sistema único de saúde, estatal, público, gratuito, com participação da população através de suas entidades representativas.

- Reforma urbana.

- Definição de políticas urbanas claras e democratização do poder municipal.

- Prioridade na destinação dos recursos sociais ao nordeste, combate à "indústria da seca".

5.1.2. No VI Encontro Nacional (1989)¹²⁴

O ano de realização do VI Encontro, 1989, foi muito rico em elaboração e apresentação de propostas do PT para o Brasil. Entre dezembro de 1988 e a aprovação da versão definitiva do PAG, foram três documentos oficiais, que julgamos importantes incluir em nossa análise. São eles:

1988: *Plano Econômico Alternativo de Emergência*.

1989: *Resoluções do VI Encontro*, que incluíam *As Bases para o PAG*.

1989: *PAG: Plano de Ação de Governo*. Apresentado na Campanha Eleitoral.

5.1.2.a. O Plano Econômico Alternativo de Emergência

Muitas das propostas levantadas pelo PAG, em 1989 tiveram suas origens neste documento, um dos mais bem elaborados sobre economia que o PT já produziu, sendo elogiado por diversos economistas, inclusive não petistas. Foi elaborado

124 - De acordo com os documentos: *Plano Econômico Alternativo de Emergência* (1988); *Resoluções do VI Encontro Nacional e PAG: Plano de Ação de Governo*, 1989.

por uma equipe de economistas do PT, coordenada por Aloísio Mercadante, José Dirceu e Plínio de Arruda Sampaio.¹²⁵

Na apresentação deste documento Lula afirmava que, para o PT, o Brasil tinha jeito, bastava vontade política, e não o pacto social, em moda na época. Para o PT, dizia Lula, era possível combater a inflação e retomar "o desenvolvimento econômico voltado para a distribuição de renda." (PEAE-03) Era necessário apresentá-lo à sociedade, já que o país estava à beira da hiperinflação e precisava enfrentar a crise econômica.¹²⁶

Um novo governo, com Lula, poderia enfrentá-la, mas o país não podia esperar. Era preciso que a sociedade organizada discutisse imediatamente um programa alternativo. Não se tratava de um "pacote fechado", mas de uma proposta preliminar para debate. Além disso, o PT defendia a antecipação das eleições pois, "quanto mais cedo tomar posse o novo presidente, mais cedo poderemos ver estas medidas aplicadas." (PEAE-11)

Em relação à administração federal, propunha reformas administrativas e aumento da fiscalização. Defendia a realização de concursos, auditorias, remanejamentos, carreiras, etc. Defendia o serviço público e atacava a forma como os governos vinham tratando este setor e as estatais. Estas últimas foram instrumentalizadas e sucateadas através de subsídios aos grandes grupos econômicos. Não considerava as estatais responsáveis pela inflação. Elas precisavam ser, isso sim, saneadas e democratizadas. Deveria-se "privatizar aquelas que não prestam serviços públicos, não ex-

125 - Participaram das discussões também: Ademar Mineiro, Carlos Eduardo de Carvalho, Eduardo Matarazzo Suplicy, Guido Mantega, Jorge Eduardo Mattoso, Luís Carlos Mereg, Odilon Guedes Pinto Jr., Paul Singer, Paulo Sandroni, Plínio de Arruda Sampaio Jr., Rui Falcão, Sandra Neiva, Sérgio Trani. O texto incorporou também "sugestões encaminhadas por dirigentes e parlamentares petistas."

126 - Esta referência indica Plano Econômico Alternativo de Emergência (1988), página 3.

ploram as riquezas do subsolo nem atuam em setores estratégicos da economia" e rever as contratações sem concurso, as tarifas e os subsídios. (PEAE-22)

5.1.2.b. As Bases do Plano de Ação de Governo e seu caráter

O VI Encontro Nacional discutiu a conjuntura em que se daria a campanha Lula, e os objetivos a serem alcançados. Nesse sentido, aprovou um documento com um espírito um pouco diferente do PEAE. Por ser um programa que deveria ser capaz de realizar a disputa política e ideológica com os adversários, ele precisaria conter também uma discussão sobre o projeto estratégico do PT, o socialismo. Nesse sentido, dizia o documento, "o conteúdo socialista da candidatura Lula não está somente no fato de que o seu governo deverá criar condições para o socialismo. O caráter socialista da proposta do PT se revela, também, no fato de que o eixo de seu programa para hoje são as reivindicações dos trabalhadores, de que estes são a força social fundamental das mobilizações sociais e da luta eleitoral e de que a hegemonia política da aliança social que apóia o candidato e sustentará o governo é e será dos trabalhadores."(VI-14)

Tratava-se de enfrentar a crise do capitalismo, sem tê-lo como horizonte. "A diferença entre nosso governo e outros governos eventuais será de que estes enfrentarão igualmente a crise do capitalismo, mas procurarão resolvê-la no sentido contrário aos interesses dos trabalhadores e camadas populares."(VI-15) O programa de governo deveria permitir constituir o governo mais democrático do país, onde "as liberdades individuais e coletivas" alcançassem "suas conseqüências mais avançadas." "Nossa concepção de democracia não significa que iremos simplesmente nos conformar com o respeito ao atual Estado de direito. A democracia deve ser entendida como o espaço para a criação de novos direitos."(VI-15)

Esta longa lista de citações tem o objetivo de situar quais eram as idéias que norteavam a elaboração do PAG.

O VI Encontro destacava a importância do PT na construção de uma nova sociedade, democrática e popular, direcionada para o socialismo. "Parece ter chegado ao fim o terrível dilema que angustiou uma geração de líderes sindicais, populares e partidários: apoiar os projetos nacionais e/ou reformistas da burguesia ou cair no isolamento, no gueto político e cultural. O projeto do PT, a luta sindical, popular, estudantil, agrária, ecológica e de libertação da mulher, do negro e da juventude travada nos últimos 15 anos aponta um caminho, abre a possibilidade histórica de o PT ser governo, disputar a hegemonia, construir uma força social e política."(VI-23)

Governar, disputar a hegemonia e construir uma força social e política são coisas diferentes e mais ou menos independentes. Um pode ocorrer sem o outro, embora isso não seja eficiente e duradouro. Conquistado o executivo, "estará colocado para o PT e para as forças democráticas e populares a possibilidade de iniciar um acelerado e radical processo de reformas econômicas, de lutas políticas e sociais. Tudo isso criará condições para a conquista de hegemonia política e de transformações socialistas."(VI-23)

Notamos aqui uma concepção de governo como espaço de articulação entre as transformações e a construção de uma nova hegemonia: "para isso, faz-se necessário dar respostas a inúmeros problemas que a nova conjuntura nos apresenta. Em primeiro lugar, não basta concorrer às eleições com uma plataforma de lutas econômicas e políticas dos trabalhadores e dos setores médios da sociedade. Nem tampouco é possível propor um programa socialista, inexecutável e que nos isolaria. Trata-se, então, de apresentar um Programa de Ação de Governo que expresse as principais reivindicações dos trabalhadores, as reformas econômicas e sociais para retirar o país da crise e combiná-lo com a luta política e ideológica, com a disputa pela hegemonia na sociedade. Estimulando o crescimento e fortalecimento dos movimentos

sociais, promovendo a auto-organização dos trabalhadores, abrindo canais para a participação popular, criando instrumentos de poder local, fazendo surgir um real movimento socialista, estaremos não só viabilizando um governo democrático-popular, mas estaremos forjando as condições políticas e sociais para transformações socialistas no país."(VI-23)

Dessa forma, não propor um programa socialista não significava abdicar da luta ideológica: "No debate político-ideológico ao longo da campanha eleitoral, deixaremos clara nossa opção pelo socialismo, um socialismo com democracia, com liberdade de expressão, com liberdade de organização dos trabalhadores, que rejeita a concepção burocrática e a visão do partido único." (VI-26)

"O PT não acredita na possibilidade de uma etapa de "Capitalismo Popular" no país. Ao contrário, através de um processo simultâneo de acúmulo de forças, enfrentamentos e conquistas dos trabalhadores, criaremos as condições para dar início às transformações socialistas no Brasil."(VI-26) Considerações semelhantes já haviam sido elaboradas no V Encontro e voltariam a ser no I Congresso.

"Por estas condições, o governo democrático e popular e o início de transição ao socialismo são elos do mesmo processo. A passagem de um ao outro, no entanto, não é automática e nem resultado da retirada de cena das minorias privilegiadas (...). A implantação da globalidade de um Programa Democrático e Popular só pode ocorrer com a revolução socialista."(VI-26)

As propostas e ações do PT iam "no sentido de conquistar o poder através da vontade, da mobilização e da luta da maioria, e não da tomada de poder através de um golpe de mão, de um *putsch* da vanguarda. Queremos o poder e a construção do socialismo através da vitória sobre a burguesia e seus aparelhos ideológicos de dominação."(VI-26)

Ficava clara a opção pela via eleitoral, entendendo, no entanto, disputa eleitoral como disputa de projetos, de consolidação de uma nova vontade, de convencimento, de construção de uma nova hegemonia.

O VI Encontro reforçava a crítica aos partidos socialistas "sem trabalhadores" e a necessidade de sua participação na construção da nova sociedade. "Não pode existir um autêntico socialismo sem aprofundamento e defesa integral da democracia. O pluralismo partidário, as liberdades de imprensa e sindical, de credo, a existência de condições efetivas para a sua prática, o respeito integral aos direitos humanos são importantes conquistas da humanidade, que devem ser ferrenhamente defendidas pelos trabalhadores no processo de construção do socialismo." (VI-27)

Feitas estas considerações, passemos a analisar as propostas de governo contidas nas *Resoluções*. Apresentaremos, a seguir, os pontos menos polêmicos. Os demais serão tratados mais abaixo.

5.1.2.c. O Plano de Ação de Governo

Democratização do Estado e da Sociedade

Democracia política, econômica e social.

1. "Estímulo à mais ampla participação popular nas decisões do governo, criação de mecanismos de controle social sobre os órgãos da administração pública e empresas estatais."

2. "Promoção da plena soberania do poder civil, extinção de tutela militar."

3. "Reformas de Legislação eleitoral e do sistema de representação parlamentar."
4. "Democratização dos meios de comunicação de massa."
5. "Democratização do Poder Judiciário."
6. "Incentivo à criação de mecanismo de controle social sobre a economia."

O Novo Modelo de Desenvolvimento Econômico

Pressupostos do novo modelo:

- a) "Mudanças amplas e estruturais na ordem capitalista vigente, opondo-se ao modelo econômico dependente do imperialismo, controlado pelos monopólios e pelos latifúndios."
- b) "Subordinação da propriedade privada (...) aos objetivos sociais (...)"
- c) "Rompimento dos laços de dependência financeira e tecnológica com o sistema capitalista internacional."
- d) Recuperação do papel do Estado de planejador e orientador da vida econômica. Manutenção do "controle sobre setores produtivos e financeiros estratégicos da economia."
- e) Distribuição de renda e redução das desigualdades regionais. "Busca permanente do pleno emprego dos trabalhadores."
- f) "Desenvolvimento voltado para as necessidades do povo brasileiro."
- g) "Nova qualidade do progresso, com valorização da vida, do bem estar e do meio ambiente."

A partir destes pressupostos, seriam aplicadas as seguintes políticas específicas:

1. Política de Rendas

A distribuição de renda era decisiva na formulação da política econômica, e não deveria estar subordinada a problemas conjunturais.

Reconhecia-se que uma elevação brusca dos salários poderia causar desequilíbrios que facilitariam as sabotagens dos adversários. Dessa forma, a política de rendas deveria ser gradativa, ofensiva e transparente. Além disso, deveriam ser utilizadas políticas diretas e indiretas que favorecessem a sua aplicação.

Medidas Diretas:

- aumento gradual e permanente do salário mínimo.
- contrato coletivo nacional de trabalho.
- estabilidade no emprego.
- extensão do seguro desemprego.

Medidas Indiretas:

- ampliação das políticas sociais de educação, saúde, transportes, habitação, saneamento, etc.
- política de preços.
- melhora do salário família.
- política previdenciária mais justa.

2. Mudança no Papel do Estado, com a recuperação de suas funções de planejamento e orientação da vida econômica.

"Desprivatização do aparelho estatal, com a desmontagem das máquinas de corrupção e favorecimento. Este é um pré-requisito para a reconstituição do espaço da atividade pública, com a recuperação e orientação da economia. O Estado deve ser capaz de articular o conjunto da política econômica, para garantir o objetivo de distribuição de renda e modernização."(VI-32)

Na área fiscal defendia-se a revisão dos subsídios, a definição de prioridades com transparência, o combate à sonegação. Além disso, seria necessário realizar uma correção do sistema tributário, tornando-o mais progressivo, de forma a taxar mais o capital ao invés do trabalho. Dar novo tratamento e realizar uma renegociação especial da dívida interna, redirecionando estes recursos. Manter o setor produtivo estatal, com revisão das privatizações já efetivadas. Tornar as estatais eficientes, rever seus preços e subsídios. Valorizar o servidor público.

3. Sistema Financeiro

"O governo democrático-popular aumentará seu controle sobre o sistema, recorrendo a variadas formas de intervenção, podendo-se chegar inclusive à estatização." Extinção dos incentivos ao setor. Reforço do papel fiscalizador e disciplinador do Banco Central. Note-se que os IV e V Encontros falavam especificamente em estatização do sistema financeiro.

4. Capital Estrangeiro

Deveria estar subordinado às prioridades da política econômica. Seria privilegiada a transferência de tecnologia e a manutenção da distinção entre empresas de capital nacional e estrangeiras, para acesso a fundos públicos de financiamento. Suas atividades deveriam ser controladas pelo estado, da mesma forma que os oligopólios nacionais. Deveria-se, além disso, tomar medidas contra a fuga de capitais.

5. Programa de emergência

Apesar de em 1988 o PEAE já apontar algumas saídas para o controle da inflação, como a pré-fixação de preços e salários, *As Bases para o PAG* não entraram nesta discussão, afirmando que a parte do programa de governo sobre este ponto deveria "ser feito de acordo com a realidade concreta do momento." (VI-35)

Políticas sociais e setoriais

Não se falava mais em estatização dos serviços de transporte coletivo, como fazia o V Encontro. Propunha subsídios para empresas públicas e não para as privadas e levantava uma série de outras propostas para este setor.

Desenvolvimento de políticas pública para acabar com a discriminação das mulheres e dos negros.

Pensava globalmente a saúde e a educação, relacionando-os com outros problemas nacionais. Fazia um levantamento de diversas propostas, como sistema único de saúde, etc.

O programa fazia também rápidos diagnósticos e propostas para os seguintes temas: Amazônia, Energia, Reforma Urbana e Política Habitacional, Política Externa, Defesa dos Direitos e Conquistas dos Trabalhadores, Ecologia e Meio Ambiente.

5.1.3. No I Congresso

O VII Encontro Nacional não discutiu programa de governo. Concentrou suas discussões em torno da conjuntura e do Socialismo Petista. Em 1991 o PT voltaria a discutir suas propostas para o país, mas o faria a partir de discussões gerais. Afinal, neste I Congresso não estavam em pauta as próximas eleições e o programa que seria apresentado, mas sim o projeto global estratégico e o futuro do PT, a eleição de Lula e a continuidade da discussão sobre Socialismo.

Assim, feita a análise de conjuntura internacional e nacional, o PT passou a discutir suas saídas para a crise e a ligação destas com seu projeto estratégico.

Discutiremos a linha geral das propostas deste encontro mais abaixo, quando tratarmos dos pontos polêmicos. No plano das propostas imediatas, o I Congresso defendia o desenvolvimento de uma campanha de emergência, com os seguintes pontos, aprofundando-os com as entidades, sindicatos e movimentos, além de negociá-los com outros partidos democráticos e progressistas: (1c-82)

- Escala móvel de salário, de forma a assegurar a reposição da inflação para os salários e o controle efetivo dos preços. Garantir a elevação progressiva do salário mínimo;

- "Controle dos fundos sociais e seu redirecionamento para investimentos sociais e seguro desemprego";

- "instituição do imposto solidariedade e sobre grandes fortunas";

- realização da reforma agrária com um plano imediato de assentamento, voltada para a produção de gêneros de primeira necessidade" e definição de uma política agrícola de emergência;

- "garantia de preços estáveis para a cesta básica, com isenção dos impostos diretos e abastecimento diretamente do produtor ao consumidor, sem intermediários";

- "Reforma do Estado, incluindo o saneamento, desprivatização e democratização das empresas estatais";

- "Reforma tributária, com forte caráter progressivo e taxação das grandes fortunas";

- "Reforma financeira e monetária, combatendo duramente a especulação e a sonegação";

- "Combate à corrupção e fim da impunidade dos crimes de colarinho branco";

- Combate à recessão, definindo uma política de defesa do emprego e de proteção aos trabalhadores desempregados, garantindo crescimento com distribuição de renda e a instituição de um programa de garantia de renda mínima;

- "Centralização do câmbio, suspensão do pagamento dos serviços da dívida externa e prioridade da política econômica para a estabilidade e retomada dos investimentos públicos";

- "Amplas reformas políticas democráticas no sistema eleitoral partidário, representação proporcional dos Estados na Câmara dos Deputados, redefinição do papel do Senado";

- Política educacional que assegure uma escola pública e de qualidade para todos.

5.1.4. No VIII Encontro

As discussões sobre programa de governo desenrolaram-se no mesmo clima das discussões sobre conjuntura, política de alianças e balanço da direção que encerrava seu mandato, anteriormente descritas.

Considerando que as eleições de 1994 seriam "polarizadas entre as propostas de reformas estruturais e as de manutenção do apartheid social", o PT reafirmava sua posição pela primeira alternativa. (VIII-08)

As definições gerais, apesar da grande polarização na disputa, não destoavam das propostas anteriormente defendidas pelo partido, à exceção das *Diretrizes para um programa emergencial de política econômica*, aprovadas pelo Diretório Nacional em novembro de 1992. Apesar de não ser um documento aprovado num Encontro do PT, como os que estamos analisando, consideramos importante trazê-lo para o debate, assim como fizemos com o *Plano Econômico Alternativo de Emergência*, por suas diferenças com os anteriores.

Em 1992 notamos uma mudança de rumo nas propostas do PT. As *Diretrizes* compunham um programa a ser apresentado a um governo do qual o partido não participava. Este programa era claramente menos arrojado que os anteriores. Partia do princípio de que o governo não tinha forças para resolver os grandes problemas da nação e que, portanto, deveria adotar medidas paliativas que diminuíssem o sofrimento da maioria da população e que evitassem que o país despencasse ribanceira abaixo. A dúvida em participar ou não do governo Itamar, que só seria plenamente resolvida após o VIII Encontro Nacional, teve grande influência no rebaixamento dos objetivos do PT.

Como a maioria das propostas deste texto era polêmica, realizaremos sua análise mais abaixo.

O VIII Encontro retoma as propostas anteriores, sem considerar as *Diretrizes*, que deveriam passar por uma "reformulação profunda". Estas diferenças ficarão mais claras quando as discutirmos pontualmente. Cabe agora uma pequena análise da linha geral destas resoluções. (VIII-43)

Para o VIII Encontro, "a consolidação dos governos democráticos passava pelas reformas estruturais," e estas "dependem da radicalização da democracia." (VIII-20) Novamente a defesa da democracia imediata aparece junto com a defesa da democracia na sociedade socialista. Para o VIII Encontro, "a democracia deixou de ser um meio ou uma etapa da luta pelo socialismo. Ela passou a se confundir com o socialismo de tal maneira, que, hoje, não podem mais ser desvinculados os valores liberdade e igualdade." (VIII-11)

No entanto, não bastava colocar os objetivos do PT no programa. Isso não garantiria sua execução, em caso de vitória. Era preciso "criar um movimento democrático e popular pelas reformas estruturais" e "ganhar o imaginário da população para a idéia de reformas sociais." (VIII-8,10) Estas reformas deveriam conter a democratização da propriedade, da renda, da terra, da comunicação e do poder.

Era necessário sensibilizar milhões para que eles se colocassem a favor e que lutassem para sustentar um governo que se propunha a realizar as transformações. A eleição de 1994 precisaria ser um plebiscito sobre as reformas estruturais, um espaço de disputa de hegemonia e de projetos.

Além disso, devia-se manter e aprofundar o contato com a base social do partido, através de suas entidades, que deveriam colaborar na elaboração do plano. "Este processo de debate deverá incluir os partidos aliados." A elaboração do programa deveria ser democratizada.¹²⁷ (VIII-18)

127 - Elaboração, e não definição ou decisão final. Este, aliás, era outro tema polêmico nos debates preparatórios do VIII Encontro. Alguns defendiam que a elaboração e a aprovação do Plano deveria dar-se de forma mais "ampla" que as instâncias partidárias.

5.2. Os Pontos Polêmicos

Vejamos agora a evolução dos pontos mais polêmicos.

5.2.1. A Dívida Externa

5.2.1.a. No V Encontro Nacional

O V Encontro afirmava taxativamente: "Pelo rompimento com o FMI; pela realização de auditoria interna e contra o pagamento da dívida externa." (V-9)¹²⁸

5.2.1.b. No Plano Econômico Alternativo de Emergência

Para este Plano, a dívida externa vinha sendo "o principal condicionante da crise brasileira," já que "os superávits comerciais gerados para o pagamento dos juros da dívida externa são um dos principais focos inflacionários do momento." Estabelecia também íntima relação entre dívida externa, os altos juros e a dívida interna.¹²⁹ (PEAE-12)

A partir destes pressupostos, propunha o rompimento dos acordos com o FMI e suspensão imediata do pagamento da dívida externa; convocação de uma CPI e de uma conferência internacional dos países devedores para "definir uma estratégia comum de atuação".

128 - Esta referência indica *Resoluções do V Encontro Nacional*, página 9.

129 - Sobre isso, ver artigo de BENJAMIM, César: *Decifra-me ou te devorarei (idéias para uma alternativa de esquerda à crise brasileira)*. Vitória-São Paulo, mimeo, abril 1993.

O PT não reconhecia o Comitê de Negociação, formado pelos bancos credores, e defendia uma negociação governo a governo. Além disso, só admitia negociar a partir do valor da dívida no mercado secundário, considerando o deságio de 60% nos títulos da dívida brasileira. Defendia também a utilização dos juros desta parte para criação de um fundo de investimentos e só retomar o pagamento dos 40% restantes após as negociações.(PEAE-12,13)

Criticava a conversão da dívida em novos investimentos.¹³⁰ Esta era uma das causas da inflação, já que o Banco Central tinha que fornecer cruzados equivalentes aos dólares convertidos. Para o PT "a conversão transforma uma dívida de alto risco, questionada e em grande parte negada pelos devedores, em patrimônio seguro", desestimulava a entrada de investimentos pelos meios tradicionais e significava compromisso futuro de transferência de recursos para o exterior. Propunha então a "suspensão imediata da conversão formal e informal da dívida externa e o seu reestudo" e congelamento dos recursos destinados às operações de reempréstimos (*relendig*)" (PEAE-14)

Em relação à Política Cambial e Tarifária, deveriam ser tratados como instrumentos a serviço do combate à inflação e da retomada do crescimento. Propunha a diminuição das exportações, devido ao aumento do mercado interno, e aumento das importações de insumos básicos e de alimentos para baixar os preços, com as modificações nas alíquotas de importação e taxas de câmbio necessárias para atingir este objetivo.

130 - Conforme seria reafirmado, com as mesmas palavras, na versão final do PAG.

5.2.1.c. No Plano de Ação de Governo

As Bases para o PAG, definiam a dívida como "ilegítima", "impagável" e "responsável em grande parte pela miséria" do Brasil e da América Latina. "O PT se posiciona claramente *Contra o Pagamento da Dívida Externa*.¹³¹ O governo Lula romperá os acordos com o FMI, suspenderá de imediato os pagamentos referentes à dívida, instaurará uma auditoria para verificação da legitimidade dos débitos existentes e promoverá a convocação de uma conferência internacional dos países devedores, para adoção de uma estratégia comum de ação."(PAG-34)

Propunha a "realização de um plebiscito sobre a questão da dívida externa, com o objetivo de impulsionar um amplo movimento de sustentação de massa da nossa posição contra o seu pagamento." (VI-34)

O *PAG*, propriamente dito, reafirmava os princípios defendidos acima e apontava para uma auditoria com participação do parlamento e da sociedade organizada. O programa apresentado identificava vários aspectos importantes da dívida externa: o processo de estatização, a desvalorização no mercado secundário, entre outros. Reconhecia também os prejuízos causados pela conversão da dívida em investimentos, conforme já havia sido afirmado pelo Programa Econômico Alternativo de Emergência.

Sobre a possível retaliação dos credores, afirmava-se que ela "não nos faria pagar um preço muito diferente daquele que pagamos hoje. Com uma diferença: a situação atual não oferece esperanças".

¹³¹ - Grifado no original.

5.2.1.d. Nas Diretrizes...

O rebaixamento dos objetivos do PT neste documento é visível em vários pontos. Em relação à dívida externa, por exemplo, afirmava: "O PT sempre defendeu a suspensão do pagamento da dívida externa e a realização de uma auditoria." Apesar disso, propunha que o novo governo deveria "exigir imediatamente a renegociação da dívida externa. (...) Não havendo disposição de negociação por parte dos bancos credores, o governo não tem outra alternativa que não seja suspender o pagamento da dívida."

Ao apresentar um programa para um governo fraco e desacreditado, o PT subordinava-se a essa fraqueza, ao invés de fortalecer-se, apresentando seu próprio e histórico projeto para a sociedade.

É importante lembrar que todo o debate feito no interior do partido sobre este assunto variava desde o simples não pagamento da dívida até a suspensão do pagamento seguido de auditoria. Não se falava em renegociação para apenas em último caso suspender o pagamento.¹³²

5.2.1.e. Nas Bases do Programa de Governo

Este ponto foi um dos mais polêmicos nos debates preparatórios e no próprio IX Encontro Nacional. Após o debate o PT aprovou um texto que reconhecia os efeitos nocivos da dívida externa no desenvolvimento do país e o acerto do PT, até 1989, ser contra o seu pagamento. Reconhecia também como negativa as bases do

¹³² - A este respeito, ver o artigo de Paulo Sandroni. O mínimo e o máximo, na *Teoria & Debate*. Nº 02, 1º Trimestre 1988, onde o autor defende a suspensão, seguida de auditoria, contra a hipótese de simples não pagamento.

último acordo assinado pelo Brasil, com base no Plano Brady. Discutiu também as alterações no fluxo de capitais entre o Brasil e os países desenvolvidos, com vantagens momentâneas para o nosso país. Fez uma longa discussão teórica sobre as diversas partes constitutivas da dívida e suas formas diferenciais de constituição e de tratamento que deveriam ter.

No entanto, o que os defensores desta proposta vencedora queriam, realmente, era retirar a suspensão do pagamento da dívida do programa do partido. Tanto isso é verdade que nos debates, a discussão (oral e em textos para debate que circularam) tratava da "oportunidade" de se manter uma proposta "radical" que poderia dificultar a vitória de Lula, e não nos aspectos econômicos desta medida.

A redação final sobre o assunto foi a seguinte: "Se mantida a intransigência dos credores internacionais, diante da necessidade de preservar o nível de reservas internacionais e a capacidade de investimentos do Estado, o governo suspenderá o pagamento da dívida para concretizar o nosso programa de reformas democráticas e populares, além de garantir condições para a realização de uma auditoria eficaz". (IX-§148)

5.2.2. Crescimento, Estabilização e Salários

5.2.2.a. No V Encontro Nacional

Propunha uma reforma tributária para "aumentar a arrecadação e distribuir a renda, gravando o capital, a grande propriedade territorial, as heranças e as doações", a "estatização do sistema financeiro", o "congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade" e o "estabelecimento de critérios sociais para tarifas, taxas e serviços públicos." Além disso, uma "política de elevação dos salários, buscando

rapidamente repor as perdas salariais de acordo com os índices do DIEESE"; reajuste mensal automático dos salários" e "estabilidade no emprego." Criticava a característica do capitalismo, de exclusão da maioria do consumo e da propriedade.(V-9)

5.2.2.b. No Plano Econômico Alternativo de Emergência

Propunha uma política de preços e salários que contemplava a "adoção de um *índice único* para corrigir preços, salários e a correção monetária, pré-fixado mensalmente, de comum acordo entre sindicatos de trabalhadores, empresários e o governo, com reposição imediata, para os salários, dos eventuais erros e resíduos da pré-fixação."

Os índices deveriam indicar uma inflação descendente. Este índice único só poderia ser efetivado de forma combinada com as outras medidas de combate à inflação e o estabelecimento de um contrato coletivo nacionalmente articulado, nos moldes que a CUT vinha discutindo. A recuperação dos salários ocorreria com o aumento do desenvolvimento e distribuição de renda, mas reafirmava a defesa do combate à inflação sem arrocho salarial. (PEAE-16)

Prevvia também a necessidade de um maior controle dos oligopólios. O PEAE afirmava que eles eram os principais agentes a puxar os preços para cima, através de vários mecanismos. Era preciso combatê-los. Propunha o controle de preços sobre este segmento, a elaboração de listas de produtos a serem controlados, o reaparelhamento dos órgãos de fiscalização, assegurando a participação dos trabalhadores através das Centrais Sindicais. Além disso, propunha a criação de uma legislação mais rigorosa para punir os abusos.

Em 1988 o PT criticava claramente "o princípio recessivo do "Orçamento Equilibrado", a qualquer custo social, defendido pelos conservado-

res."(PEAE-19) Criticava a idéia de que déficit público acarretava inflação. Um déficit voltado ao desenvolvimento seria defensável. Propunha o saneamento das finanças públicas, corte em gastos supérfluos, sem cortar investimentos em áreas sociais; alongamento do perfil da dívida; diminuição da taxa de juros; desestímulo às aplicações especulativas e incentivo para as produtivas.

Sobre a política fiscal e tributária, o PT propunha que fossem revistos todos os subsídios, mantendo-se apenas os definidos para os setores de tecnologia de ponta. Devia-se mudar radicalmente a estrutura de arrecadação de impostos. Deveriam ser aumentados o imposto de renda e outro tributos para os grandes vencimentos e criados o imposto sobre grandes fortunas e sobre o lucro dos bancos. Além disso deveriam ser utilizados empréstimos compulsórios e aumentar o combate à sonegação.

Além disso, os recursos provenientes do corte de subsídios, da reforma fiscal e tributária e do saneamento das contas do Estado seriam utilizados para "a retomada do crescimento e a ampliação das políticas sociais do Estado." Além dessas receitas, deveriam também ser utilizados nesse fundo de investimento, fiscalizado pelo Congresso, os juros da dívida externa que incidiam sobre o valor do deságio. (PEAE-25)

5.2.2.c. No Plano de Ação de Governo

As Bases para o PAG reafirmavam os princípios levantados pelo V Encontro e pelo *Plano Econômico Alternativo de Emergência*, alertando que o aumento dos salários deveria ser gradual, porém constante e transparente. Reafirmava também a necessidade do contrato coletivo nacional de trabalho.

Prevvia a manutenção do setor produtivo estatal, com revisão das privatizações já efetivadas. Pretendia tornar as estatais eficientes, revendo seus preços e subsídios, e valorizar o servidor público.

Propunha aumentar o controle sobre o sistema financeiro, "recorrendo a variadas formas de intervenção, podendo-se chegar inclusive à estatização"; acabar com os incentivos para o setor; reforçar o papel fiscalizador e disciplinador do Banco Central.

Salários, Preços e Lucros. Este sugestivo título da conferência de Marx (1865), utilizado também no fascículo de economia do PAG, dá o tom das propostas deste documento sobre crescimento econômico, salários e política anti-inflacionária. Recusando as propostas ortodoxas de combate à inflação, o documento afirmava: "Em certas situações, o aumento da massa salarial gera pressões inflacionárias. Isso pode ocorrer quando, por exemplo, numa economia em equilíbrio, esse aumento ultrapassa a elevação da produtividade do trabalho. É claro que não é esse o nosso caso."¹³³

Para o PT, "a reversão drástica do quadro de miséria e a elevação da renda e da qualidade de vida são pressupostos essenciais da política econômica proposta e condicionam toda a concepção do PAG." *"É preciso formular uma política econômica subordinada a uma política de rendas voltada para a grande maioria da população*. Este é o único caminho, porque a formulação de uma política de rendas precede a formulação de uma política econômica."¹³⁴(PAG-13,16)

Apontava para a necessidade de incentivar os setores que produzem bens de maior consumo popular, para aumentar o nível de emprego e o consumo. Este ponto

133 - Para se ter uma idéia, considerados os valores absolutos do aumento do PIB por habitante e o valor do salário mínimo real em 1960, em 1984 o PIB per-capita havia crescido a 205%, enquanto que o salário mínimo real havia diminuído para cerca de 45%. Fonte: DIEESE, citado pelo PAG.

134 - Grifado no original.

seria transformado, mais tarde, no centro da política econômica proposta pelo PT a partir de 1991.

5.2.2.d. No I Congresso

Podemos dizer que para o I Congresso, as propostas do PT estavam centradas *"na ampliação do mercado interno, na democratização da renda, da terra e da comunicação, na retomada do crescimento e na defesa e ampliação das conquistas democráticas"* (1c-§158)¹³⁵

Constatava-se que, no Brasil, pequena parcela da população participava do mercado. Era necessário mudar este quadro, desenvolvendo um novo ciclo de desenvolvimento econômico, como já havia sido feito em vários países, em diferentes épocas históricas. Ou seja, *"uma política econômica radicalmente distinta daquelas que têm norteado a ação governamental neste País. Trata-se de distribuir renda para crescer, e crescer distribuindo renda; trata-se de fazer do Estado um instrumento de repartição cada vez mais igualitária do produto social; trata-se de uma reforma patrimonial da sociedade, em que o imposto sobre as grandes fortunas, a reforma fiscal e a reforma agrária, aliados a gastos sociais com a educação, saúde, saneamento, abastecimento alimentar e com uma política salarial e de previdência adequados, reorientem o desenvolvimento econômico-social; trata-se de subordinar o combate a inflação a uma política de crescimento com distribuição de renda; trata-se, enfim, de compatibilizar a modernização tecnológica com o atendimento das necessidades populares básicas."* (1c-§159)¹³⁶

135 - Grifo nosso.

136 - Grifo nosso.

No entanto, esta idéia de *modernização* era diferente da definida pelo neoliberalismo. Ela significava melhorar as relações de trabalho, de vida, de participação política, de distribuição de renda. "Recuperar o papel de planejamento econômico, estratégico e democrático do Estado, criando novos mecanismos de regulamentação e orientação social do mercado."(1c-§160) Mais uma vez, a proposta socialista, de longo prazo, estava relacionada com a proposta mais imediata, de atuação conjuntural para atacar a crise.

5.2.2.e. Nas Diretrizes...

Começam a surgir no PT propostas "curiosas". Cobrança de uma "Contribuição Social de Emergência", sobre as transações financeiras e a "busca de uma política consistente para o funcionalismo público em que o pagamento de salários condignos seja acompanhado de exigência quanto à produtividade".

Para este documento, "*nenhum setor deve a priori escapar de uma política de cortes*", além de defender também "*a redução do limite máximo para o peso relativo da folha de pagamento no orçamento da União, nos moldes do acordo já firmado pelos partidos na Câmara dos Deputados.*"¹³⁷

Apesar das propostas não poderem ser consideradas radicalmente diferentes das propostas anteriores do PT, é importante notar que o *tom* em que elas são formuladas mudara muito. Aproximou-se dos que jogam a culpa na ineficiência do Estado no funcionalismo, além de partir do princípio da necessidade de cortes orçamentários em todas as áreas, inclusive(?) na saúde, previdência, educação, etc.

137 - Grifo nosso.

5.2.2.f. No VIII Encontro

O programa do PT deveria contemplar e priorizar a distribuição de renda, a ampliação do mercado interno e eliminação da miséria. Esta idéia de aumento do mercado interno vinha amadurecendo desde o V Encontro Nacional, onde aparece pela primeira vez como crítica ao caráter de exclusão do capitalismo brasileiro. O VI Encontro também levantava claramente esta preocupação. O I Congresso iria avançar para a necessidade de retomar o crescimento e ampliar mercado interno. Neste VIII Encontro, a idéia tornava-se um dos pilares do programa.

"O modelo econômico a ser perseguido resulta na constituição de um vigoroso mercado de 150 milhões de brasileiro, multiplicando por cinco sua dimensão atual, no esquema de exclusão. Para tanto, o Estado será chamado a exercer importante papel na regulamentação econômica, seja normatizando os investimentos produtivos, seja intervindo diretamente em determinadas áreas estratégicas. A distribuição de renda terá que ser acompanhada pela expansão da produção de bens de consumo de massa." (VIII-13)

Para o VIII Encontro, a tarefa imediata fundamental era "alimentar, vestir e calçar, garantir moradia, saneamento e transporte para dezenas de milhões de brasileiros que se encontram, hoje, à margem do consumo, da produção e, por consequência, da própria cidadania." (VIII-14)

Em resumo, "a síntese do programa democrático e popular é incorporar à cidadania plena os 70 milhões de brasileiros hoje marginalizados do processo econômico e político." (VIII-17-8)

Tratava-se de criar "um programa alternativo, estratégico, de longa duração, que rompa o círculo de ferro das alternativas de curto prazo, dos planos de estabilização que provocam mais instabilidade e miséria, das políticas econômicas que

não enfrentam o apartheid social, da lógica cínica que afirma ser necessário primeiro fazer o país crescer, para depois distribuir as riquezas produzidas." (VIII-10)

Afirmava-se também que o programa deveria conter medidas concretas para realizar reformas "anti-monopolistas, anti-latifundiárias e anti-imperialistas." (VIII-11,12)

Para realizar isso era necessário enfrentar a disputa com o liberalismo e a idéia de Estado mínimo. O Estado proposto pelo VIII Encontro, longe de ser o elefante mostrado na TV pelo governo Collor, deveria, pelo menos, ser capaz de planejar e incentivar o desenvolvimento nacional. O PT voltava a criticar as saídas ortodoxas para a crise econômica. Nesse sentido é que devia-se retomar e detalhar o *PAG*. (VIII-13)

5.2.2.g. Nas Bases do Programa de Governo

O Programa de Governo de 1994 seguiria a mesma linha das resoluções do VIII Encontro. Melhor elaborado e mais rico em detalhes que o *PAG*, o programa de 1994 aprofundaria a questão do aumento do mercado consumidor interno e criticaria o etapismo neoliberal de "primeiro estabilizar a economia para depois retomar o crescimento". Para o PT a única saída possível para o combate à inflação, a retomada do crescimento econômico e o aumento dos salários reais seria o ataque a estes três problemas simultaneamente. A inflação só acabaria com "reformas estruturais profundas na economia", que incluiriam a desprivatização do estado, o incremento da produção e do consumo, através do aumento dos postos de emprego e de salários (massa salarial e salários reais).

Em resumo, não apresenta diferenças substanciais em relação ao programa de 1989 e às discussões do VIII Encontro, mas diferencia-se bastante das *Dire-*

trizes..., de 1992. Sua tônica principal poderia ser resumida na intenção de distribuir renda, riqueza e poder.

5.2.3. Reforma Agrária

5.2.3.a. No V Encontro Nacional

Realização de uma reforma agrária sob controle dos trabalhadores, com aumento dos créditos aos pequenos e médios produtores rurais e urbanos, definindo "uma política para a pequena produção e a pequena propriedade, ao lado da defesa de milhões de brasileiros excluídos." Organizar a "luta contra a fome e a miséria." (V-18)

5.2.3.b. No Plano Econômico Alternativo de Emergência

O PEAE propunha um estímulo à produção, com linhas de financiamento à pequena e média propriedade rural agrícola, garantia de preços mínimos, criação de estoques reguladores, diminuição dos atravessadores e realização de importações em casos especiais. Não dedicava muito espaço à discussão da reforma agrária, talvez por se tratar de um plano de emergência.

5.2.3.c. No Plano de Ação de Governo

O programa de Lula em 89 iria detalhar melhor as propostas do PT para esta questão. Reafirmava a defesa de uma reforma agrária sob o controle dos trabalhadores e de uma política agrícola. A partir daí, detalhava sua proposta:

Propunha a revisão da Constituição, para permitir desapropriação de terras consideradas produtivas, além de outras alterações, como a fixação de um tamanho máximo para a propriedade fundiária particular; a regulamentação do contrato de arrendamento (máximo de 15% para o proprietário); a taxaço progressiva sobre as grandes propriedades rurais; a regulamentação dos bens vagos; a proibição da aquisição de terras por pessoas jurídicas estrangeiras.

Independentemente da reforma da constituição, a reforma agrária deveria ser realizada com base nos seguintes parâmetros:

- Levantamento das áreas já desapropriadas.
- Desapropriação de imóveis improdutivos, de acordo com a legislação.
- Desapropriação das áreas envolvidas em conflito.
- Desapropriação das propriedades acima de 50 módulos.
- Pagamento das indenizações em títulos da Dívida Agrária.
- Utilização de terras públicas para reforma agrária.

• "Arrecadação, sem indenização, após julgamento, das terras pertencentes a assassinos de trabalhadores rurais e de seus mandantes em caso de conflitos pela posse da terra, bem como das terras daqueles proprietários de imóveis que mantêm trabalho escravo no seu interior." Levantamento dos assassinatos no campo.

• "Arrecadação, sem indenização, das terras pertencentes a empresas multinacionais, adquiridas em fraude à legislação que proíbe a sua aquisição." (VI-35)

5.2.3.d. Nas Bases do Programa de Governo

A discussão sobre este ponto em 1994 estava muito relacionada à questão do combate à fome. Nesse sentido, o programa insistia bastante na necessidade de aumentar a produção de alimentos e de baratear o seu custo. Outro ponto fundamental da proposta petista dizia respeito ao potencial de geração de empregos na agricultura.

A reforma agrária passa a ser vista como um programa de longo prazo, 15 anos. No primeiro ano de governo seriam assentadas 800 mil famílias.

Também com mais detalhes que o programa de 1989, o programa de 1994 defendia a desapropriação de terras acima de 500 hectares na regiões sul, sudeste e nordeste, 1000 hectares na região centro-oeste e 1500 hectares na região norte.

Propunha também uma vigorosa política tributária, progressiva em relação ao tamanho e regressiva em relação à produtividade, para desestimular o acúmulo e a ociosidade de terras. Previa também grandes investimentos que aumentassem a produtividade agrícola do país.

CAPÍTULO VI

CONCEPÇÃO E CONSTRUÇÃO

PARTIDÁRIA DO V AO IX ENCONTRO

6.1. Concepção e Construção

Partidária no V Encontro

Principalmente a partir do V Encontro Nacional percebemos duas possibilidades de análise da construção do PT. Por um lado podemos recuperar o esforço do partido para atualizar suas estruturas de funcionamento, a fim de cumprir seus objetivos. Por outro lado, podemos analisar a forma como o PT concebe a si próprio, isto é, qual a concepção de partido implícita nas resoluções partidárias.

A seguir trataremos da construção do PT entre 1987 e 1994, olhando para estas duas possibilidades de análise. A questão interna - prática - e a questão das concepções teóricas. Estas duas questões não são independentes, influenciam-se mutuamente. A forma como o partido se organiza relaciona-se com o ideal de partido que seus membros concebem. Ao mesmo tempo em que esta elaboração está relacionada à forma de organização experimentada pelos membros do partido.

Optamos por tratar destas questões a partir do V Encontro, pois ele é um marco na construção do PT, quando se percebe a necessidade de dar um "salto de qualidade" em sua organização. Até 1987 havia sido feito o trabalho de construção do PT, de legalização e construção da CUT e a luta contra a ditadura. A partir daí o PT

tornava-se uma realidade, "uma alternativa real de organização partidária de classe dos trabalhadores, com identidade política definida e socialista." (V-§196-198)

No V Encontro constatava-se a incapacidade de dar a devida atenção às tarefas que a construção do PT exigia, as limitações da organização, a deficiência das instâncias e de seus quadros dirigentes. "A cada dia que passa, aumentam as tarefas e cresce nossa base social, mas a nossa estrutura não corresponde às necessidades da luta política." (V-§199-200)

Reconhecia que a organização das instâncias estava sendo abandonada e que, como consequência, começava a imperar uma atuação mais espontânea, ou melhor, menos orientada política e estrategicamente pelo partido.(V-§201) Os núcleos, tidos como pedra de toque da formação política, da difusão de informações e da influência da base do partido nas decisões das direções, começavam a entrar em decadência. Chegava o momento de discutir o futuro do PT.

Apesar de sua novidade e de sua vocação democrática ainda imperava, segundo a avaliação do V Encontro, uma estrutura internista, onde quadros não partidários (sindicais, populares) tinham pouca participação orgânica em sua estrutura. Percebia-se claramente um problema que iria acompanhar o partido nos anos seguintes e que voltaria a ser objeto de discussão nos encontros posteriores: a relação entre as instâncias do partido e os militantes petistas dos movimentos sociais. Avaliava-se que este problema era de responsabilidade destes militantes, que ficavam presos aos seus movimentos numa atuação muito corporativa mas, também, e principalmente, do PT que não conseguia ser ágil o suficiente para discutir sua política com estes movimentos. Detectava-se uma confusão entre a idéia de autonomia e de independência dos movimentos e o abandono ou a falta de propostas.

Esta confusão era uma das responsáveis pela contradição entre a enorme influência do PT nos movimentos sociais e a pequena participação dos dirigentes destes movimentos nas instâncias do partido.

Muitas vezes esta idéia de autonomia confundia-se com a idéia de que o partido deveria expressar ou representar estes movimentos institucionalmente e não dirigi-los ou organizá-los. Começava a ganhar força a visão de que o PT deveria ser o "braço parlamentar" dos movimentos. A polêmica entre partido dirigente *versus* partido de interlocução, como pode-se perceber, vem de longe. Apesar de inúmeras formulações contra a idéia de um partido apenas de interlocução, este fantasma ronda o PT até hoje.

O V Encontro rechaçou esta concepção. Considerava-a "incoerente e confusa". Defendia que o PT fosse um partido dirigente, e não apenas de *representação* dos trabalhadores: "lutamos por um partido capaz de ser um instrumento real de luta pelo socialismo, (...) capaz de dirigir esta luta, de apontar seus rumos." (V-§208-209)

Esta seria a fórmula para evitar o espontaneísmo, a dispersão das lutas e o "ativismo parlamentar". Sua eficácia prática, entretanto, ainda necessita de demonstração.

Tratava-se de, respeitar "a democracia dos movimentos, suas instâncias e características" mas, ao mesmo tempo, "disputar sua direção com propostas previamente debatidas nas instâncias do PT." O PT deveria articular a atuação nas "lutas sindical e popular com a construção partidária" e com sua "estratégia de luta pelo poder."

Notamos aqui relações importantes entre direção dos movimentos e das lutas, construção de hegemonia, conquista do governo e do poder.

O V Encontro vai na mesma linha das considerações de Gramsci. Criticando os dois modelos "puros" de partidos, de quadros e de massas, afirma a necessidade de "um partido capaz de dirigir a luta pelo socialismo." Nesse sentido o PT deveria ser um partido "organizado e militante" com quadros organizadores, mas ao mesmo tempo um partido de massas "porque organizará milhares, centenas de milhares

ou até milhões de trabalhadores ativos nos movimentos sociais." Um partido que deveria ser "uma referência para os trabalhadores e a maioria do povo." (V-§213)

Um partido com a democracia, militância e participação de um partido de massas e a organização, disciplina, determinação, preparo dos militantes de um partido de quadros. Em resumo, dizia o V Encontro, "nossa concepção, portanto, é a de construir o PT como um partido de classe dos trabalhadores, democrático, de massas e socialista, que tenha militância organizada e seja capaz de dirigir a luta social."¹³⁸ (V-§214)

No entanto, isto não era considerado uma tarefa fácil. Afinal, havia problemas nas relações entre os novos filiados e a direção, poucas formas de participação e uma "tendência ao distanciamento entre a direção do partido e sua base." (V-§215)

Uma das formas através das quais o PT pretendia superar estes problemas eram os núcleos. Eles seriam uma das formas fundamentais, senão a principal, de organização do partido. Deveria visar filiação e preparação para a militância, direção e mobilização. Constituídos como organismos de poder no partido, deveriam ser a garantia de democracia interna e de atuação unitária nos setores específicos e nas campanhas gerais do PT.

Os núcleos seriam a indicação de vida do PT, o local privilegiado para a formação política, a incorporação de novos filiados e sua iniciação ao *vocabulário* do partido. Seriam a forma mais acabada da democracia interna, onde todos teriam poderes iguais. Com a possibilidade de seus representantes terem *status* de dirigentes, da mesma forma que os membros eleitos nos encontros municipais, os núcleos poderiam ser capazes de horizontalizar o poder do partido. Além disso, seria também o espaço

¹³⁸ - Observações interessantes sobre este assunto podem ser encontradas em GURGEL, Claudio. *Estrelas e Borboletas. Origens e questões de um partido a caminho do poder*. Rio de Janeiro, Papagaio, 1989. pp.107-120.

adequado à discussão de formas de atuação nos movimentos sociais, unificando a ação dos militantes.

Estes núcleos poderiam ser de diversos tipos: por local de moradia, trabalho ou estudo, ou por movimentos sociais. O V Encontro amplia ainda mais estes critérios: "qualquer frente de atuação dos petistas pode ser a base para a formação de um núcleo, exceto por identificação política com tendência do partido." (V-§217)

Ora, percebe-se aqui a importância que o partido dá, nas resoluções, aos núcleos. A pergunta que deve ser feita então é, por que os núcleos acabaram? Se em todos os encontros, dos municipais aos nacionais, sempre se reafirma a necessidade de estimulá-los, e se se tem clareza do seu papel, por que eles não existem na prática? Se a efetivação da proposta do PT depende da existência real e concreta dos núcleos, fica fácil perceber outra das grandes causas da fragilidade do partido.¹³⁹

Em 1987 os núcleos eram deficientes em número e em organização. Reconhecia-se a distância entre desejo e realidade. As causas apontadas eram a falta de experiência e de formação política da maioria, a deficiência dos quadros dirigentes, a falta de infra-estrutura. Para superar isso era preciso empenho e acompanhamento das direções, e um jornal de massas. Era necessário reconstruí-los, já que estavam desprestigiados e mais voltados para dentro que para fora do PT.

Esta situação não era fruto do acaso ou de descuido. Havia começado com a diluição dos núcleos e diretórios em comitês eleitorais, em 82. Reconhecia-se que o PT nunca havia formulado uma política específica e consistente para resolver estes problemas. Para o V Encontro esta deficiência estava relacionada "com a visão do papel do partido que estamos construindo." (V-§221)

139 - "Não há nada mais evidente, talvez óbvia, do que a relação de dependência entre a proposta geral do PT e a idéia dos núcleos." GURGEL, Claudio. *Estrelas e Borboletas... op. cit.*, p.99.

Se por um lado as campanhas aumentavam a penetração do partido na sociedade e atraíam novas pessoas, por outro lado o PT não tinha política para elas. Sua estrutura orgânica não as assimilava e não dava espaço para estas pessoas. "O esforço de intervenção na conjuntura através de campanhas gerais, não foi acompanhado por uma política clara de reforço, politização e expansão da nucleação. O resultado foi a drenagem de forças e elementos para ações gerais e conjunturais, levando a um colapso a estrutura dos Núcleos e Diretórios", dizia o V Encontro. (V-§222)

Algumas ações propostas para mudar aquela situação baseavam-se na formação política, numa política de finanças e imprensa e, principalmente, em mudanças no regimento interno que valorizassem e dessem mais poder aos núcleos. Nesse sentido propunha-se formar conselhos de núcleos nos Diretórios e constituir diretórios ampliados, nos quais os núcleos participassem.¹⁴⁰

Ou seja, a clareza meridiana do PT em apontar as causas, em fazer diagnósticos, em precisar suas deficiências não era capaz de solucionar, na prática concreta do partido, seus problemas.

Além do que já dissemos acima os núcleos deveriam ter outras duas características: ser organismos de massa e de vanguarda, isto é, realizar estudos, debates e atividades de massa; ter um caráter diferente da "célula tradicional", relacionando-se com as necessidades dos movimentos sociais, realizando reuniões abertas.

Deveria ainda caber aos núcleos o levantamento das demandas sociais, a formação política e a realização de eventos, a cobrança da cotização dos militantes e filiados, bem como levantamento de outros recursos. Além disso era importante dar

140 - Prevía-se que a participação de representantes de núcleos deveria chegar a um terço do número de membros eleitos nos Encontros. Alguns diretórios municipais não seguiram esta regra à risca, e ampliavam ainda mais a participação dos núcleos. Em Campinas, por exemplo, todos os núcleos tinham direito a voz e voto no Diretório Municipal, mesmo que o número de núcleos ultrapassasse o número de membros eleitos nos Encontros, como de fato ocorreu em 1988.

atenção à juventude, cuidar dos novos filiados, "transmitindo a estes as políticas gerais do Partido, os conceitos básicos dessas políticas, a estrutura orgânica, suas relações internas e com os movimentos sociais ou com a sociedade em geral - evitando, assim, a fuga dos novos filiados pelo desnível com os militantes mais antigos"(V-§227), realizar panfletagens e venda de material do PT.

Além de tudo isso, previa-se que as questões mais polêmicas do partido seriam tratadas primeiro pelos núcleos, para o amadurecimento das discussões e preparação para a decisão final nos Diretórios. Em resumo, os núcleos deveriam ser o próprio partido.

Cabia aos núcleos, embora não só a eles, a importante tarefa de elevação intelectual e moral, de capacitação da militância e dos simpatizantes do partido. Seriam eles os elementos mais importantes de construção da hegemonia petista.

Pode-se perfeitamente ver o que acontece com o PT quando os núcleos, com toda esta importância, não existem. Os diretórios deixam de ser um local de discussão e deliberação para tornarem-se um coletivo amorfo, sem função, opinativo, mas que não elabora, não dirige e não executa. A direção real do partido acaba nas mãos das executivas que, por deficiências de comunicação, de política, de experiência, de formação, etc., dificilmente conseguiriam ter uma atuação melhor daquela que vemos hoje. Por sua vez, estas deficiências das comissões executivas são, em grande parte, decorrentes da ausência de núcleos, das deficiências dos diretórios, etc, formando assim um círculo vicioso onde parece que nada pode ser feito.

Concomitantemente a isso, outro grande problema começava a aparecer, cada vez com mais força, no interior do partido: o poder dos "centros autônomos e paralelos de poder", os grupos que atuavam em torno dos mandatários (prefeitos, deputados, vereadores) e que começavam a se constituir como verdadeiras "instâncias" de decisão partidária, contrariamente a todas as deliberações formais dos encontros, principalmente no VII e VIII Encontros e no I Congresso.

De 1987 até os dias de hoje, ao contrário de ocorrer uma horizontalização do poder no PT, como pretendiam as resoluções partidárias, o que vemos é uma contínua e crescente verticalização e paralelismo dos centros de decisão. Em 1994, durante as discussões sobre a revisão constitucional, esta realidade tornou-se mais clara ainda. Exposta na disputa entre os detentores de mandato e a direção, ou como a imprensa rotulou de "com voto" contra os "sem voto", ou os legítimos representantes contra a burocracia partidária, era o reconhecimento da trajetória do partido rumo à integração à ordem.

Fechado este parêntese, voltemos às resoluções do V Encontro. Embora os núcleos não fossem a única forma de organização, deveria ser a mais importante, pois trabalhava com os militantes mais regulares. No entanto havia outros militantes dispostos a colaborar menos regularmente, em algumas áreas específicas, que deveriam ser aproveitados.

Outras formas de organização que o V Encontro afirmava ser importante incorporar eram os grupos de apoio e as plenárias, de forma a aumentar o contato do PT com a militância e com os militantes menos participativos. Isso exigiria imprensa, convites regulares para plenárias e outras atividades, solicitação de contribuição financeira, etc.

A organização da base partidária era precária. Faltava centralização e unidade de ação do partido. Esta deficiência, segundo o V Encontro era decorrente da falta de definições políticas claras, da falta de consciência da militância da necessidade de centralização e do não funcionamento pleno das instâncias de direção, conforme já dissemos acima.

As comissões executivas acabavam assumindo tarefas que deveriam ser de todo o diretório. Este tornava-se apenas um organismo formal. Era necessário que tivessem um funcionamento coletivo, com distribuição planificada de tarefas e cobrança dos resultados. Os membros dos diretórios deveriam ser integrados nas diversas

secretarias do partido, liberando as executivas para suas tarefas e subordinando-as ao diretório. Era preciso também definir políticas para a profissionalização de dirigentes e funcionários.

As informações e os processos de decisão precisavam ser democratizados. Era necessário que ocorresse "uma elaboração política mais coletiva", que unificasse a ação dos militantes e que definisse "políticas claras para o movimento popular e sindical"(V-§237,242) e que integrasse as ricas e diferentes experiências dos militantes.

Nesse sentido, deveriam ser convocados encontros por área de atuação no movimento sindical e popular, antes dos Encontros Regionais e Nacional, "com poderes para deliberar políticas indicativas para os Encontros."

Nesta afirmação da necessidade de elaboração coletiva, novamente encontramos proximidade entre as resoluções partidárias e as concepções gramscianas, conforme já vimos no capítulo I.

Duas questões relativas à democracia interna ficaram pendentes no V Encontro e foram decididas pelo Diretório Nacional, quarenta dias mais tarde. São elas o direito de representação proporcional nas executivas e o direito de tendência.

As decisões do Diretório Nacional articulavam estas duas problemáticas. Em linhas gerais reafirmavam o caráter socialista e estratégico do PT, o esforço para a permanente democratização interna e a participação no processo decisório e disputa da direção por todos os filiados.

Se a democracia interna garantia as diferenças de opinião e a pluralidade de pensamento, então esta democracia nas discussões deveria ser acompanhada de disciplina e de unidade de ação após as tomadas de decisões. Era essa unidade que garantiria a eficácia da ação do PT.

A formação dos agrupamentos internos deveria ser encarada como natural pelo PT, entretanto, era necessário transparência destas organizações para o partido.

Suas atividades deveriam voltar-se exclusivamente para o debate interno. Seria necessário garantir a publicação e a divulgação das idéias destes agrupamentos, além de garantir espaço físico para que suas reuniões acontecessem no próprio partido. Nesse sentido reafirmava também que o PT não era uma frente de partidos, criticando a dupla militância e a dupla fidelidade. Os filiados teriam que acatar apenas as decisões tomadas nas instâncias do partido. Era proibida a existência de partidos dentro do PT, com política, direção, representação pública e disciplina próprias, assim como a existência de "finanças próprias, de forma orgânica e permanente; com jornais públicos e de periodicidade regular." Reconhecia a existência de organizações deste tipo dentro do PT e afirmava ser necessário abrir um diálogo no sentido de dissolvê-las e incorporar seus militantes "na vida orgânica petista, podendo vir a se transformar em legítimas tendências do partido."

Uma vez respeitada a proibição de partidos dentro do PT, qualquer grupo interno poderia se constituir numa tendência interna.¹⁴¹ Em resumo, uma tendência interna deveria possuir as seguintes características:

a) "Grupo de petistas que se agrupa, ou se organiza para defender posições no interior do partido, a partir de uma base política(...)"

b) "As tendências do PT se distinguem das articulações ou blocos de militantes que se formam apenas nos períodos de encontros.

c) "(...) nenhum grupamento interno ou tendência poderá expressar-se nessa condição diretamente à sociedade, seja através da imprensa ou por qualquer outro meio. Por conseguinte, os instrumentos de veiculação de suas políticas devem dirigir-se exclusivamente aos membros do partido."

141 - Sobre a regulamentação das tendências no período 1986-1990, ver KECK, Margaret E.. *PT. A lógica da diferença. O Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira*. São Paulo, Ática, 1991. Tradução de Maria Lúcia Montes. pp. 137-142.

d) "As coordenações das tendências, bem como suas políticas, devem ser transparentes para o conjunto do partido."

e) Suas finanças não podem ser adquiridas externa, mas apenas internamente ao partido, sem concorrer com as finanças do PT, mas subordinadas à sua política de finanças.

f) "(...) Não pode construir um partido distinto do PT, nem usar nome de partido. Deve reconhecer expressa e praticamente o PT como um partido estratégico (rumo ao socialismo)."

Em relação à reclamada participação proporcional das tendências nas Comissões Executivas, a decisão do Diretório Nacional englobava os seguintes aspectos:

Reafirmava a vocação democrática do PT, tanto internamente como projeto para a sociedade. Socialismo e democracia eram indissociáveis.

Reconhecia o papel dos grupamentos e tendências na construção do PT e definia a proporcionalidade nos diretórios regionais e no nacional, de forma a garantir a participação das correntes minoritárias na direção.

Em relação à participação proporcional nas executivas, afirmava não haver objeção pela proposta, em si mesma, mas afirmava estar ligada à questão da regulamentação das tendências. Para o Diretório Nacional existia o problema de que quase todas as tendências internas ainda se constituíam como partidos dentro do PT e, desta forma, a "maioria da direção partidária"¹⁴² resistia em admitir a proporcionalidade na Executiva.

Definia, finalmente, que enquanto perdurasse aquele caráter das tendências, deveria ser mantida a proporcionalidade nos diretórios e não nas executivas. Porém abria uma brecha para a participação das tendências na executiva, já que definia

¹⁴² - Leia-se *Articulação*.

caber à executiva "a decisão de participação ou não das minorias na Executiva, excluía a hipótese da proporcionalidade."

Em síntese, concluía o documento, "a necessidade de uma sólida coesão interna na comissão executiva nacional, o risco de se confiar funções executivas a companheiros que têm outro projeto político além do PT e nossa convicção firmada de que o PT não é uma frente, nem meramente um partido tático, mas um partido estratégico, com caráter definido, fundamentam essa nossa proposta."

Estas duas questões voltariam a ser discutidas no VII Encontro e no I Congresso.

6.2. Concepção e Construção Partidária no VII Encontro

Como já dissemos anteriormente o VI Encontro não tratou de questões internas ao partido. Passemos então a analisar a discussão realizada no VII Encontro, em 1990.

O PT percebeu a necessidade de repensar a organização partidária, já que crescia a responsabilidade e novas tarefas impunham-se ao partido, principalmente as tarefas institucionais.

As resoluções do VII Encontro vão no mesmo sentido das idéias gramscianas. Para o VII Encontro, o modelo de socialismo deveria estar relacionado com o modelo de organização partidária. Nenhum dos dois, dizia-se, pode ser simplesmente importado de outras experiências. Detectava-se um descompasso entre discurso e prática organizativa petista.

Para superar esta falta de sintonia era necessário tomar algumas iniciativas, teóricas e práticas. Era preciso desenvolver melhor sua concepção de socialismo e

a forma para alcançá-lo. Esta elaboração deveria facilitar a criação da identidade que o partido necessitava. Este processo deveria abarcar a ação institucional, mas que não deveria se restringir e nem se subordinar a ela.(VII-32)

Era preciso reforçar a atuação partidária nos "setores em luta por sua emancipação," articulando-se mais organicamente. Não bastava mais que os dirigentes ou mesmo as bases destes setores e movimentos fossem simpáticos ao PT, como de fato já o eram. O partido precisava enraizar-se nestes setores, tornando-se sua expressão e referência de direção. Era preciso fazer a mensagem do partido chegar até estes setores, disputando-os com as classes dominantes. Além disso, o PT reafirmava sua opção pela liberdade e autonomia dos movimentos, principalmente nas cidades administradas pelo PT. Não se poderia confundir o partido com os movimentos ou com a administração.

Propunha-se a realização de encontros setoriais dos militantes petistas, nos diversos movimentos, preparatórios para a deliberação nas instâncias partidárias.

Além da atuação junto às "bases", era preciso também estreitar as relações com os sindicatos, com as associações e entidades como a OAB, a ABI, as igrejas, as entidades de natureza científica, e outras da "sociedade civil".¹⁴³ Este estreitamento de relações deveria servir para melhorar a elaboração filosófica do partido e facilitar a disputa de hegemonia na sociedade.

Novamente é reafirmada a necessidade de agilizar os núcleos e os diretórios para que o PT pudesse melhorar seu relacionamento com a sociedade. Aponta-se novamente a raridade e a fragilidade dos núcleos, o internismo e a falta de ações voltadas para a sociedade. Era preciso aumentar o poder dos núcleos, cabendo ao Diretório Nacional, em um ano, propor novas atribuições e poderes aos núcleos. De-

143 - Este conceito deve ser aqui entendido enquanto conjunto de entidades representativas dos diversos segmentos sociais, e não de acordo com o conceito gramsciano, como parte integrante do Estado.

veria também ser priorizada a nucleação, incorporar nos diretórios municipais representantes eleitos diretamente pelos núcleos, conforme já havia sido aprovado no V Encontro Nacional.

O caráter orgânico do partido deveria ser reforçado, de forma a superar os contatos liderança-liderança. Deveriam ser promovidas mais atividades de massa, dando atenção especial aos setores mais desorganizados da sociedade.

A comunicação externa era um meio de realizar a disputa ideológica e de projetos com os setores dominantes. Nesse sentido era preciso criar uma política consistente de comunicação de massa, de formas variadas. Aprovou-se o lançamento do jornal nacional, o *Brasil Agora*, conforme projeto anteriormente aprovado pelo Diretório Nacional, e que deveria ser sustentado por assinaturas e pelos diretórios regionais. Era preciso também, dizia-se, definir uma política global e integrada de comunicações, a curto, médio e longo prazos, fazendo propaganda do socialismo.

Além disso, o VII Encontro discutiu seu caráter de partido de massas e a conseqüente importância da comunicação e da organização. Dizia o documento: "o fato de o PT ser um Partido de massas exige de nós uma política de organização que se dirija, preponderantemente, ao universo orgânico de militantes e filiados, mas que a ele não se limite. É preciso estabelecer pontos de contato e participação com todos aqueles que, embora não sendo membros do Partido, comportam-se como petistas, se autoconsideram petistas ou são área de influência partidária." (VII-38)

No entanto, o reconhecimento da existência de "graus diversos e diferentes de adesão ao projeto petista" e a "necessidade de ampliar a influência do PT" não significava que "o partido não teria contornos definidos e deveria constituir-se como uma espécie de movimento amorfo e diluído no interior da massa indiferenciada". (VII-38-39)

Reafirmava-se também que as filiações deveriam ser ao partido, e não às tendências internas, conforme já havia sido aprovado no V Encontro Nacional.

6.2.1. A Formação Política

Em relação à necessidade e ao papel da formação política na construção de um partido transformador, novamente encontramos similaridade entre as idéias gramscianas e as *resoluções* partidárias. O grifo serve para lembrar que, nesta dissertação, tratamos apenas das resoluções, e não da prática concreta do partido.

O VII Encontro reconhecia o papel importante desempenhado pelos coletivos de formação e dos convênios realizados com centros de formação¹⁴⁴, mas afirmava ser necessário, a partir daquele momento, uma política mais ousada de capacitação, alocando os recursos necessários para a criação da Escola Nacional de Formação política, que já havia sido aprovada pela Secretaria Nacional de Formação Política.

Dizia o documento que "a implementação de um processo de formação política é condição fundamental para que se construa de fato uma democracia interna, em que todos os militantes e filiados tenham condições reais de participar do processo de elaboração e construção do partido."(VII-41)

6.3. Concepção e Construção Partidária no I Congresso

O I Congresso foi um importante momento de discussão dos rumos do PT. Reafirmou-se a necessidade de desenvolvimento de seu perfil socialista, negando alternativas dogmáticas.

144 - Instituto Cajamar, Fundação Nativo da Natividade e Escola Quilombo dos Palmares.

Sobre a organização partidária, destacou-se a necessidade de repensar suas formas, os métodos de direção, seu relacionamento com os outros partidos, com os movimentos sociais e com o povo. Percebia-se o paradoxo de o PT ser o maior, mais organizado e mais democrático partido do País, apesar de suas estruturas viciadas e que não davam mais conta do processo político interno e externo. Havia, diziam as resoluções, uma estrutura muito verticalizada e de elite que, impedia uma participação maior dos petistas. Defendia-se a necessidade de superar o ritual de reuniões demoradas, de implementar uma política mais eficaz de comunicação, já que ela é poder e instrumento de organização do partido, capaz de incorporar um conjunto maior de pessoas, e não apenas os militantes mais ativos.

O I Congresso considerava equivocada a divisão de tarefas, no interior do partido, entre militantes do movimento social, parlamentares, prefeitos e dirigentes, sendo necessário superar esta divisão. O mesmo já havia sido afirmado pelo V e pelo VII Encontros.

Foi muito trabalhada a necessidade de aumentar a fraternidade entre os militantes, respeitando-se as diferenças e as minorias. Afirmou-se claramente que os mandatos e os cargos do PT não poderiam servir a fins clientelistas ou políticos pessoais, devendo ser estimulada a fidelidade partidária e a subordinação do individualismo a um programa aprovado pela maioria. O normal aos políticos burgueses não poderia ser normal para o PT.

Um dos princípios a ser considerado era o de não possuir propostas acabadas para a reorganização. Deveriam ser levadas em conta as diversidades culturais, regionais e setoriais e os diferentes níveis de responsabilidade, ouvindo as bases partidárias.

O PT precisaria ser consolidado como movimento (agilidade, improviso, relação com os movimentos sociais, militância) e como instituição ("rede de organiza-

ções partidárias e para-partidárias, imprensa, escolas de formação, institutos de pesquisa, livrarias, assessoria à direção, estruturas profissionais de finanças") (1c-58-§12)

Foi negada também a dicotomia entre "partido de interlocução" e "partido dirigente". O PT deveria ser as duas coisas. Dialogar com a sociedade, apresentar projetos e, ao mesmo tempo, reafirmar seu caráter de classe e de "instrumento decisivo para a disputa de poder." (1c-§13)

Para as resoluções, a história do PT mostra que os militantes se aproximam quando compreendem o sentido da luta do PT e sabem o que fazer, como por exemplo nos períodos eleitorais. Era necessário reforçar uma política de permanente "intervenção do PT nas disputas cotidianas." (1c-58-§15)

Em relação aos núcleos, suas normas foram modificadas. Eram considerados núcleos todos os agrupamentos de no mínimo nove militantes, organizados por local de moradia, trabalho, movimento social, categoria, estudo, por temas, áreas de interesse e atividades afins. Não filiados poderiam participar, mas só poderiam interferir nas instâncias dirigentes e de deliberação através dos filiados. Todos os filiados poderiam participar de qualquer núcleo, sem possibilidade de veto. Deveriam ser considerados prioritários na organização do partido, com alocação de recursos e estrutura (imprensa, formação) para isso. Deveriam tornar-se uma das "formas básicas (...) de delegação de poder no partido." (1c-59-§16-18) Além dos núcleos, deveriam ser incorporados ao Regimento as prévias, as plenárias de filiados, os fóruns decisórios setoriais, etc.

Devido à grande distância entre os grandes centros e o interior, e a necessidade de organizar melhor o partido no interior do país, visando melhor compreender e respeitar as diversidades regionais e municipais, deveriam ser criadas as macro-regiões. Suas tarefas seriam: a) elaborar projetos políticos temáticos que contemplassem as diferentes realidades sócio-econômicas dos Estados; b) descentralizar e regularizar as informações, a formação política e as decisões partidárias; c) profissio-

nalizar dirigentes nas direções estaduais; d) aumentar a integração das bancadas nas lutas do interior; e) facilitar a criação de programas de TV e rádio que contemplassem o interior; f) melhorar a linguagem do PT nos documentos partidários e; g) agilizar a criação de fóruns específicos nas diversas regiões.

Deveria também ser melhorada a relação do PT com os movimentos sociais, e a própria articulação destes movimentos, principalmente sindical, popular, de juventude, de gênero e os raciais. Deveriam ser reativados os núcleos, as plenárias e coordenações para estes movimentos, mas era preciso, principalmente, elaborar e apresentar "um programa petista para movimentos sociais." (1c-61§22-23)

O I Congresso reconhecia claramente que a contradição Capital *versus* Trabalho, embora fundamental, não é suficiente para explicar todas as formas de opressão na sociedade. Deliberou-se também a criação de fóruns setoriais para discussões temáticas sobre negros, índios, camponeses e garimpeiros, devendo ser estimulada a participação dos índios nas instâncias partidárias.

Deveriam também ser criadas as condições para a participação dos portadores de deficiência, para isso, o PT deveria: a) garantir acesso dos portadores nas sedes e reuniões, eliminar as barreiras arquitetônicas; b) Reproduzir os principais documentos em braile ou em fita cassete; c) Garantir o direito aos deficientes auditivos de participar das reuniões e assistir aos programas de TV, com sinais ou legendas.¹⁴⁵

145 - Novamente, se estivéssemos de fato analisando a prática e o cumprimento das resoluções partidárias, e não apenas as próprias resoluções, este seria mais um claro exemplo das debilidades do partido, já que, três anos após o I Congresso, nenhuma destas medidas foi adotada.

6.3.1. As instâncias partidárias

Ao lado de todas estas propostas de fortalecimento da militância e da organização, o I Congresso tratou também da organização e do fortalecimento das instâncias de decisões partidárias, em todos os níveis.

Reafirmava-se a crítica aos "centros autônomos de poder" (bancadas, administrações, expressões públicas, etc), cujo poder aumentava continuamente, como aliás ocorre até hoje. Era necessário combatê-los. Para isso, como já foi dito, os projetos pessoais deveriam ser submetidos às orientações e às decisões partidárias. Deveria aumentar também a divulgação das informações, como forma de controle das bases partidárias sobre as "expressões públicas". (1c-62-§31)

Aumentava a preocupação com os detentores de mandato. Deveria realizar-se, anualmente, balanços e planos de trabalho conjuntos entre a direção partidária e as bancadas. As comissões dirigentes poderiam requisitar, no máximo, 1/3 dos cargos de confiança dos mandatários proporcionais. Deveria ser estimulado o rodízio entre titulares e suplentes e "ter em perspectiva limitar o número máximo de vezes em que um parlamentar petista ocupe o mesmo cargo." (1c-79-§105-107)

O partido precisava ser mobilizado para: a) Elaborar democraticamente as linhas de atuação nos movimentos sociais e atualizar a linha sindical e b) Melhorar a comunicação partidária.

Conforme já apontava o V Encontro, para unificar a atuação do partido era necessário "a existência de definições políticas claras" a consciência por parte da militância da necessidade de centralização política do PT" e o "funcionamento pleno das instâncias de direção partidárias".

Note-se a frequência com que estas três necessidades aparecem nos documentos partidários. Esta frequência indica que o partido não ignora suas debili-

dades e que não falta também elaboração teórica. Entretanto, notamos que seus problemas são resolvidos apenas em tese, e não na prática.

Reafirmava-se o direito de tendência, aprovado no IV e regulamentado nos V e VII Encontros Nacionais. O PT reafirmava sua recusa em tornar-se um partido monolítico mas, ao mesmo tempo, não admitia a hipótese da vida partidária restringir-se às tendências, como ocorria até aquele momento. As causas destes problemas eram, entre outros, as deficiências do partido em comunicação, em formação e na assimilação de novos militantes. Para tentar facilitar a participação de militantes não ligados a tendências, consolidou-se a eleição de delegados avulsos, para os encontros regionais e estaduais, conforme já havia ocorrido na preparação do Congresso, além da possibilidade de realização de encontros setoriais preparatórios aos Encontros.

Avaliando a regulamentação das tendências, o I Congresso afirmava que ela não acabou com as verdadeiras frações existentes no interior do PT. Muitas das tendências apenas declararam acordo com as resoluções, mas continuavam desacatando-as, mantendo sede e jornais públicos.

Foi aprovada então uma nova regulamentação do direito de tendência:

1) "Tendências são agrupamentos que estabelecem relações entre militantes para defender, no interior do Partido, determinadas posições políticas, não podendo assumir expressão pública e declarar-se como de vida permanente."

2) "Ficam proibidas as sedes próprias. As tendências que mantiverem espaços para organizar suas atividades, que deverão ser sempre internas ao partido, não poderão fazer uso delas para reuniões de tendência com não filiados. A existência deste tipo de espaço deverá ser de conhecimento da direção partidária e autorizada por ela, ficando proibido que eles ostentem qualquer tipo de identificação pública, podendo ser usado pelo Partido, devendo suas atividades ser abertas para qualquer filiado. Recomendar-se-á que se reúnam nas sedes partidárias."

3) "As tendências internas poderão produzir boletins informativos de circulação estritamente interna ao Partido; bem como editar publicações voltadas ao debate político e teórico ou propostas sobre conjuntura e movimento social, internamente ao partido. É vedada às tendências a publicação de folheto, jornal, revista ou qualquer outro meio de comunicação, voltado a orientar e organizar a intervenção política das tendências no movimento social, na conjuntura, ou para difundir posições de tendência fora do PT. É vedada também a circulação de quaisquer documentos públicos assinados por tendências, mesmo que veiculando posições oficiais do Partido."

4) "As tendências poderão manter mecanismos de arrecadação de recursos, desde que eles não concorram com as finanças partidárias ou adquiram caráter de finanças públicas para uma tendência interna. Iniciativas patrocinadas pelas tendências para arrecadar recursos internamente ao PT devem ser comunicadas à direção partidária."

5) "As relações internacionais são atributo exclusivo do Partido, através de suas instâncias de direção."

6) "A direção nacional avaliará as relações internacionais mantidas atualmente por tendências e considerará esses relacionamentos quando estiverem de acordo com a política do Partido. Essa avaliação será tomada como base para o Diretório Nacional estabelecer as formas, processos e prazos para superar a atual situação. Nesta perspectiva, não haverá, portanto, representação de tendências internas do PT em eventos ou organismos internacionais."

7) "As tendências internas do PT não podem exigir ou constranger seus integrantes a qualquer tipo de centralismo obrigatório. As deliberações das tendências não podem se sobrepor ou se chocar ao encaminhamento prático das decisões partidárias."

8) "Fica aprovada esta regulamentação de tendências compreendendo-se que, como antes, a unidade do Partido demandará um processo político para por fim às

verdadeiras frações que atuam no Partido. Nesse sentido, a direção nacional deve garantir seu cumprimento." (1c-64-5)

Além da regulamentação das tendências, o Congresso discutiu e aprovou também outras normas para a organização partidária. Entre elas é importante destacar algumas.

A partir de 1991, a direção do PT, em qualquer nível, deveria contar com a participação de, no mínimo, 30% de mulheres. O mesmo valia para a eleição de delegados. Este princípio poderia ser, transitoriamente, flexionado, de forma que no mínimo as instâncias dirigentes contivessem o número de mulheres proporcionalmente presentes no Encontro que a elegeu. Esta medida deveria ser reavaliada após dois mandatos. Também a partir desta data, em todos os encontros petistas deveriam existir creches.

Foram redefinidas as instâncias deliberativas do PT: Congresso Nacional (a cada 3 anos), Encontro Nacional, Estadual e Municipal.

Com o objetivo acima exposto de facilitar e estimular a participação dos filiados, mesmo aqueles com menor participação na vida orgânica do partido, algumas outras regras foram estabelecidas. Visavam "afrouxar" o grau de militância exigido para a participação dos filiados.

Tornava-se obrigatória a convocação de prévias e/ou plebiscitos para decidir sobre candidaturas majoritárias e sobre alianças no 2º turno das eleições. Era opcional a convocação de prévias e/ou plebiscitos sobre temas polêmicos. Atingindo um certo quorum percentual, o resultado destas consultas não poderia ser modificado.(1c-§99)

Notemos que esta concepção vem amadurecendo não só em tese, mas principalmente na prática partidária. Até 1986/87, nos Encontros Municipais, a eleição da direção e/ou a votação das teses só acontecia após a realização dos debates, com os presentes. De lá para cá, as eleições passavam a ocorrer simultaneamente aos debates,

sem participação obrigatória. A partir destas medidas não havia mais a necessidade (ao menos formal) de debates, bastava que os filiados fossem votar.

No entanto, outras medidas aprovadas iam no sentido inverso. Exigiam a realização de plenárias de novos filiados (a cada 20 pedidos de filiação ou bimestralmente). Somente seriam aceitas as filiações dos presentes nestas plenárias. (1c-§109)

Como forma de estimular a comunicação, o Congresso aprovou também norma que exigia que os diretórios municipais mantivessem um veículo de comunicação aos filiados ou à população, para poder eleger delegados ao encontro estadual. O mesmo valia para os diretórios estaduais em relação ao encontro nacional.

No entanto, esta norma era válida apenas para os diretórios das cidades ou estados nos quais o PT tivesse ao menos um mandatário eleito. (vereador, prefeito, deputado, etc.) Apesar de ser um estímulo à imprensa partidária, esta resolução admitia que a maior parte dos recursos do partido viesse dos mandatários, e não de outras formas de arrecadação, como a cobrança de 1% do salário de cada filiado.

Aprovou-se também o princípio de rotatividade e formação de novos quadros: Cada dirigente poderia participar de apenas dois mandatos consecutivos do Conselho Deliberativo na mesma função, ou 4 mandatos consecutivos em qualquer função.

6.3.2. Novamente a Formação Política

O I Congresso também reafirmou a necessidade e a importância da formação política. Era ela que permitiria relacionar as ações imediatas com o objetivo estratégico. Era preciso capacitar, permanentemente, os militantes, as lideranças e os dirigentes. Além disso, esta formação deveria ser democrática, respeitar as diversidades e a pluralidade existente no partido. Era preciso superar o dogmatismo e a re-

transmissão de verdades prontas e partir do referencial acumulado pelos movimentos históricos e pelo próprio Partido.¹⁴⁶ "Nessa perspectiva, os militantes, lideranças e dirigentes são os protagonistas da formação; são eles que operam a sistematização de sua prática, pesquisam, comparam e criam novas propostas, em diálogo com os educadores partidários." (1c-67-§43,44,47)

A formação política deveria ser encarada como um instrumento de "construção das condições de igualdade entre os militantes." (1c-66) Se para transformar é preciso conhecer, conforme dizia o I Congresso, deveria ser privilegiada a história e a cultura brasileiras, a apropriação do conhecimento universal acumulado, a elaboração de instrumentos de crítica e a capacidade de produção de novos conhecimentos transformadores.

Além disso a formação deveria estar relacionada com a vida partidária e visar "alterar sua qualidade, criar uma cultura política" que reafirmasse os princípios do PT. Ela não deveria se reduzir a "eventos formais como cursos e seminários" (1c-§48,49), mas deveria realizar-se a todo momento, em cada ação partidária.

O debate, a dúvida e a polêmica deveriam estar sempre presentes nas atividades de formação, mas esse processo não seria espontâneo. Dependeria da vontade real da direção e do conjunto do partido em executá-lo. Tratava-se da negação do teorismo e do ativismo inconsequente. Além disso, dizia o Congresso, é a formação política que permite que os militantes estejam preparados para ampliar a base social do partido, atingindo novos setores sociais.

146 - Sobre a necessidade de incremento na formação política, Pont escreveu: "o rápido crescimento do PT estabeleceu um hiato entre seus primeiros dirigentes e fundadores e os milhares de novos filiados e militantes que ingressam no Partido sem uma experiência de vida, nem uma formação teórica e política semelhantes. É evidente que se o Partido não supre esta lacuna, esta experiência não é transmitida e as concepções políticas e ideológicas originais vão se perdendo ou se tornando cada vez mais tênues." PONT, *Breve História...*, op. cit, p.73.

Para efetivar estes princípios deveriam ser alocados os recursos e a infraestrutura necessários, em resumo:

- a) Criar coletivos de formação nos diretórios, vinculados à estrutura nacional de formação e dotá-los dos recursos necessários.
- b) Criar um programa básico de formação.
- c) Desenvolver programas nacionais de formação de lideranças intermediárias, dirigentes e formadores.
- d) Estabelecer para as instâncias dirigentes a obrigatoriedade do debate e estudo coletivo.
- e) Integrar neste processo a intelectualidade partidária e as tendências.
- f) Superar a dicotomia entre quadros preparados para a institucionalidade e outros que possuem apenas uma formação política geral.
- g) Utilizar jornais e boletins do partido como elementos de formação.
- h) Implementar a Escola Nacional de Formação definida no VII Encontro Nacional.
- i) Destinar 10% da arrecadação bruta de cada instância às secretarias de formação.
- j) Ampliar a relação com entidades nacionais de formação para troca de experiências e estimular o intercâmbio internacional.

6.4. Concepção e Construção Partidária no VIII Encontro

Considerado por muitos, dentro e fora do PT, como um encontro distinto dos demais pela radicalidade de suas resoluções, na verdade o VIII Encontro rompeu apenas com a prática que a direção partidária vinha adotando, e não com as resoluções

aprovadas nos encontros anteriores do PT. Em muitos pontos, apenas reafirmou pontos já aprovados anteriormente. Não foi diferente na parte referente à organização do PT.

Se criticava a prática, nada melhor que fazer um balanço da direção. Em resumo, o VIII Encontro afirmava: "para dirigir a campanha Lula e a ação partidária nos próximos anos, o PT necessita de um novo núcleo dirigente", uma vez que o atual, desgastado por 3 anos de mandato e, principalmente, pelo "desaparecimento da maioria política que a compôs"(VIII-25-26-§22), não estava mais apta a cumprir as tarefas que o partido exigia.

Afirmava ser necessário retomar o "método de discussão e decisão que produziu as principais resoluções do PT", garantindo "vitórias políticas e sociais" (VIII-26)

O novo núcleo dirigente deveria assumir os seguintes compromissos: a) defesa do caráter socialista e revolucionário do PT, crítica à social-democracia e ao "socialismo real"; b) defesa da democracia enquanto valor estratégico: meio, fim, método de transformação e ideal de organização política; c) acordo com o programa democrático e popular que deveria ser anti-capitalista, anti-monopolista, anti-latifundiário e anti-imperialista; d) viabilizar a construção de um "partido de quadros e de massas - combinação que, recusando a polarização entre o centralismo e a diluição, afirma a democracia como fio condutor da vida partidária"; e) reforço à democracia interna, valorizando as instâncias partidárias, diluindo os "centros paralelos de poder e evitando a prática desagregadora e antidemocrática dos que, transformados em "notáveis" por força da militância, fazem de tudo para ser mais iguais que os outros." (VII-26-§22)

Em suma, reafirmar o papel dirigente, o caráter de massa e a democracia interna do PT. Valorizar suas instâncias, incentivar a participação das bases, a imprensa partidária, estimular consultas amplas e a formação política. Aumentar o controle das direções partidárias e dos mandatários de cargos eletivos. Estar "atento e sintonizado à opinião pública, mas sem deixar-se conduzir a partir de fora" e "reafirmação do

objetivo estratégico do PT: a luta por uma sociedade socialista e democrática, sem explorados nem exploradores."(VIII-26-§23) Enfim, tudo o que já havia sido aprovado em diversos encontros anteriores, notadamente o I Congresso.

CAPÍTULO VII

O SOCIALISMO PETISTA

DO V AO VIII ENCONTRO

Outro ponto que julgamos importante analisar é o conceito de socialismo no PT. Assim como a concepção de partido, também este conceito sofreu algumas mutações ao longo da história do partido. Na verdade, a idéia de socialismo, apenas embrionária nos primeiros documentos, passa a ser cada vez mais elaborada a partir do V Encontro. No VI, esta discussão tem um caráter especial, uma vez que foi realizada em plena campanha para presidência da república. O VII Encontro Nacional discutiu e aprovou uma resolução proposta pelo Diretório Nacional, remetendo esta discussão para o I Congresso. Em resumo podemos dizer que em toda a história do PT, desde sua fundação, a concepção básica de socialismo defendida pelo partido sempre foi de crítica ao partido único, de defesa de um socialismo democrático e da necessidade de incorporar as massas na sua construção cotidiana.

"O PT afirma seu compromisso com a democracia plena exercida diretamente pelas massas, pois não há socialismo sem democracia, e nem democracia sem socialismo."¹⁴⁷

"O socialismo que nós queremos irá se definindo nas lutas do dia-a-dia, do mesmo modo como estamos construindo o PT. O socialismo que nós queremos terá

147 - PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Carta de Princípios*. Lançada em 1º de maio de 1979. (Escrita, segundo GADOTTI e PEREIRA, por Jacó Bittar, Paulo Skromov, Henos Amorina, Wagner Benevides e Robson Camargo). *Pra que PT. op. cit.*, p.39.

que ser a emancipação dos trabalhadores. E a libertação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores."¹⁴⁸

Ao longo de sua história, o PT foi precisando melhor o que entende por socialismo, no entanto, como veremos a seguir, esta definição nunca foi suficientemente elaborada para a criação de claras maiorias ideológicas (ou ao menos politicamente bem definidas), necessárias para que o partido superasse seus impasses e conseguisse planejar sua ação cotidiana de acordo com seus objetivos estratégicos. Vejamos com mais calma.

7.1. O Socialismo no V Encontro Nacional

Para o V Encontro, o socialismo era o objetivo estratégico do PT. Afirmava-se a necessidade de articular a luta cotidiana e a luta mais geral pelo socialismo.

Havia dois momentos estratégicos nesta luta. Em primeiro lugar, a conquista do poder político e, em segundo lugar, a construção do socialismo a partir das condições materiais deixadas pelo capitalismo.

Havia, entretanto, algumas exigências que deveriam ser cumpridas, como a tomada do poder de Estado e a construção de uma nova hegemonia: "os trabalhadores precisam transformar-se em classe hegemônica e dominante no poder de Estado, acabando com o domínio político exercido pela burguesia. Não há qualquer exemplo histórico de uma classe que tenha transformado a sociedade sem colocar o poder político - Estado - a seu serviço." (V-§28)

Gramsci também trabalhava com a distinção entre poder político e governo. Para ele realmente poderia "ocorrer que a direção política e moral do país, em

148 - *Discurso de Lula. In: Documentos Básicos, op. cit., p.34.*

um determinado período de dificuldades, não seja exercida pelo governo legal, mas por uma organização "privada" e, inclusive, por uma partido revolucionário." No entanto, as resoluções do PT neste ponto vão no sentido inverso, isto é, na necessidade de se chegar ao governo para garantir a implementação de seu projeto.¹⁴⁹

A construção da sociedade socialista não seria independente das formas de luta e da organização existente. Ao contrário, "o socialismo e o poder se constroem na luta cotidiana," isto é, "muitas das formas econômicas, sociais e políticas da construção socialista surgirão da experiência da luta de classe contra o capitalismo. Muitas dessas formas que hoje não conseguem desenvolver-se em virtude da opressão capitalista, como as pequenas cooperativas, as compras comunitárias, as comunidades locais, os conselhos populares, etc, provavelmente encontrarão campo fértil para crescer nas novas condições socialistas." (V-§29)

Destacava-se o caráter democrático destas formas de luta e de organização, como sendo um poder "exercido pelos próprios trabalhadores, e não em seu nome." (V-§30)

No entanto, percebia-se também a incapacidade destas formas de luta resolverem, sozinhas, as contradições do capitalismo, uma vez que a resistência burguesa aumentaria com o crescimento da mobilização e das reivindicações populares. Seria necessário organizá-las, preparando as classes trabalhadores "para a conquista do poder", para a "construção da nova sociedade" e para resistir às táticas de repressão e de concessão da burguesia. Seria necessário também distinguir dois tipos de atividades, as de conscientização da necessidade de conquista do poder e as de conquista imediata do poder. Confundir estes dois momentos seria confundir o "momento em que as grandes massas da população ainda não se convenceram que é preciso acabar com o

149 - "Croce afirmou que nem sempre se deve procurar o "Estado" no lugar indicado pelas instituições oficiais, já que, às vezes, ele poderia ser encontrado nos partidos revolucionários" GRAMSCI. *Concepção...*, *op. cit.*, p.219.

domínio político da burguesia, e o momento em que a situação se inverte e se torna possível colocar na ordem do dia a conquista imediata do poder." (V-§31-33)

O V Encontro também rompeu com a dicotomia entre reforma e revolução, afirmando a necessidade de articulá-las, de acordo com a situação política concreta. "A luta por reformas só se torna um erro quando ela acaba em si mesma," diziam as resoluções. Ela deve servir para a "educação das massas, através da própria experiência de luta." (V-§34)

Na luta pelo socialismo, dizia o V Encontro, é necessário definir a via principal de luta e as táticas para conquista do poder. Além disso era preciso, principalmente, conhecer os principais inimigos, ter clareza sobre as alianças e sobre o programa de transformações a ser implantado, já que era ele quem deveria balizar as mobilizações e as alianças. Para conseguir realizar estas tarefas era necessário uma boa análise da realidade, que identificasse o grau de contradição existente na estrutura social brasileira e o grau de preparo dos trabalhadores.

O documento afirmava ser possível socializar as grandes cooperativas agroindustriais capitalistas, as grandes empresas comerciais e de serviços, e os bancos, transformando-os em empresas estatais ou coletivas. Ressaltava-se a importância das pequenas e médias empresas, e a necessidade de permitir a existência de uma "pequena economia mercantil", de forma que o seu desenvolvimento "natural e contraditório" conduzisse à sua transformação socialista. A manutenção deste setor, dizia-se, poderia garantir a produção de certos produtos e serviços, sem onerar as empresas socializadas. "Esta política de desenvolvimento da capacidade produtiva da sociedade, utilizando todas as forças econômicas, é a base da aliança dos trabalhadores assalariados com a pequena burguesia urbana e rural. Esta aliança é, pois, uma questão estratégica referente tanto à destruição do capitalismo quanto à construção do socialismo." Mesmo porque para o V Encontro era impossível extinguir todas as classes de uma vez,

administrativamente. De forma que seria necessário, apenas, impedir que elas se tornassem "antagônicas em relação ao socialismo."(V-§40-43)

Se não se extinguiriam de imediato as classes e as diferenças, significava então que continuariam existindo várias expressões políticas no interior da nova sociedade. E elas deveriam ser tratadas, em sua maior parte, como disputas dentro do campo socialista, e não como uma disputa entre inimigos.

Isso remete à crítica da idéia de partido único. "O PT rejeita a concepção burocrática do socialismo, a visão do partido único, por considerar incorreta a idéia de que cada classe social é representada por um único partido, e que outros partidos existentes na sociedade que emergir de uma revolução serão necessariamente partidos que representarão interesses de classes diferentes dos da classe trabalhadora."(V-§49)

No entanto, continuariam existindo também, por algum tempo, organizações da burguesia, em oposição ao Estado socialista. O combate, político e administrativo, a estes setores seria fundamental na construção do novo Estado. Este novo Estado não surgiria através de um decreto que extinguiria as organizações existentes no regime capitalista. Ao contrário, durante o processo de construção do socialismo continuariam a existir "diversos partidos e organizações da sociedade civil".(V-§50) Isso significa admitir a existência de oposição ao novo governo.

Nesta conjuntura o governo deveria continuar disputando a hegemonia com os setores a serem derrotados, ampliando a capacidade de participação popular nas decisões das diversas esferas de poder, das fábricas e granjas até os níveis superiores de poder.

Este processo de democratização deveria também incorporar à plena cidadania outros setores marginalizados da sociedade capitalista, como as mulheres, os negros, os homossexuais, os jovens, etc.

7.2. O Socialismo no VI Encontro Nacional

O VI Encontro voltaria a afirmar a ligação entre socialismo e democracia, de forma que, "o pluralismo partidário, as liberdades de imprensa e sindical, de credo, a existência de condições efetivas para a sua prática, o respeito integral ao direitos humanos são importantes conquistas da humanidade, que devem ser ferreamente defendidas pelos trabalhadores no processo de construção do socialismo." (VI-27)

No entanto, se no V Encontro muitas lacunas ainda não estavam preenchidas, no VI a questão do socialismo apareceria ligada à possibilidade de o PT chegar à presidência da república. Nesse sentido, afirmava que não propor um programa socialista não significava abdicar da luta ideológica, ao mesmo tempo em que reafirmava as premissas já definidas no V Encontro: "No debate político-ideológico ao longo da campanha eleitoral, deixaremos clara nossa opção pelo socialismo, um socialismo com democracia, com liberdade de expressão, com liberdade de organização dos trabalhadores, que rejeita a concepção burocrática e a visão do partido único." (VI-26)

O PT não só não admitia abrir mão de sua proposta socialista, como também negava a realização de reformas progressivas e infinitas. "O PT não acredita na possibilidade de uma etapa de "Capitalismo Popular" no país. Ao contrário, através de um processo simultâneo de acúmulo de forças, enfrentamentos e conquistas dos trabalhadores, criaremos as condições para dar início às transformações socialistas no Brasil."(VI-26) Tratava-se de mais uma dura crítica à social-democracia, crítica esta sempre presente nas resoluções partidárias.

Assim, "o governo democrático e popular e o início de transição ao socialismo são elos do mesmo processo." Um é condição para o outro, mas a "passagem de um ao outro, no entanto, não é automática e nem resultado da retirada de cena das minorias privilegiadas." (VI-26)

Para o VI Encontro, as propostas e ações do PT almejavam "conquistar o poder através da vontade, da mobilização e da luta da maioria, e não da tomada de poder através de um golpe de mão, de um *putsch* da vanguarda." Previa a conquista do poder e "a construção do socialismo através da vitória sobre a burguesia e seus aparelhos ideológicos de dominação."(VI-26)

Ficava clara como nunca a opção pela via eleitoral, entendendo, no entanto, disputa eleitoral como disputa de projetos, como consolidação de uma nova vontade coletiva, como convencimento. Numa palavra, como construção de uma nova hegemonia.

Esta é uma leitura plenamente possível, embora otimista, das resoluções partidárias. Entretanto, o distanciamento das mobilizações populares e a acomodação de sua estrutura interna, conforme já vimos acima, reforçava, a cada dia, o caráter mais eleitoral que revolucionário do PT.

Além disso, naquele momento (e até hoje) ainda não estava claro até onde iriam as reformas, isto é, até que ponto os trabalhadores continuariam acumulando vitórias parciais sobre a burguesia, e em que momento a resistência das classes dominantes exigiria uma ruptura revolucionária, já que "a implantação da globalidade de um Programa Democrático e Popular só pode ocorrer com a revolução socialista."(VI-26)

7.3. O Socialismo no VII Encontro Nacional

Passadas as eleições de 1989 com a vitória de Collor e enfrentando a ofensiva neoliberal pós queda do muro de Berlim, o VII Encontro voltaria a discutir este assunto. Conforme nota da Comissão Executiva Nacional, a resolução aprovada, *O Socialismo Petista*, foi proposta pelo Diretório Nacional, mas as oito teses apresen-

tadas sobre socialismo e estratégia não foram votadas, devido à avaliação dos delegados de que não havia acúmulo suficiente para isso. O debate deveria prosseguir até o I Congresso. Vejamos as linhas gerais dos treze pontos que compunham esta resolução.

Em primeiro lugar, era reafirmada a importância da democracia para o PT. Em resumo: "a democracia tem para o PT um valor estratégico. Para nós ela é a um só tempo meio e fim, instrumento de transformação e meta a ser alcançada." (VII-25-1)¹⁵⁰

As resoluções do PT relacionavam a organização e a democracia internas com os objetivos do partido: Sua organização interna "reflete o empenho sempre renovado de direções e bases militantes para fazer do próprio PT uma sociedade livre e participativa, premissa daquela outra, maior, que pretendemos instaurar no país." (VII-25-2)

O terceiro e o quarto pontos estão articulados e nos remetem à uma idéia já esboçada na fundação do PT: a diversidade filosófica e teórica, fruto da confluência das diversas correntes que ajudaram a fundá-lo. "A grande pergunta é: qual socialismo? Estamos por acaso obrigados a rezar pela cartilha do primeiro teórico socialista que nos bate à porta?", perguntava ironicamente Lula no discurso de encerramento da I Convenção Nacional. Apesar de reconhecer a necessidade de uma melhor elaboração sobre o tipo de socialismo que o PT desejava construir, (daí a preocupação e as resoluções aprovadas no V, no VII Encontros e no I Congresso), e a reafirmação de que este socialismo iria se definindo através do desenvolvimento da luta de classes no Brasil, o VII Encontro reafirmaria positivamente o caráter do PT, fundado através de diversas culturas libertárias, que lutavam para acabar com "toda exploração e opressão" do sistema capitalista. (VII-26-3,4)

150 - Esta referência indica VII Encontro Nacional, página 25, item 1 da resolução.

A crítica ao sistema capitalista incluía novamente a social-democracia. "As correntes sociais-democratas (...) já acreditaram, equivocadamente, que a partir dos governos e instituições do Estado, sobretudo o parlamento, sem a mobilização das massas pela base, seria possível chegar ao socialismo. Confiavam na neutralidade da máquina do Estado e na compatibilidade da eficiência capitalista com uma transição tranqüila para outra lógica econômica e social. Com o tempo deixaram de acreditar inclusive na possibilidade de uma transição parlamentar ao socialismo e abandonaram não a via parlamentar mas o próprio socialismo." (VII-27-5)

Por outro lado, criticava também o "socialismo real" que, por sua falta de democracia, negava a "essência mesma do socialismo petista. (...) O socialismo, para o PT, ou será radicalmente democrático ou não será socialismo." (VII-27-6) Como já vimos, por esses mesmos motivos, o PT considerou positivas as manifestações que ocorriam no Leste Europeu.

Onze anos após sua fundação o PT ainda não melhorava muito seu conceito de socialismo. Avançava muito pouco além da crítica ao socialismo real e à social-democracia. Entretanto, o pouco que se acumulava sobre o assunto era muito próximo às reflexões gramscianas, tanto em relação ao conceito de partido, enquanto intelectual coletivo, quanto em relação ao próprio conceito de socialismo, já tratados em capítulos anteriores.

Olhando para trás, o VII Encontro avaliava positivamente a trajetória percorrida pelo partido, querendo "evitar tanto o ideologismo abstrato, traço elitista da esquerda tradicional brasileira, quanto o pragmatismo desfibrado, característico de tantos outros partidos. De nada nos serviria um aprofundamento ideológico puramente de cúpula sem correspondência na cultura política real de nossa bases partidárias e sociais. De resto, também as direções careciam de muita experiência que só a luta democrática de massas, paciente e continuada, pode proporcionar." (VII-28-7) Ficava clara a preocupação com a falta de uma definição mais clara de socialismo, ao mesmo

tempo em que se afirma a impossibilidade de suprir esta falta através da elaboração isolada da prática, por alguns poucos dirigentes isolados e melhor preparados.

Aliás, desde a fundação ficava clara também a importância deste processo: "o socialismo que nós queremos se definirá por todo o povo, como exigência concreta das lutas populares, como resposta política e econômica global a todas as aspirações concretas que o PT [é] capaz de enfrentar. Seria muito fácil, aqui, sentados comodamente no recinto do Senado da República, nos decidirmos por uma definição ou por outra. Seria muito fácil e muito errado. O socialismo que nós queremos não nascerá de um decreto, nem nosso, nem de ninguém."¹⁵¹

Mas, se o tempo e a experiência iriam conformando o socialismo petista, isso não tornava desnecessária uma melhor elaboração teórica mais elaborada. Ao contrário, a experiência e a história, exigiam definições mais claras. O fracasso das experiências do Leste e retomada da ofensiva liberal no Brasil obrigava o PT a realizar "um renovado esforço crítico especulativo, capaz de relançar ética e historicamente a perspectiva da democracia socialista." (VII-28-8)

A dinâmica das lutas política e econômica brasileiras exigiam a disputa e a implantação de projetos globais e ideológicos. A ausência de definições estratégicas mais elaboradas acabava por dificultar a tomada de decisões sobre pontos imediatos, como a reforma do Estado e a democratização da propriedade fundiária, entre outros. Era o reconhecimento, nas palavras do partido, de que a falta de definições estratégicas dificultava a atuação cotidiana.

Era preciso responder algumas perguntas fundamentais: "qual socialismo, qual Estado lutamos com tamanho empenho para construir? Como deverá ser organizada a sua estrutura produtiva e com quais instituições políticas contará? Como

151 - *Discurso de Lula. In: Documentos Básicos, op. cit., p.34.*

serão conjurados, no plano da política prática, os fantasmas ardilosos do autoritarismo?"(VII-29-9)

As respostas a estas perguntas, entretanto, não estão claras neste documento e em nenhum outro. Recorre-se à simples "negação dialética das formas de dominação" que o PT combate, ou a documentos anteriores, como o V Encontro, que apontou a necessidade dos trabalhadores "transformar-se em classe hegemônica na sociedade civil e no poder de Estado."(VII-29-9)

Apesar desta deficiência, podemos encontrar nova relação com as idéias gramscianas, neste ponto principalmente em relação ao conceito de hegemonia. Necessidade de realizar uma reforma intelectual e moral, transformando a política em algo digno e que deveria fazer parte do cotidiano dos trabalhadores.

Além disso, para o VII Encontro, assim como para Marx e Gramsci, o socialismo não é inevitável, mas decorre da luta e da vontade dos homens: "o PT não concebe o socialismo como um futuro inevitável a ser produzido necessariamente pelas leis econômicas do capitalismo. Para nós o socialismo é um projeto humano cuja realização é impensável sem a luta consciente dos explorados e oprimidos. Um projeto que, por essa razão, só será de fato emancipador na medida em que o concebermos como tal: ou seja, como necessidade e ideal das massas oprimidas, capaz de desenvolver uma consciência e um movimento efetivamente libertários." (VII-29-10)

Encontramos ainda outros elementos importantes. A riqueza da experiência democrática e autônoma dos movimentos populares deveria ser preservada e incentivada no socialismo petista, da mesma forma que os direitos individuais. A "igualdade fundamental entre os cidadãos" não se confunde com a ausência de individualidades ou de diferenças políticas, culturais, de comportamento, entre outras."(VII-30-12) As liberdades democráticas deveriam ser ampliadas, através de novas formas de consulta popular, articuladas com mecanismos de democracia representativa.

Este socialismo com ampla democracia política e individual, entretanto, necessitaria também de uma democracia econômica. Para isso deveria basear-se na propriedade social, e não apenas estatal, dos meios de produção. Criticava-se a lógica perversa do mercado e o autoritarismo estatal. A gestão das empresas deveria ser decidida democraticamente pela sociedade. Suas prioridades e metas deveriam corresponder "à vontade social e não a supostos *interesses estratégicos* dos Estado." Finalmente, a nova sociedade deveria ser capaz de superar o "desafio dos desafios - o incremento da produtividade e a satisfação das necessidades materiais com uma nova organização de trabalho, capaz de superar a sua alienação atual."(VII-30-11)

A necessidade de democracia valeria tanto "para a gestão de cada unidade produtiva (...) quanto para o sistema no seu conjunto, através de um planejamento estratégico sob controle social."(VII-30-11)

7.4. O Socialismo no I Congresso

O Congresso iria retomar a discussão sobre este assunto reafirmando alguns pontos e elaborando melhor outros. Para não sermos repetitivos vamos nos limitar a analisar os avanços na elaboração, apenas citando as idéias já deixadas claras nos encontros anteriores.

Ainda sobre o impacto do Leste, o PT afirmava que o fracasso do socialismo real não poderia "ocultar os crimes do capitalismo brasileiro." Assim, era necessário "impulsionar um renovado projeto de socialismo democrático." (1c-28-§83)¹⁵²

O PT deveria continuar lutando por "uma nova sociedade onde a força de trabalho não seja uma mercadoria; onde a opressão política ceda lugar a instituições

152 - Esta referência indica I Congresso, página 28, parágrafo 83.

sob controle de toda a sociedade, dentre as quais um governo dos indivíduos livremente associados; onde não haja qualquer forma de opressão por motivo de raça, idade e convicções religiosas; onde as terras não sejam destrutivamente ocupadas e os ecossistemas devastados; onde homens e mulheres, libertos progressivamente de toda opressão material, possam construir novas relações sociais; onde a busca da felicidade seja um direito efetivo de todos os indivíduos e comunidades; onde, enfim, a igualdade social possibilite o pleno florescimento das potencialidades individuais." (1c-29-§84)

No entanto, para conseguir cumprir essa tarefa, o partido deveria preocupar-se também com sua prática e com sua organização interna, uma vez que, como já vimos, o partido deveria comportar-se como um "Estado em potencia". Era necessário rever, em seu próprio interior, as práticas autoritárias que condenava. O mesmo valia para as prefeituras e para as instâncias partidárias, onde o partido reconhecia existir "aparelhismo, sectarismo, manobras expúrias, falta de democracia." O PT não seria capaz de mudar a sociedade se não mudasse sua própria prática.

Além disso, o debate sobre o tipo de socialismo não poderia "ficar restrito a um pequeno círculo de intelectuais e dirigentes." Ao contrário, deveria "envolver o conjunto de filiados e simpatizantes e, a partir destes, se estender a toda a sociedade." (1c-30-§89) Notamos ainda o contato com Gramsci, sobre a forma de disputa de hegemonia e elaboração coletiva, já que todos são, a seu modo, intelectuais e dirigentes. A forma de realizar tal tarefa coletiva é sugerida na parte de construção partidária e programas do partido, mas não parece ser suficiente para garantir as condições necessárias para isso.

Por outro lado, o I Congresso reafirmava que esta tarefa não era exclusiva do PT, e que ele deveria estar disposto a dividi-la com outros movimentos que tivessem os mesmos objetivos. Esta discussão não era abstrata, já que a utopia só seria possível se tivesse relação com o cotidiano, isto é, com a política, com projeto de sociedade, de economia, de Estado e de governo. A burguesia, sabendo disso, tomava a

frente, o que tornava necessária a apresentação de um programa alternativo, de disputa com as elites.

Como já dissemos acima, principalmente a partir do VII Encontro, o PT vinha sintetizando sua proposta socialista através da crítica tanto ao socialismo real quanto à social democracia.

Ao lado da crítica ao socialismo real aparece a defesa da democracia, já exaustivamente citada neste texto. "Para o PT, socialismo é sinônimo de radicalização da democracia", e isto o diferencia das experiências do Leste. "Democracia para nós é, simultaneamente, meio e fim. Dizer isso implica recusar todo e qualquer tipo de ditadura, inclusive a ditadura do proletariado, que não pode ser outra coisa senão ditadura do partido único sobre a sociedade, inclusive sobre os próprios trabalhadores" (1c-32-§95)

Sobre esta questão da violência, parece-nos que, nos escritos petistas, a crítica a um Estado totalitário refere-se ao socialismo real e ao socialismo almejado pelo PT, e não ao processo, à possibilidade de revolta ou de defesa das maiorias contra os opressores. O PT não quer fundar um Estado totalitário, que aniquile fisicamente seus adversários. Afinal, não basta derrotar e suprimir os inimigos, é preciso subjugá-los, disputar o projeto socialista com eles, no conjunto da sociedade, e colocar parcelas destes a serviço de seu projeto. Pretende ganhar não apenas através da força, ainda que ela possa vir a ser utilizada, mas, principalmente, ganhar corações e mentes. A cooperação, a solidariedade e a democracia são fundamentais para se resolver os conflitos: "O PT rechaça a noção segundo a qual o pluralismo não passa de uma circunstância que se tolera, até o dia em que, suprimidas as classes sociais, supostamente se estabelecem as bases da homogeneidade de pensamento." (1c-32-§97)

O PT nunca explicitou a defesa da violência. No entanto, também nunca negou sua possibilidade, como forma de repressão a fim de enquadrar os setores hoje dominantes na nova ordem. Ao contrário, como já vimos em várias passagens, o PT

vem reafirmando continuamente a necessidade de ruptura e revolução na construção do socialismo. No VI Encontro, por exemplo, afirmava-se que "a implantação da globalidade de um Programa Democrático e Popular só pode ocorrer com a revolução socialista."(VI-26) Cabe registrar aqui também que uma das teses do I Congresso propunha o seguinte texto: "O PT sempre se recusou a eleger, a partir do seu próprio juízo, a confrontação armada como caminho de construção socialista. Indo além nesta definição, nos afirmamos agora como uma organização adepta da não-violência. Longe de constituir uma ingenuidade, a não-violência é um princípio ético capaz de inspirar um caminho de enfrentamento das contradições por meio da política, evitando que o fracasso da política desemboque na realidade bárbara da guerra." Apesar da resolução final incorporar vários trechos desta tese, este trecho foi refutado pelos delegados.¹⁵³

Na construção da sociedade socialista e democrática que o PT quer, a violência, ou melhor, a força, pode ser necessária para garantir esta democracia e os novos direitos adquiridos pelas massas. O PT não admite a supressão da diversidade, o que seria, na sua opinião, uma violência contra a humanidade. E esta pluralidade não pode ser apenas para os iguais, mas para todos, garantidas as conquistas socialistas. Trata-se de incorporar a maioria da população nas tarefas de direção e decisão do país.

Em resumo, o socialismo petista prevê "a existência de um Estado de direito, no qual prevaleçam as mais amplas liberdades civis e políticas (...) onde os mecanismos de democracia representativa, libertos da coação do capital, devem ser conjugados com formas de participação direta do cidadão nas decisões", com "respeito às minorias e a possibilidade de alternância no poder."(1c-33)

Além disso, o PT reconhece que ocupar o palácio de governo não significa alcançar o poder. Não se trata mais de tomar o Estado de assalto, mas também não

153 - Partido dos Trabalhadores. Jornal do Congresso. Número 5, setembro de 1991, p.53, Tese 8, assinada por José Genoíno, Eduardo Jorge e outros.

se trata de acreditar "que o socialismo virá através de um ininterrupto e linear crescimento das forças e da hegemonia socialistas dentro da sociedade, sem que ocorram choques e confrontos intensos." Para o Congresso, as transformações "que o Brasil necessita supõem uma revolução social, como a experiência histórica comprovou, inclusive recentemente, até no Leste Europeu." Esta revolução deveria ser também obra de "milhões e milhões de brasileiros que, na luta por reformas profundas e estruturais em nossa sociedade, enfrentam-se com o status quo vigente, acumulando forças para as necessárias transformações revolucionárias, radicalmente democráticas e socialistas." (1c-37,38-§116,117)

Vejamos agora as idéias sobre a economia numa sociedade socialista. Crítico da estatização generalizada que "promoveu o domínio da burocracia e bloqueou o desenvolvimento da criatividade e do avanço tecnológico", e contrário ao "mercado capitalista, organizado sob a lógica do lucro e exploração do trabalho assalariado, concentrador de renda, riqueza e poder" o PT ainda não explicita claramente como seria organizada sua economia socialista.(1c-34-§102)

São duas as idéias centrais do partido. A primeira trata do planejamento democrático das ações estatais, que significa consultas, estímulo à participação popular nas tomadas de decisão, etc. A segunda trata da diversificação das formas de propriedade: estatais, coletivas, mistas, públicas e sociais, e de gestão: auto-gestão, direção pessoal ou coletiva e mistas. Todas submetidas a um controle estatal, sindical ou popular. As propriedades individuais seriam melhor controladas e limitadas, "de acordo com critérios vários, como setor de atividade, volume de lucro gerado, número de empregados, entre outros."(1c-34-§103) Entretanto, a definição exata de como cada uma destas maneiras funcionaria não aparece nas resoluções.

O PT reconhece claramente que "a eliminação das desigualdades herdadas do capitalismo demandará um longo, demorado e conflituoso processo, do qual, no momento, só podemos vislumbrar as formas mais gerais. Até porque os contornos

precisos de uma sociedade socialista não podem ser definidos hoje (a não ser como projetos de laboratório, desprovidos de vida), exatamente porque eles serão produtos da própria luta social, política, econômica e cultural.(...)" (1c-34-§103)

Reconhece também que o mercado não pode ser abolido por decreto, mas deve ser controlado: "O mercado sob controle e planejamento democrático e estratégico, e orientado socialmente é compatível com nossa concepção de construção do socialismo. No entanto, o fortalecimento das formas socializadas e coletivas de produção e o desenvolvimento tecnológico poderão permitir que historicamente possamos superar definitivamente as relações mercantis de produção." (1c-35-§105)

Feitas estas considerações, e reconhecendo que muitas delas o aproximam da social democracia, o PT voltaria a debater com esta tendência. Para o I Congresso, a social-democracia continuava sendo uma corrente com a qual o PT deveria dialogar e se relacionar politicamente, de forma aberta, franca e independente. No entanto, como já foi afirmado em Encontros anteriores, "O PT não vê na social-democracia um caminho para a construção do socialismo nem tampouco uma alternativa real aos impasses da sociedade brasileira." (1c-35-§106)

As enormes carências sociais tornavam o excedente econômico que poderia ser captado por medidas fiscais tradicionais, insuficientes. Além disso, as elites não demonstravam "nenhum tipo de compromisso com a elevação do nível de vida da população." Tudo isso fazia com que a social-democracia não servisse para o Brasil. Aqui seriam necessárias reformas estruturais profundas, que exigiriam uma "ruptura radical com a ordem econômica vigente - o que ultrapassa os limites da proposta social-democrata, que politicamente acredita na neutralidade do Estado e adota como horizonte máximo a luta por reformas no interior do próprio capitalismo."(1c-35-§107,108)

7.5. O Socialismo no VIII Encontro Nacional

A questão do socialismo não estava explicitamente colocada na pauta do VIII Encontro Nacional. Sua pauta era balanço da direção, eleição da nova e as linhas gerais do programa de governo para 1994. É neste último ponto que existe relação com a discussão sobre socialismo.

Conforme já dissemos acima, o VIII Encontro, longe de ser uma ruptura com as teses aprovadas em encontros anteriores, reafirma princípios já enunciados.

Discutindo o caráter do governo Lula, para o VIII Encontro "a superação do modelo excludente é parte de uma revolução democrática, que mude radicalmente as bases do poder" e diminua o poder dos grupos dominantes. (VIII-06)

Explicita sua crítica a duas posturas que, embora não aprovadas em encontros, vinham sendo paulatinamente adotadas no partido. A política de acordos e de atração para o campo petista das elites nacionais e a idéia de que era possível "fazer as mudanças sem o povo." (VIII-07) Estas duas posturas fariam parte de uma estratégia dos inimigos do PT em transformá-lo num partido da ordem, idéia claramente recusada, em tese, pelo VIII Encontro.

Como já havia sido afirmado antes, o governo Lula seria um momento de acúmulo de forças, de elevação da consciência dos trabalhadores, de crise e disputa de projetos, enfim, de construção de uma nova hegemonia. Nesse sentido, "o PT luta para conquistar o governo central como elemento chave da disputa de hegemonia dos trabalhadores na sociedade brasileira." (VIII-07)

Diferenciava governo e poder e não confundia "o programa do governo Lula com a realização global do projeto estratégico alternativo do PT, que supõe uma alteração mais radical das relações políticas e sociais." O governo Lula deveria "estar a serviço dessa perspectiva, mediante a construção de um novo modelo econômico,

político e social. É com esse propósito que o PT disputará as eleições de 1994."(VIII-07)

A construção do socialismo no Brasil seria diferente das formas "historicamente fracassadas" de luta: por um lado a atuação apenas fora ou contra a instituição e, por outro, a submissão à lógica do capitalismo. Seria necessário tensionar e disputar para vencer. "O PT reafirma, assim, que a luta por um governo democrático e popular e a possibilidade de conquistá-lo a partir de uma base popular de uma maioria eleitoral são um objetivo estratégico, entendido como expressão atual de um governo com hegemonia dos trabalhadores (...)" (VIII-07)

Nesse sentido é que o PT deveria ajudar o governo na tarefa de "auto-organização dos setores explorados e oprimidos," alvo preferencial das ações do Estado e um dos principais pontos de apoio do futuro governo, cujo sucesso dependeria "da ação popular e do governo no sentido de tensionar e esgarçar os limites da ordem existente." (VIII-07)

Assim, reafirmava-se o princípio de construir um programa que desdobrasse, em medidas concretas, reformas "anti-monopolistas, anti-latifundiárias e anti-imperialistas" no Brasil. Seria necessário denunciar as contradições entre discurso e prática neo-liberal, principalmente no Brasil. Atacar os controladores do mercado, justamente quem mais ofereceria resistências ao programa e articular a ação institucional com a disputa nos movimentos. Enfim, disputar seu projeto com a burguesia, como já foi dito em vários outros encontros.

Não podemos deixar de citar, mais uma vez, a importância da democracia no governo e no socialismo petista. Para o VIII Encontro, a exemplo dos anteriores, "a democracia deixou de ser um meio ou uma etapa da luta pelo socialismo. Ela passou a se confundir com o socialismo de tal maneira que, hoje, não podem mais ser desvinculados os valores liberdade e igualdade." (VIII-11)

É claro que a recusa à adequar-se à ordem não significava prescindir de alianças, conforme já vimos no capítulo IV.

CONCLUSÕES

A maneira como se elabora as resoluções do PT, descrita na apresentação desta dissertação poderia servir de argumento de que este tipo de material não teria validade acadêmica, ou mesmo política.

Entretanto, a história concreta da ação do PT nos mostra a importância e as vantagens desta elaboração coletiva. Olhando para o crescimento do PT, com suas vitórias e derrotas, podemos afirmar que, o conjunto do partido, com todas as suas diferenças e deficiências, move-se muito pelas conclusões e definições de seus encontros. Uma das provas desta importância é o enorme esforço feito pelas *tendências* e grupos, nestes encontros, para que suas propostas sejam aprovadas.

Outro elemento que permite constatar esta fidelidade são as resoluções do V Encontro, quando a direção eleita neste encontro efetivamente implementou a política lá aprovada, garantido enorme crescimento do partido nos anos seguintes.

No entanto, não podemos deixar de perceber que esta importância vem diminuindo ao longo do tempo. Já vimos no capítulo III que a campanha de 1994 não seguiu as resoluções do IX Encontro. Além disso, muitas *personalidades* do partido desrespeitam e combatem publicamente, e cada vez mais, as decisões partidárias. Basta ver a atitude de muitos deputados federais, e do próprio ex-líder, em relação à revisão constitucional em 1994. Nem por isso deixaram de ser pesadas as críticas contidas nas resoluções a este tipo de atitude, considerada muitas vezes mais nefasta que a atuação indisciplinada de algumas tendências internas.

Deste ponto de vista, o PT é muito próximo das idéias gramscianas. Basta lembrar as discussões sobre caráter do partido, a importância da preparação de

novos dirigentes, a necessidade de elaboração coletiva e democrática e de incorporação das massas no projeto partidário.

No entanto, outra constatação que nos salta aos olhos é a dificuldade do partido implementar boa parte das ações deliberadas. Não falamos mais da política, mas de ações simples, materiais ou de organização e comunicação. Muitas das debilidades percebidas num encontro são reafirmadas nos seguintes, mas não são sanadas. As tarefas julgadas necessárias para a disputa de hegemonia e para a consolidação do PT enquanto partido dirigente, embora afirmadas nos encontros, demoram a ser cumpridas e o são apenas parcialmente.

No entanto, esta debilidade em cumprir as tarefas definidas pelo próprio partido, longe de negar a influência desta elaboração coletiva em seu cotidiano, reafirma-a. Afinal, quando a teoria não se transforma em prática verificamos mais facilmente o quanto custou ao partido esta sua não realização. Basta imaginar o que seria o PT hoje caso cumprisse as resoluções de incentivar realmente a construção de núcleos e efetivasse políticas de comunicação e formação condizentes com a importância que é dada a estas tarefas nas resoluções.

Outro ponto que julgamos importante ressaltar é a relação entre a conjuntura, a correlação de forças na sociedade e as resoluções partidárias.

Apesar das inúmeras passagens, em todas as resoluções dos encontros, em defesa do socialismo como objetivo último do PT, notamos que com o passar dos anos, seus horizontes vão rebaixando-se. Não se trata, obviamente, de dizer que o PT caminha rápida e inexoravelmente para a social-democracia, mas de reconhecer que as alterações de rumo do partido não decorrem apenas de modificações das concepções ou na forma de encarar a realidade de seus militantes e dirigentes.

O que me parece claro, ao final desta etapa de estudos, é que a conjuntura nacional e internacional influencia significativamente as propostas de governo e a

linha de ação do PT. Influencia também, sem dúvida, a relação do PT, seus militantes e principalmente dirigentes, com a institucionalidade.

Percebemos claramente que, quanto mais próximo do poder, menos avançadas são as propostas do partido. O programa do PT vem se transformando, cada vez mais, em programa de governo, abandonando a utopia socialista de sua fundação. O mesmo ocorre em relação às alianças. Se antes não se admitia alianças com partidos de ideais e objetivos diferentes, se as alianças poderiam apenas realizar-se mediante um programa, a solução adotada, em muitos casos, foi o rebaixamento do programa a ser proposto.

É óbvio que este movimento não é proposto, seguido ou aceito pelo conjunto do partido, mas por uma parcela significativa de seus membros e sujeita a todo tipo de resistência e ataque por parte dos outros segmentos. Esta disputa vem se acirrando desde o I Congresso, com inflexões mais à esquerda no VIII Encontro e com uma nova composição de posições para aprovação por ampla maioria das resoluções do IX Encontro.

Este movimento mais à esquerda ocorreu justamente como reação à linha de acomodação que vinha sendo aplicada por amplos setores do Partido, recolocando-o em caminho mais próximo às posições historicamente defendidas. Esta maior organização da esquerda e centro-esquerda, entretanto, fez também com que as parcelas mais a direita se reorganizassem, propondo políticas mais adequadas à ordem.

Essa disputa, longe de estar concluída, é que definirá o caráter, o futuro ou a sobrevivência do partido. Atualmente, nenhum dos dois blocos têm condições de vencer isoladamente e aplicar sua política, como foi feito, entre outros momentos, no V Encontro. No IX Encontro houve uma aproximação entre os setores de centro direita e parcelas da esquerda, para a aprovação de resoluções políticas (e não o programa de governo) mais à esquerda que, entretanto, não foram colocadas em prática durante a campanha.

Como consequência desta ausência de maiorias claras, e por que não dizer de hegemonia de um dos blocos mais coesos, fica difícil elaborar um programa que trate do socialismo, da concepção partidária e da estratégia, e que não seja apenas declamativo, mas que seja aplicado real e efetivamente.

Sem estas definições fecha-se o círculo vicioso. Sem uma elaboração mais clara torna-se mais difícil formar blocos mais coesos, e assim por diante. Dessa forma, amplia-se o espaço do centro, centro direita e centro esquerda ganham força numérica, mas o partido perde força política.

Sem estas elaborações, sem políticas claras, sem objetivos estratégicos, ganha espaço a luta imediata, conjuntural e, conseqüentemente, o institucionalismo e o aumento em número e em poder dos centros autônomos de decisão (parlamentares, prefeitos, personalidades, etc.) Em palavras gramscianas, caso não seja interrompido este processo, o PT caminha seguramente para uma integração passiva à ordem. Nesse sentido, em sua prática, o PT vem se afastando cada vez mais das idéias gramscianas.

As soluções para reverter este curso e garantir a independência do PT em relação às classes dominantes já foram ditas, escritas e aprovadas. Estão nas próprias resoluções petistas. Priorizar de fato a nucleação, incentivar a formação política e a comunicação, fazer balanços constantes da atuação partidária e das direções, incorporar as massas ao seu projeto, elaborar este projeto, sua concepção de mundo, e difundi-los. Numa palavra, construir a hegemonia das classes subalternas.

Afinal, voltando à ironia machadiana, para o PT sair quite com a vida não basta deixar de ter filhos.

BIBLIOGRAFIA

Livros

ANTUNES, Ricardo. *A Rebelião do Trabalho. o Confronto operário no ABC Paulista: as greves de 1978-1980*. Campinas, Unicamp, 1988. 220p.

ASSIS, Machado de. *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. São Paulo, Ática, 1977. Série Bom Livro. 6a.ed., 144p.

BURGOS, Raul. *Peripécias do Pequeno Polegar...* Tese de Mestrado. Unicamp, 1994.

CRUZ, Paulo Davidoff. *Dívida Externa e Política Econômica*. São Paulo, Brasiliense, 1984.

DIAP. *Quem foi quem na Constituinte nas questões de interesse dos trabalhadores*. São Paulo, Cortez, 1988.

DIAS, Edmundo Fernandes. *Democracia Operária*. Campinas, Unicamp, 1987, c1984, 168p. 2v. Série Teses.

DIAS, Edmundo Fernandes. *Notas para o estudo da conjuntura em que se move o pensamento Gramsciano. A Fundação do PC d'I*. Campinas, inédito, 1983-90. 314p.

- GADOTTI, Moacir; PEREIRA, Otaviano. *Pra que PT. Origem, Projeto e Consolidação do Partido dos Trabalhadores*. São Paulo, Cortez, 1989. 370p.
- GALBRAITH, John Kenneth. *A Era da Incerteza*. São Paulo, Pioneira, 1980. 2a. ed. rev.. Tradução de F.R.N.Peleguni.
- GORBACHEV, Mikhail. *Perestroika - Novas Idéias para meu País e o Mundo*. São Paulo, Best Seller, s.d. Tradução de J. Alexandre. 299p.
- GRAMSCI, Antonio. *Concepção Dialética da História*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 3ª ed.
- GRAMSCI, Antonio. *Literatura e Vida Nacional*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 273p.
- GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1988. Tradução de Luiz Mário Gazzaneo. 6ª ed.
- GRAMSCI, Antonio. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968. Tradução de Carlos Nelson Coutinho.
- GRAMSCI, Antonio. *Pasado y Presente*. Buenos Aires, Ediciones Granica, 1974.
- GRAMSCI, Antonio. *Il Risorgimento*. Torino, Einaudi, 1974. 235p.

GUIMARÃES, Juarez Rocha. *Claro Enigma: O PT e a tradição socialista*. Campinas, Tese de Mestrado, 1990. 116p.

GURGEL, Claudio. *Estrelas e Borboletas; Origens e questões de um partido a caminho do poder*. Rio de Janeiro, Papagaio, 1989. 149p.

ISTOE'/ Senhor. Diversos Exemplares. janeiro-dezembro 1989.

JESUS, Antonio Tavares de. *Educação e Hegemonia no Pensamento de Antonio Gramsci*. Campinas, Unicamp, 1989. 132p.

KECK, Margaret E. *PT. A lógica da diferença. O Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira*. São Paulo, Ática, 1991. Tradução de Maria Lucia Montes. 336p.

KRIEGER, Gustavo; NOVAES, Luís Antonio; FARIA, Tales. *Todos os Sócios do Presidente*. São Paulo, Scritta, 1992. 195p.

MARCONDES, Celso. *Em Algum Lugar do Passado: O PT na Prefeitura de Campinas*. São Paulo, Brasil Urgente, 1991. 189p. Apresentação de Marco Aurélio Garcia.

MARX, K.; Engels, F.. *A Ideologia Alemã*. São Paulo, Hucitec, 1987. 6a. ed. 138p. Tradução de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira.

MARX, Karl. *O Dezoito de Brumário de Louis Bonaparte*. s.l. Avante. 1984. 2a. ed. 161p. Tradução de José Barata Moura e Eduardo Chitas. Coleção Avante, 19.

- MARX, Karl. *Para a Crítica da Economia Política; Salário, Preço e Lucro; O Rendimento e suas Fontes*. São Paulo, Abril Cultural, 1982. 242p. Introdução de Jacob Gorender. Tradução de Edgard Malagodi, Leandro Konder, José Arthur Giannotti, Walter Rehfeld. Série Os Economistas.
- MENEGUELLO, Rachel. *PT: A Formação de um partido, 1979-1982*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989. 228p.
- NETTO, Edson Luiz. *PT, Um Partido Sem Medo de Ser Feliz. O que é, o que fez, onde está: a trajetória do Partido dos Trabalhadores*. Itapira, Linhasgerais, 1994. 58p.
- OLIVEIRA, Antonio Carlos; DIAS, Edmundo Fernandes. *Bibliografia de Gramsci*. Campinas, IFCH-Unicamp, 1990. 82p.
- OLIVEIRA, Fabrício Augusto de. *Política Fiscal e Política Monetária no Brasil: o estrangulamento imposto pela dívida externa. Texto para Discussão nº 12*. IE-Unicamp, mimeo, 1989.
- OLIVEIRA, Isabel Ribeiro. *Trabalho e Política. As Origens do Partido dos Trabalhadores*. Petrópolis, Vozes, 1988. 144p.
- PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Jornal do Congresso*. Número 5, setembro de 1991.

POMAR, Wladimir. *Quase Lá. Lula, o susto das elites*. São Paulo, Brasil Urgente, 1990. 125p. 2a.ed.

PONT, Raul. *Breve História do PT*. Brasília, Câmara dos Deputados, 1992. 75p.

PRZEWORSKI, Adam. *Capitalismo e Social-Democracia*. São Paulo, Cia das Letras, 1991. c1985. 330p.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Sessenta e Quatro: Anatomia da Crise*. São Paulo, Vértice, 1986.

SARTORI, Giovanni. *Partidos e Sistemas Partidários*. Brasília, UnB, 1982.

SINGER, André. Org. *Sem Medo de Ser Feliz. Cenas de campanha*. São Paulo, Scritta, 1990. 2a. ed. 121p.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982. 512p. 9a.ed.

SOUZA, Maria do Carmo Campelo de. *Estado e Partidos Políticos no Brasil. (1930-1964)*. São Paulo, Alfa-Omega, 1976.

Artigos

ABRAMO, Perseu. "Estilo não põe a mesa." *in: Teoria & Debate*. nº 11, 3º Trimestre 1990. pp.02-06.

ALIMONDA, Hector. "Cone Passivo." *in: Teoria & Debate*. nº 19, 3º Trimestre 1992. pp.68-73.

BENJAMIM, César. "Reformas e Revolução" *in: Teoria & Debate*. nº 15, 3º Trimestre 1991. pp.44-50.

BENJAMIM, César. *Decifra-me ou te devorarei (idéias para uma alternativa de esquerda à crise brasileira)*. Vitória-São Paulo, mimeo, abril 1993.

BORGES, Maurício; PIMENTEL, Fernando Damata. "Nova velha era." *in: Teoria & Debate*. nº 19, 3º Trimestre 1992. pp.52-55.

CARVALHO, Carlos Eduardo de. "Medo (e gosto) de pecar." *in: Teoria & Debate*. Revista do Diretório Regional do PT. São Paulo. nº 10, 2º Trimestre 1990. pp.49-53.

CARVALHO, Carlos Eduardo de. "Saídas para a economia." *in: Teoria & Debate*. nº 03, 2º Trimestre 1988. pp.46-49.

CINQUETTI, Carlos Alberto. "A guerra dos índices." *in: Teoria & Debate*. nº 15, 3º Trimestre 1991. pp.17-20.

- COUTINHO, Carlos Nelson. "Cidadão Brasileiro." *in: Teoria & Debate*. nº9, 1º Trimestre 1990. pp.58-63.
- COUTINHO, Luciano. "Correção de Rota." *in: Teoria & Debate*. nº 16, 4º Trimestre 1991. pp.50-56.
- DIAS, Edmundo Fernandes. "Educação e Política: Gramsci e o Problema da Hegemonia." *in: Cadernos Cedes*. nº 3. São Paulo, Cortez, 1989.
- DIAS, Edmundo Fernandes. "Hegemonia: Nova Civiltà ou Domínio Ideológico? *in: História & Perspectivas*." *in: Revista do Curso de História*. Universidade Federal de Uberlândia. Número 5, jul-dez 1991.
- DIAS, Edmundo Fernandes. "Rabo Preso." *in: Teoria & Debate*. nº 14, 2º Trimestre 1991. pp.62-65.
- DIAS, Edmundo Fernandes. "Sobre a Leitura do Textos Gramscianos: Usos e Abusos." *in: Idéias*. Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, Unicamp, 1994. pp.111-137.
- GENRO, Tarso. "A História se reflete." *in: Teoria & Debate*. nº 10, 2º Trimestre 1990. pp.44-48.
- GOLDENSTEIN, Lídia. "Por que os planos são tão planos?" *in: Teoria & Debate*. nº 11, 3º Trimestre 1990. pp.07-09.

- GONÇALVES, Reinaldo. "A quadratura do Círculo." *in: Teoria & Debate*. nº 14, 2º Trimestre 1991. pp.58-61.
- GORBATCHEV, Mikhail. "Duas palavras de (des)ordem." *in: Teoria & Debate*. nº 01, 4º Trimestre 1987. pp.18-26.
- GUSHIKEN, Luiz. "O que temos e o que almejamos." *in: Teoria & Debate*. nº 19, 3º Trimestre 1992. pp.56-58.
- KEYNES, John Maynard. "O Fim do "Laissez-Faire"" 1926. *in: Economia*. SZMRECSANY, Tamás (Org.). Ática. pp.106-126.
- KHAIR, Amir Antonio. "A Crise do Estado." *in: Teoria & Debate*. nº 18, 2º Trimestre 1992. pp.70-74.
- KONDER, Leandro. "Janelas Abertas." *in: Teoria & Debate*. nº 16, 4º Trimestre 1991. pp.61-63.
- KOSHIBA, Luiz. "O Socialismo (é)possível." *in: Teoria & Debate*. nº 12, 4º Trimestre 1990. pp.65-68.
- LACERDA, Guilherme Narciso de. "Para além a alternativa liberal." *in: Teoria & Debate*. nº 09, 1º Trimestre 1990. pp.53-57.
- MANTEGA, Guido. "Plano Verão e Neoliberalismo." *in: Teoria & Debate*. nº 06, 2º Trimestre 1989. pp.12-14.

- MARQUES, J. Luiz. "No museu britânico." *in: Teoria & Debate*. nº 15, 3º Trimestre 1991. pp.51-54.
- MATTOSO, Jorge Eduardo de. "O Piso do Porão." *in: Teoria & Debate*. nº 04, 3º Trimestre 1988. pp.42-45.
- NOVAES, Adalto. "O Estado e o Estrago." *in: Teoria & Debate*. nº 11, 3º Trimestre 1990. pp.52-55.
- OLIVA, Aloizio Mercadante. "O Vento e a Vela." *in: Teoria & Debate*. nº 07, 3º Trimestre 1989. pp.14-20.
- OLIVA, Aloizio Mercadante. "Armadilha Neoliberal." *in: Teoria & Debate*. nº 10, 2º Trimestre 1990. pp.06-09.
- OLIVA, Aloizio Mercadante. "Resultados Para Quem?" *in: Teoria & Debate*. nº 01, 4º Trimestre 1987. pp.41-47.
- OLIVEIRA, Francisco de. "Os Sentidos da Crise." *in: Teoria & Debate*. nº 05, 1º Trimestre 1989. pp.35-37.
- PAIVA, Carlos. "A ditadura da tecnocracia." *in: Teoria & Debate*. nº 17, 1º Trimestre 1992. pp.51-55.
- PEREIRA, Maurício Broinizi. "Tiro pela culatra." *in: Teoria & Debate*. nº 14, 2º Trimestre 1991. pp.06-09.

POMAR, Valter Ventura da Rocha. *A Hora do Balanço. (Quem são os radicais do PT e como lutam contra os social-democratas)*. São Paulo, inédito, novembro 1994. Versão Preliminar, 61p.

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. "O Remédio e o Medo." *in: Teoria & Debate*. nº 08, 4º Trimestre 1989. pp.57-59.

SANDRONI, Paulo. "Novas idéias na polêmica." *in: Teoria & Debate*. nº 06, 2º Trimestre 1989. pp.15-16.

SANDRONI, Paulo. "O mínimo e o máximo." *in: Teoria & Debate*. Revista do Diretório Regional do PT. São Paulo, nº 02, 1º Trimestre 1988.

SILVA, Vicente Paulo da. "Greve tem hora." Entrevista *in: Teoria & Debate*. nº 15, 3º Trimestre 1991. pp.55-58.

SINGER, Paul. "Estratégia de Mudança." *in: Teoria & Debate*. nº 07, 3º Trimestre 1989. pp.21-26.

SINGER, Paul. "O Desafio da Inflação." *in: Página Aberta*, Editora Brasil Urgente, abril 1991.

SINGER, Paul. "Toma lá e... não da cá." *in: Teoria & Debate*. nº 01, 4º Trimestre 1987. pp.06-11.

SUPLICY, Eduardo Matarazzo. "A Garantia da renda mínima." *in: Teoria & Debate*. nº 15, 3º Trimestre 1991. pp.14-16.

VELASCO e CRUZ, Sebastião C.; MARTINS, Carlos Estevam. *De Castelo a Figueiredo: uma incursão na pré-história da "abertura"*. in: *Sociedade e Política no Brasil Pós-64*. São Paulo, Brasiliense, 1983. 2º ed.

Fontes Primárias

PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Brasil Urgente - Lula 89. Propostas para a Economia*. São Paulo, 1989.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Diretrizes para um programa emergencial de política econômica*. Aprovadas pelo Diretório Nacional em Novembro 1992. in: *Brasil Agora* nº 29, 7 a 20 de dezembro de 1992.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Documentos Básicos do Partido dos Trabalhadores*. (Manifesto, Programa, Estatuto, Discurso de Encerramento da I Convenção Nacional). São Paulo, Sindicato dos Bancários, 1990. 36p.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Resoluções do IV Encontro Nacional. Plano de Ação Política e Organizativa do Partido dos Trabalhadores para o Período 86/87/88*. São Paulo, 30 e 31 de maio, 1º de junho de 1986. 65p.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Resolução Política do V Encontro Nacional*. Brasília, Senado Federal, 4, 5 e 6 de dezembro de 1987. 38p.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Plano Econômico Alternativo de Emergência*.
As saídas do PT para a crise. Dezembro 1988.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Resoluções do VI Encontro Nacional*. São Paulo, Colégio Caetano de Campos, 16, 17 e 18 de junho de 1989. 43p.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. *PAG: Plano de Ação de Governo*. 1989.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Resolução sobre o Plano Collor*. Aprovado pelo Diretório Nacional em 25 de março de 1990.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Resoluções do VII Encontro Nacional*. São Paulo, Anhembi, 31 maio, 1, 2, 3 junho 1990. 75p.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Resoluções do I Congresso*. São Bernardo do Campo. Pavilhão Vera Cruz. Nov/Dez 1991. 88p.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Resoluções do VIII Encontro Nacional*. Brasília, 11, 12, 13 de junho 1993. 46p.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Resoluções do IX Encontro Nacional*. Brasília, 1º de maio de 1994. 58p.